



“ESPAÇOS (MAL) DITOS”: REPRESENTAÇÕES DOS BORDÉIS  
MOSSOROENSES NAS DÉCADAS DE 1950 E 1960

SONNÍ LEMOS BARRETO

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE  
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO  
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA – MESTRADO  
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: HISTÓRIA E ESPAÇOS  
LINHA DE PESQUISA: CULTURA, PODER E REPRESENTAÇÕES ESPACIAIS

“ESPAÇOS (MAL) DITOS”: REPRESENTAÇÕES DOS BORDÉIS  
MOSSOROENSES NAS DÉCADAS DE 1950 E 1960

SONNÍ LEMOS BARRETO

NATAL/RN  
2011

SONNÍ LEMOS BARRETO

“ESPAÇOS (MAL) DITOS”: REPRESENTAÇÕES DOS BORDÉIS  
MOSSOROENSES NAS DÉCADAS DE 1950 E 1960

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre no Curso de Pós-Graduação em História, Área de Concentração em História e Espaços, Linha de Pesquisa Cultura, Poder e Representações Espaciais, da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, sob a orientação do Prof. Dr. Raimundo Nonato Araújo da Rocha.

NATAL/RN  
2011

Catálogo da Publicação na Fonte.  
Universidade Federal do Rio Grande do Norte.  
Biblioteca Setorial do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes (CCHLA).

Barreto, Sonni Lemos.

Espaços (mal) ditos: representações dos bordéis mossoroenses nas décadas de 1950 e 1960. – Natal, 2011.

168 f. -

Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes. Programa de Pós-Graduação em História, Natal, 2011.

Orientador: Prof<sup>o</sup>. Dr<sup>o</sup>. Raimundo Nonato Araújo da Rocha

1. Prostituição - Mossoró, RN. 2. Ruas – Mossoró, RN. 3. Memória coletiva – Mossoró, RN. I. Rocha, Raimundo Nonato Araújo de. II. Universidade Federal do Rio Grande do Norte. III. Título.

RN/BSE-CCHLA

CDU 930.85(813.2)

SONNÍ LEMOS BARRETO

“ESPAÇOS (MAL) DITOS”: REPRESENTAÇÕES DOS BORDÉIS  
MOSSOROENSES NAS DÉCADAS DE 1950 E 1960

Dissertação aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre no Curso de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, pela comissão formada pelos professores:

---

Prof. Dr. Raimundo Nonato Araújo da Rocha – UFRN  
(Orientador)

---

Prof. Dr. Antônio Paulo de Moraes Rezende - UFPE  
(Avaliador Externo)

---

Prof. Dr. Helder do Nascimento Viana - UFRN  
(Avaliador Interno)

---

Prof. Dr. Durval Muniz de Albuquerque Júnior - UFRN  
(Avaliador Suplente)

Natal, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2011

*A minha mãe Luzia e ao meu  
filho Arthur, de quem recebi e a  
quem dei a vida. Pessoas que me  
especializam no mundo e a quem  
devoto o meu amor e admiração.*

## AGRADECIMENTOS

Agradecer é um dos verbos mais bonitos que orquestram a gramática da vida, pois expressa gratidão por algo que nos foi doado, presenteado, destinado com carinho. Por isso, esse momento se torna especial uma vez que procuro conjugar em poucas páginas a grandeza das relações que são tecidas ao longo de curtas, médias e longas durações da nossa efêmera existência.

Nesse momento quero agradecer a Deus pela inspiração da vida, pelo conforto espiritual que me concedeu cotidianamente fazendo-me perceber quão pequenos somos diante do mundo e quão grandiosos podemos nos tornar pelos atos que praticamos, pois este é o nosso legado.

Agradeço a minha mãe Luzia Garcia de Lemos e ao meu pai Sinval de Paiva Barreto (In Memoriam) por me darem a vida e me incentivarem a lutar pelo que acredito. Agradeço em especial a minha mãe, que mesmo não dispondo de uma boa formação, sempre soube avaliar a importância e o poder que a educação imprime na vida das pessoas. Obrigada pelo apoio perene, pelo amor incondicional.

Quero deixar um agradecimento especial a pessoa que acreditou no meu potencial acadêmico e se dispôs a compor uma parceria intelectual junto comigo, meu querido orientador, professor e amigo Raimundo Nonato Araújo da Rocha. Nossa parceria foi fundamental para construção desse trabalho. Agradeço a acolhida, a relação de amizade, a tranquilidade e a confiança na minha escrita. És uma das pessoas mais humanas que já conheci e conviver contigo imprimiu em mim marcas de você.

Agradeço aos mestres que tive durante minha trajetória acadêmica na Universidade do Estado do Rio Grande do Norte- UERN, em especial aos professores Lemuel Rodrigues da Silva e Emanuel Pereira Braz. O primeiro pelo incentivo e pela confiança que me fizeram lutar por esse título e o segundo pela adorável parceria profissional que me fez amadurecer como professora e me suscitou o interesse, também, pelo ensino de história.

Agradeço aos meus alunos do IFRN, todos muito queridos, que em um momento de desilusão profissional, souberam com amor, carinho e reconhecimento me aprisionar à história e a fascinante, porém árdua, tarefa de ensinar e aprender. Acredito que a profissão de professor alarga as espacialidades sensíveis do coração. Vocês estão todos acomodados no meu peito e fazem parte da minha vida. Agradeço também ao Professor

e também amigo Francisco das Chagas pelo incentivo profissional que, não por acaso, me renderam várias publicações durante o período que tive o prazer de ser sua colega de trabalho. Almejo repetir a dose.

Deixo meus agradecimentos ao Professor Antônio Paulo de Moraes Rezende que aceitou o convite de contribuir com o meu trabalho. Agradeço a todos os professores do Programa de Pós-graduação em História e Espaços da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, especialmente aqueles que lecionaram as disciplinas das quais retirei a fundamentação teórica necessária para enxergar meu objeto com as lentes dos espaços.

Registro minha gratidão aos funcionários do Museu Municipal de Mossoró, em especial a senhora Lúcia Escóssia pela solicitude com que me acolheu todas as vezes – e não foram poucas – que precisei consultar a documentação do periódico O Mossoroense arquivada no Museu. Sem a sua colaboração este trabalho não seria possível, uma vez que as fontes são, por excelência, a matéria-prima do historiador.

Agradeço imensamente as pessoas que me cederam suas narrativas, que compartilharam suas lembranças comigo. Sem a construção dessa memória meu trabalho não teria sido possível e os espaços malditos não ocupariam seu lugar na historiografia mossoroense. Agradeço em especial ao senhor Jorge Viana que intermediou o contato de muitas entrevistas que realizei. Sua contribuição foi uma das mais valorosas.

Registro minha gratidão aos gestores Carlos Antônio e Iveraldo Soares por terem sido sensíveis a minha causa e por compreenderem minha ausência nas famigeradas sextas-feiras de reuniões pedagógicas na escola. Essa sensibilidade demonstra a importância que vocês depositam na formação continuada dos professores.

Agradeço a todos os meus amigos que compartilharam comigo as vitórias e as frustrações dessa jornada em busca do conhecimento. A lista é bem extensa, e aqueles que não estiverem citados aqui, certamente estarão inscritos em meu coração; são eles: Ricardo Elias Viana pela presença e cumplicidade de muitos anos em minha vida, José Evangilmárisson e Eugênio pelo apoio e companheirismo de sempre; aos dois mosqueteiros de Mossoró Bruno Balbino e Sadraque Micael que juntamente comigo transformaram o sonho de ingressar no mestrado em uma doce realidade. Nosso grupo de estudo rendeu bons frutos. E por fim, aos meus colegas de mestrado Adriana Dias, Diego Souza, Hugo Romero, Arthur Torquato, Thiago Alves, Gustavo Henrique, Michele Soares, Flávio Américo, Nívia Paula, Giovana Lopes, Jossefrânia, Paulo Dário e Frederico Augusto.

Por fim, agradeço a todos que passaram por minha, mas principalmente àqueles que permaneceram imprimindo imagens, sons, cheiros, formas e sabores a minha existência.

*A palavra é o meu domínio sobre o mundo*  
(Clarice Lispector)

## RESUMO

A cidade que se apresenta aos nossos olhos não é constituída apenas de pedra. O traçado urbano esconde as táticas dos sujeitos que subjetivam os espaços, dando-lhe significação por meio das representações que elabora, sejam escritas ou orais. A cidade é arte, é representação, é o lugar onde se abrigam os *bons* e *maus* lugares. O objetivo desse trabalho consiste em analisar as representações acerca dos espaços ocupados pelos bordéis mossoroenses nas décadas de 1950 e 1960. Com esse objetivo organizamos o trabalho em três capítulos. No primeiro, apresentamos a constituição da zona do meretrício na cidade, destacando a composição das espacialidades boêmias em bons e maus lugares. No segundo capítulo analisamos como as representações elaboradas pelo jornal *O Mossoroense* criava uma espacialidade maldita para a zona a identificando como o lugar do crime e da contravenção. No último capítulo buscamos identificar como os moradores de Mossoró reconstroem, no tempo contemporâneo, as suas memórias sobre o tempo áureo dos bordéis na cidade. Nas narrativas orais buscamos compreender como as pessoas descrevem os lugares do bordel, comparando as espacialidades do passado com o presente vivenciado na cidade. Portanto, discutimos como esses espaços foram sendo transformados em lugares de prazer e maldição, como lugares comuns se transformaram em lugares marcados moralmente.

**Palavras-chave:** Espaços da prostituição; Representação; Memória e Cidade.

## ABSTRACT

The city that presents itself to our eyes is not just made of stone. The urban layout hides the tactics of the subjects who subjectivate spaces, giving it meaning through the representations that it produces, whether written or oral. The city's art, is represented, is home to the place where the good and bad places. The aim of this study is to analyze the representations about the spaces occupied by mossoroenses brothels in the 1950 and 1960. With this goal we organize the work into three chapters. At first, we present the formation of red-light district in the city, highlighting the composition of the bohemian spaces in good and bad places. In the second chapter we discuss how the representations developed by the newspaper *O Mossoroense* created a space damn for identifying the area as a place of crime and misdemeanor. In the last chapter we seek to identify and reconstruct the residents of Mossoró, in contemporary times, their memories about the peak time of the brothels in the city. In oral narratives seek to understand how people describe the places of the brothel, comparing the spatiality of the past with this experienced in the city. Therefore, we discuss how these spaces have been turned into places of pleasure and a curse, as places become common in places marked morally.

**Keywords:** Spaces of prostitution; Representation; Memories and the City.

## GLOSSÁRIO<sup>1</sup>

**PROSTITUIÇÃO:** A etimologia da palavra foi emprestada do latim, *prostituere*, que significa expor publicamente, dedicar-se a vida do pecado, desonrar. Entendemos como prostituição qualquer relação em que ocorre a troca de sexo por dinheiro ou em que haja alguma compensação financeira ou material, em que é possível haver uma infinidade de parceiros e de experiências diferenciadas.

**PROSTITUTA:** mulher maior de idade que aceita manter relações sexuais com vários homens e/ou mulheres em troca de alguma compensação financeira ou material.

**MULHER DA VIDA:** denominação que serve para identificar a mulher que *se perdeu*, (que se perdeu dos valores morais, transgredindo as regras compartilhadas socialmente e não se preservando para o casamento), que enveredou pelo mundo da prostituição. Prostituta, rapariga, puta.

**MULHER DE VIDA FÁCIL:** denominação largamente utilizada no senso comum para identificar a mulher que auferir lucro com a prostituição. Essa facilidade, talvez faça referência à forma com que as mulheres ganham o dinheiro com a atividade que exercem. Na maioria das vezes o julgamento moral que se elabora acerca da prostituição apresenta-a como uma atividade rápida, prazerosa e sem esforço.

**MUNDANA:** termo utilizado pela imprensa mossoroense para denominar a mulher que se prostituía na cidade. Mulher do mundo, da vida.

**RAPARIGA:** Termo utilizado para denominar a prostituta e/ou amasiadas e concubinas que mantém relações sexuais com homens, comprometidos ou não, com a ausência do casamento.

**ZONA:** Entende-se por zona uma espacialidade constituída por bordéis de alto e baixo meretrício que abrigavam a prostituição. A idéia de zona, muitas vezes faz referência a um espaço isento de normas morais em que a desordem se instala. No entanto, não compactuamos com essa denominação, uma vez que a zona é composta de regras de conveniência e nem sempre abriga apenas os conflitos. Estes, muitas vezes cedem lugar às festas e a diversão.

**BORDEL:** casa onde se realiza bailes e se comercializa sexo e bebidas. Ambiente de sociabilidade masculina e feminina. Moradia da cafetina e de muitas prostitutas que

---

<sup>1</sup> A construção desse glossário cumpre um objetivo informativo. Busca-se, com ele, elucidar para os leitores a compreensão que temos acerca de alguns termos que utilizamos ao longo do trabalho.

pagam uma quantia diária para permanecerem na casa tendo espaço para atenderem os clientes com privacidade.

**BOATE:** as boates que se situavam na zona do meretrício eram bordéis que ofereciam dança, bebidas e companhia de mulheres. Utilizamos esse termo porque o mesmo aparece com muita frequência tanto nas fontes impressas como orais para referenciar os espaços de maior glamour. Mesmo que bordel, cabaré e pensão.

**BAR:** era um estabelecimento onde se oferecia a venda de bebidas. No caso do Bar Bhrama, além da bebida, se oferecia diversão com mulheres e com a prática do jogo.

**PENSÃO:** Mesmo que bordel, cabaré e boate se nos referirmos àquelas situadas na Rua Nilo Peçanha em Mossoró. Esse termo faz referência à forma como a prostituta era vista na casa, como uma pensionista que pagava pela hospedagem e pelo que lá consumia.

**CASSINO:** em se tratando do Cassino Las Vegas era um espaço em que se ofereciam bebidas, festas dançantes, mulheres e jogo. Mesmo que bordel, cabaré e pensão.

**CABARÉ:** denominação utilizada para identificar os antigos bordéis. Lugar de sociabilidade e espaço de iniciação sexual de muitos homens.

**CAFETINA:** pessoa que agencia a prostituição, tirando proveito financeiro da atividade prostituinte. Em Mossoró na época em análise, eram chamadas de tia, dona e, as mais influentes de madame.

**ALTO DO LOUVOR:** espaço situado em uma elevação da Rua Nilo Peçanha que abrigou a prostituição de luxo em Mossoró nas décadas de 1950 e 1960. Originalmente foi fundado em 04 de novembro de 1928 pelo cidadão Eduardo Santos como uma casa de lanches que recebeu o nome de “*Art Nouveau*” e com o passar do tempo e em decorrência da frequência de mulheres no ambiente, foram se instalando bordéis e arregimentando a prostituição. Atualmente abriga o baixo meretrício e funciona como ponto de drogas, mesmo com a presença de muitas famílias que residem no bairro.

**RASGA:** espaço considerado de *baixo* meretrício onde se localizavam quartos humildes que recebiam o nome de *chatôs* e tinham a funcionalidade de abrigar a prostituta e o cliente para a realização do programa.

**CAI PEDAÇO:** espaço de baixo meretrício em Mossoró nas décadas de 1950 e 1960, onde se situavam os *chatôs*.

**CASAS DE RECURSO:** casas onde funcionava a prostituição. No entanto, diferentemente dos bordéis, nesses ambientes não se abrigava a prostituta. Esta costumava pagar pelo quarto para fazer o programa com o cliente e esse aluguel gerava uma espécie de *recurso* para a proprietária.

**CHATÔS:** eram pequenos quartos geminados que se localizavam na espacialidade denominada de baixo meretrício em Mossoró. Eram, na verdade, quartos que pertenciam a algumas mulheres e que eram alugados aos casais para que a prostituta e o cliente pudessem fazer o programa. A proprietária do quarto também oferecia a venda de bebidas de baixo custo. Os *chatôs* constituíam o Rasga e o Cai Pedaco.

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	16
<i>Cidades ocultas</i> .....	18
<i>O trabalho de Penélope: narrativas que tecem espaços, memórias que fazem, desfazem e refazem a história</i> .....	26
<b>CAPÍTULO 1:</b> .....	36
<b>Cidades praticadas: e sob a luz vermelha o espetáculo se anuncia</b> .....	36
1.1. A constituição dos espaços do prazer em Mossoró: do <i>Art Nouveau</i> aos tempos áureos dos bordéis .....	38
1.1.1. A morada de <i>Liliths, Evas e Madalenas</i> : das boates de maior <i>glamour</i> à decadência do Rasga.....	42
1.1.2. Proprietários, prostitutas e regras de funcionamento.....	52
1.1.3. “ <i>Serviço completo</i> ”: as práticas sexuais nos bordéis .....	58
1.2. Desvelando códigos: o cotidiano da prostituição no Alto do Louvor .....	63
1.2.1. As mulheres da vida: de dia Maria, de noite Madalena.....	65
1.2.2. Os clientes: homens de vida dupla .....	69
<b>CAPÍTULO 2:</b> .....	77
<b>Cidades impressas: cartografias malditas sob as lentes da imprensa mossoroense nas décadas de 1950 e 1960</b> .....	77
2.1. Cartografias da moral: as espacialidades para a moça <i>direita</i> .....	81
2.2. De rua à zona: construindo espaços profanos.....	89
2.3. Entre a burla da lei e as leis de burla: o Alto do Louvor como espaço heterotópico .....	94
2.4. Geografias do desejo: os lugares do crime e da contravenção .....	99
2.5. Homens de farda: a polícia na zona.....	113
<b>CAPÍTULO 3:</b> .....	119
<b>Cidades narradas: desvelando espacialidades boêmias nas décadas de 1950 e 1960</b> .....	119
3.1. Recordando infâncias, revisitando zonas.....	125
3.2. Os lugares da festa na Rua Nilo Peçanha .....	134
3.3. “ <i>Filho de rapariga</i> ”: os lugares de fronteira .....	141
3.4. “Lá vem a polícia”: os menores e suas estratégias de burla .....	146
<b>3. CONSIDERAÇÕES FINAIS: arrematando os fios do bordado</b> .....	152
<b>4. FONTES E BIBLIOGRAFIA</b> .....	156
<b>5. ANEXOS</b> .....	163

## INTRODUÇÃO

“Para quê servem as ruas?”<sup>2</sup>

A indagação sobre a função das ruas, para que elas servem e o que elas abrigam nos remete a pensar a rua e as cidades enquanto conceitos e como estes foram sendo construídos historicamente. Antes de responder para servem as ruas, seria interessante perguntar-nos: por que enxergamos um amontoado de casas e lojas, um sem-número de pessoas anônimas andando de um lugar para outro como uma formação urbana? Por que o espaço que separa as casas e que dá passagem aos transeuntes e automóveis são codificados pelo nosso olhar como ruas? E, ainda, por que caracterizamos as ruas em avenidas quando estas se apresentam largas, retilíneas, uniformes e espaçosas e, enxergamos becos quando estas passam a ser estreitas, escuras e sinuosas? A forma como definimos os espaços, como nos relacionamos com ele, como eles nos afetam e são afetados por nós se constitui enquanto preocupação fundante deste trabalho.

As ruas, ou por assim dizer, os espaços, durante muito tempo foram tratados como um dado óbvio, como um elemento fixo e imóvel, um dado *a priori*. Nesse sentido, os espaços eram concebidos como palco ou cenário onde os fatos ou acontecimentos ocorriam, funcionavam como moldura para abrigar uma cena que, mais tarde, viria a ser tema de uma narrativa historiográfica<sup>3</sup>. Assim, quando indagamos a funcionalidade das ruas, alertamos para o fato de que o espaço não é apenas uma superfície que a nós se impõe, ditando regras de conduta e formas de uso; é antes de tudo um conceito através do qual tentamos apreender, significar, organizar, dar sentido a um dado recorte feito nessa empiria desordenada<sup>4</sup>. Somos nós que, ao praticarmos os espaços, atribuímos-lhes sentido, damos-lhes forma. Essa percepção do espaço como construção humana<sup>5</sup> está diretamente relacionada ao entendimento dos espaços enquanto posição que nasce da análise de uma situação, se contrapondo a percepção, tão cristalizada do espaço ancorado na idéia de localização, aquela que nos fornece a descrição de um lugar ou o mapeamento de uma extensão.

---

<sup>2</sup> Verso da música “**Depois de ter você**”, uma composição da cantora Adriana Calcanhoto.

<sup>3</sup> ALBULQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz. **Nos destinos de fronteira: história, espaços e identidade regional**. Recife: Bagaço: 2008, p. 80.

<sup>4</sup> Idem, *Ibidem*. p. 67.

<sup>5</sup> CERTEAU, Michel. **A Invenção do Cotidiano: 1. Artes de Fazer**. Petrópolis: Vozes, 2008.

Como nos recomendava Michel de Certeau<sup>6</sup>, os espaços são lugares praticados, mas são também frutos do relato dessas práticas, das representações que forjam espacialidades, que instituem formas de enxergá-lo e de com ele se relacionar. São essas representações, instituidoras de um real à época que são produzidas que nos trará possibilidades de olhar o nosso objeto: os espaços malditos e mal vistos dos bordéis mossoroenses nas décadas de 1950 e 1960.

As ruas que tentaremos dar a ver nesse trabalho serão aquelas que abrigaram na Mossoró dos anos de 1950 e 1960 os crimes de amor, as festas boêmias, as lembranças de infância, os amores escusos, as paixões desenfreadas, a moralidade condenada e a ordem negociada. A Rua Nilo Peçanha, uma artéria que integra o bairro Bom Jardim, ainda hoje abriga cenas de crimes e constitui-se enquanto lugar onde o tráfico de drogas dá-se à luz do dia, sem nenhuma parcimônia e temor às autoridades e, onde a venda do sexo barato é prática que alimenta esse comércio.

Hoje, nesse espaço não iremos encontrar o *glamour* das antigas boates que imperavam em épocas passadas, mas nos depararemos com um lugar que, dado o crescimento econômico verificado na cidade nos últimos anos – devido principalmente a exploração do petróleo – se tornou alvo da especulação imobiliária, verificando-se, portanto, uma crescente verticalização da cidade, acompanhada do surgimento de condomínios que ocupam os espaços, inclusive os da Rua Nilo Peçanha. Além dessas novas habitações no bairro Bom Jardim, encontraremos casas antigas e modestas, bem como algumas bodegas que denunciam as permanências de um passado calcado na tradição.

O presente trabalho tem como objetivo analisar as representações acerca dos bordéis mossoroenses nas décadas de 1950 e 1960, na perspectiva de identificar como esses espaços foram sendo transformados em lugares de prazer e maldição; como lugares comuns se transformaram em lugares marcados moralmente. A discussão centra-se na zona do meretrício, uma espacialidade constituída por bordéis de alto e baixo meretrício situados ao longo da Rua Nilo Peçanha. Os primeiros estavam localizados no que se alcunhou de *Alto do Louvor* e, os segundos integravam o *Rasga* e o *Cai Pedaco*. O trabalho é concretizado, por um lado, a partir de entrevistas e investigações no jornal *O Mossoroense* e, por outro, a partir das referências que nos instigam a perceber as representações espaciais, estas inscritas também, pelo Código de

---

<sup>6</sup> CERTEAU, Michel. *Op. Cit.*

Posturas do Município de Mossoró de 1966, documento ao qual tivemos acesso e que figurará como fonte na pesquisa. Nas entrevistas foram privilegiados dois grupos de depoentes<sup>7</sup>: homens que freqüentavam os cabarés e pessoas que não eram freqüentadoras, mas conviveram cotidianamente com discursos que descreviam as práticas dos bordéis. Nas entrevistas, buscou-se compreender como as pessoas descrevem os lugares do bordel, comparando-os com outros espaços da cidade. No tocante ao jornal, busca-se entender como o discurso jornalístico da época descrevia os bordéis e seus freqüentadores, criando para aqueles uma espacialidade maldita.

É válido ressaltar que o trabalho não se deterá a analisar a prostituição enquanto fenômeno social, não será esse o objetivo norteador da pesquisa, mas antes, entender o espaço que tal prática constrói. Buscaremos realizar o caminho inverso, não é nossa pretensão enxergar o bordel apenas como cenário que abriga a venda do sexo, como espaço passivo e naturalizado em que os acontecimentos se desenrolam; mas procuraremos entender como essa prática, ou melhor, como a visibilidade das práticas prostituintes, dadas a ver através das representações criadas pelo discurso jornalístico, assim como pelas narrativas orais, transformaram um espaço dito normal (casa) em um lugar moralmente condenado (bordel), ou, de forma mais elástica, como as ruas passam a ser apresentadas como zonas. É igualmente necessário assinalar a presença dos agentes para a constituição da narrativa, uma vez que a existência dos espaços, numa perspectiva certauniana está condicionada as práticas dos sujeitos.

Enxergar a cidade, senti-la, escutá-la, degustá-la... Como já nos alertava Ítalo Calvino, “a cidade precisa ser descoberta pelo olhar”<sup>8</sup>. É a partir desse olhar sensível sobre as cidades que poderemos descortinar seus significados. Mossoró conjuga em si várias cidades e, será em busca daquelas que permanecem ocultas, incandescentes, que lançaremos nosso olhar.

---

<sup>7</sup> Infelizmente não conseguimos entrevistar nenhuma prostituta da época, pois muitas já faleceram e aquelas que ainda residem na cidade não assumem, hoje em dia, a identidade de antiga prostituta. Algumas porque já se encontram casadas e são mães de família e outras porque integram grupos religiosos e, dada a condição atual, negam com veemência o seu passado.

<sup>8</sup> CALVINO, Ítalo. **As cidades invisíveis**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990, p. 17

## **Cidades Ocultas**

*Inutilmente, magnânimo Kublai, tentarei descrever a cidade de Zaira dos altos bastiões. Poderia falar de quantos degraus são feitas as ruas em forma de escada, da circunferência dos arcos dos pórticos, de quais lâminas de zinco são recobertos os tetos; mais sei que seria o mesmo que não dizer nada. A cidade não é feita disso, mas das relações entre as medidas de seu espaço e os acontecimentos do passado...*<sup>9</sup>

Durante muito tempo as cidades foram descritas a partir do que elas apresentavam em sua empiria; as ruas funcionavam para localizar sujeitos e serviços e, raramente se questionava as condições de possibilidade de sua criação, como eram representadas e o que significavam para seus habitantes. As cidades apresentavam uma espacialidade morta, engessada, descritível e raramente problematizada pela História e pela Geografia. Mas como nos sugere Calvino, as cidades não são feitas de descrições, mas de relações. É preciso, pois, avaliar as relações que são tecidas *nas* e *com* as ruas.

Pesavento nos apresenta as cidades como redutos da sensibilidade humana e historiciza a sua tomada como objeto do saber histórico. Na historiografia, por exemplo, as cidades foram estudadas primeiro, a partir de suas origens, o que indicia um viés declaradamente positivista; depois, a partir das décadas de 1960, 1970 e 1980 a preocupação dos historiadores estava voltada para enxergar nas cidades a atuação do materialismo histórico e das lutas de classe e; por fim, foi com a influência da História Cultural a partir dos anos 90 que se descortina uma nova forma de olhar a cidade. Agora ela é vista “como um problema e um objeto de reflexão, a partir das representações sociais que produz e que se objetivam em práticas sociais”<sup>10</sup>. Para a autora, as cidades são constituídas de materialidade, de sociabilidade e de sensibilidade. É uma ação do homem sobre a natureza, é constituída de atores e práticas e, é também um fenômeno que se revela pela percepção humana.

A ausência de trabalhos que tratassem do cotidiano, das práticas culturais e principalmente dos bordéis na historiografia mossaoroense trouxe-nos uma série de questionamentos, a saber: como uma cidade que possui uma Coleção com seu nome – A Coleção Mossoroense – conhecida internacionalmente, não traz em seus catálogos abordagens que tratem da vida cotidiana da cidade? Como é possível que, entre as muitas publicações dessa coleção não existam trabalhos específicos que apresentem o

---

<sup>9</sup> Idem, *Ibidem*. p. 7

<sup>10</sup> PESAVENTO, Sandra Jatahy. Cidades visíveis, cidades sensíveis e cidades imaginadas. In: **Revista Brasileira de História**. São Paulo: ANPUH. Vol. 27, n° 53, jan-jun, 2007, p. 13

*Alto do Louvor* e outros bordéis como espaço boêmio da cidade, haja vista ser este, ainda hoje, um indicador que informa a Rua Nilo Peçanha? Como um passado que permanece vivo nas lembranças dos sujeitos, que serve, ainda hoje, de noticiário para a imprensa não tenha despertado o interesse dos historiadores?

Essa lacuna se explica, não em virtude da falta de uma prática historiográfica para a cidade, mas, sobretudo porque as histórias sobre Mossoró atentem a uma função pedagógica específica, qual seja: a de construção de uma memória coletiva<sup>11</sup> que forje uma identidade segura para os mossoroenses. As cidades que aparecem na historiografia de Mossoró são aquelas que deixam descortinar os eventos políticos, os pioneirismos, a bravura e o heroísmo. Essa história é constantemente reforçada no presente, seja através de eventos festivos, seja através da pena dos historiadores que dão materialidade ao passado. A escrita da história de Mossoró tem como protagonistas os grandes homens da política e os acontecimentos que, de certa forma, quando rememorados no presente cumprem a função de manter viva uma identidade para a cidade. Privilegia-se uma história política e/ou econômica com destaque para a importância do sal na economia mossoroense, bem como ganham evidência na tessitura dessa história a atuação dos sindicatos da indústria salina.

Ainda são discretas as produções que tomam a mulher como objeto de pesquisa histórica em Mossoró. Geralmente essas produções – gestadas em sua maioria no departamento de Serviço Social da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte – se inserem na discussão de gênero e, não raro, percebem a mulher a partir de uma perspectiva feminista, evidenciando a dominação masculina e a sua trajetória rumo à libertação. A exceção dessa realidade é a tese da professora Gláucia Helena Araújo Russo intitulada “*Rodando a bolsinha: dinheiro e relações de prostituição*”<sup>12</sup>. Este trabalho, embora apresente reflexões significativas e inovadoras para pensar as relações entre o dinheiro e a prática prostituinte, aborda a prostituição sob um viés sociológico e não histórico além de não fazer menção à realidade mossoroense, o que é compreensível, dado não ser esse o objetivo da autora.

---

<sup>11</sup> “Maurice Halbwachs, considerado o primeiro teórico do conceito de memória coletiva, destaca que toda memória era estruturada em identidades de grupo, colocando em realce a constituição coletiva da consciência social, deixando a consciência individual atrelada à força do coletivo”. JUCÁ, Gisafran Nazareno Mota. **A oralidade dos velhos na polifonia urbana**. Fortaleza: Imprensa Universitária, 2003, p. 30. Para ter acesso ao conceito ver: HALBWACHS, Maurice. **A Memória Coletiva**. São Paulo: Centauro, 2006.

<sup>12</sup> RUSSO, Gláucia Helena Araújo. **Rodando a bolsinha: dinheiro e relações de prostituição**. Natal, 2006. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais. Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

No Departamento de História da instituição supracitada a iniciativa em se trabalhar temas voltados para o cotidiano também se mantém discreta. Não existem, até o momento, monografias que tratem dos bordéis ou dos espaços festivos da Mossoró da metade do século XX; e como também não há programa de pós-graduação *stricto sensu* em história, torna-se cada vez mais difícil encontrar abordagens que busquem renovar o que já vem sendo escrito sobre a cidade. Entretanto, algumas mudanças vêm se anunciando nos dois últimos anos a partir de trabalhos que – reunidos em forma de artigos<sup>13</sup> – esboçam vinculações com a História Social e a História Cultural. Esses trabalhos ainda não foram concluídos em sua totalidade, fazem parte da leva de novos historiadores em formação e que defenderão suas produções em 2011.

A ausência de uma historiografia sobre o cotidiano de Mossoró à época dos bordéis se configurou como um desafio enorme para o andamento da pesquisa em tela, uma vez que, apenas as fontes, pedaços de fragmentos do passado misturados no tempo e as narrativas orais se colocaram como possibilidades para a concretização do trabalho. Os quadros explicativos fornecidos pela historiografia e de que fazem uso muitos historiadores para compor suas narrativas sobre o passado – seja refutando um conhecimento já escrito, seja descortinando novas histórias – nos faltaram. Sentimos um desespero semelhante ao de Antônio Biá<sup>14</sup> que, ao ter como responsabilidade a escrita científica de uma Javé ameaçada pelas águas, se deparou com o livro branco, desértico e as narrativas múltiplas, diversas e soltas de seus habitantes a reunir. Assim como ele, hesitamos várias vezes em assumir a empreitada de dar sentido às fontes, de lidar com o morto, de matar o acontecimento transformando-o em passado<sup>15</sup>.

Como nos alerta Certeau, a composição de uma narrativa historiográfica não está condicionada apenas a descrição do vivido. Isso porque a história não pode ser entendida como o reflexo do vivido; este, não existe a não ser que seja relatado. “A história não é algo que nos acontece e que depois contamos a alguém; é algo que

---

<sup>13</sup> MENDES, Francisco Fabiano de Freitas; FONTELES NETO, Francisco Linhares *et all.* **História Social e história Cultural de Mossoró: métodos e possibilidades.** Mossoró: Vingt Rosado, 2009. (Coleção Mossoroense, Série c, v. 1556).

<sup>14</sup> Antônio Biá, interpretado por José Dumont, é o personagem do Filme brasileiro “*Narradores de Javé*”, dirigido por Eliane Caffê. Ele se apresenta como uma espécie de intelectual orgânico na perspectiva gramsciana. Como era o único a dominar a escrita no vilarejo, foi incumbido de escrever a história do povoado de Javé, que tinha sua existência ameaçada pela construção de uma usina elétrica. Ver: **NARRADORES de Javé.** Direção: Eliane Caffê. Produção: Vânia Catani. Roteiro: Luis Alberto de Abreu e Eliane Caffê. Interpretes: José Dumont, Matheus Nachtergaele, Gero Camilo, Nelson Dantas e outros. Rio de Janeiro. Estúdio: Bananeira Filmes / Gullane Filmes / Laterit Productions. 2003. Fita VHS (100min.), son, color.

<sup>15</sup> CERTEAU, Michel. **A escrita da História.** 2 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007

acontece justamente porque é contado, porque é vertido sob a forma de uma narrativa”<sup>16</sup>. Essa narrativa é fabricada a partir de um lugar e sob um conjunto de possibilidades, limites e regras que instituem nosso *metier*.<sup>17</sup>

Nesse sentido, dar a ver outras histórias e outras cidades, problematizar os espaços e o papel dos sujeitos na construção das espacialidades torna-se importante para percebermos o papel de outros agentes históricos que geralmente são fabricados sob a égide do discurso jornalístico. Perceber as representações que produziam apartações simbólicas e ditavam condutas na Mossoró dos anos de 1950 e 1960 é fundamental para compreendermos como as fronteiras invisíveis ainda barram posturas e atacam transgressões.

Mendes avalia de forma contundente a atuação da historiografia mossoroense e seu esforço para a construção de uma memória local. Segundo ele

(...) a memória local, mais que a história local, precisa de vultos, de poderosos inimigos derrotados, precisa da sagacidade de ‘homens bons’, precisa de monumentos de vitória e do repisado constante dos grandes feitos passados, precisa apagar dos arquivos a rala ralé, os conflitos não podem ser trazidos para o presente, devem pertencer ao passado atemporal, mítico, quando ainda se pelejava pela formação adequada. Assim, talvez a maior das dificuldades da história local seja romper a barreira de cristal da memória local, para que novos agentes históricos de passados remotos ou mais próximos se apresentem, para novos eventos e experiências serem conhecidos, para que o tecido social de várias épocas, enfim, apareça repleto de contradições, conflitos, e novas interpretações sobre temas quase engessados surjam mais e mais, e o passado da sociedade local se mostre vibrante e diverso, e o campo da história possa realmente oferecer mais passados que os efusivamente revisitados.<sup>18</sup>

Romper com essa memória cristalizada é o que pretendemos fazer ao tomarmos os lugares boêmios como objeto do saber historiográfico, redutos nunca antes visitados pela historiografia mossoroense. Recompôr outro mosaico para a história de Mossoró, agora disforme, colorido e vibrante se configura como meta deste trabalho. Porém, como na maioria das vezes a proposição do novo incita resistências; já sinto a presença cortante dos estilhaços...

Ampliando o olhar para além da historiografia mossoroense, percebemos uma vasta quantidade de trabalhos que elencam a prostituição como objeto de estudo; desde

---

<sup>16</sup> AGRA DO Ó, Alarcon. Michel de Certeau e a “Operação Historiográfica”. In: Veredas Fafip, Caruarú, Vol. 1, n. 02, p. 48-56, jul./dez. 2004.

<sup>17</sup> CERTEAU, Michel. *Op. Cit.*

<sup>18</sup> MENDES, Francisco Fabiano de Freitas. **História cultural de Mossoró: o que, como e por quê?** In: MENDES, Francisco Fabiano de Freitas; FONTELES NETO, Francisco Linhares *et all.* *Op. Cit.* p. 49-50

os que a percebem como um mal necessário até aqueles que se debruçam sobre os discursos médico e jurídico para inquirir suas causas. Geralmente, nessas abordagens a prostituta é tida como protagonista e recebe sozinha o estigma advindo das práticas que exerce.

A historiografia tem se preocupado mais em analisar a prostituição enquanto fenômeno do que propriamente em dar a ver a historicidade dos espaços que ela ocupa, ou melhor, as espacialidades que essa prática constrói. A meta ampla desse trabalho é justamente deslocar esse olhar e enxergar o bordel como um espaço construído por práticas e representações.

Nesse sentido, se faz necessário esboçarmos, mesmo que sucintamente, um mapeamento mais geral do que fora produzido sobre a temática em tela, situando o estado da arte do nosso objeto a partir de pesquisas que avançam na discussão. Um dos primeiros trabalhos que situou o bordel como objeto da história foi o de Emmett Murphy, intitulado “*História dos grandes bordéis do mundo*”<sup>19</sup>. Como é de inferir pela própria elasticidade temporal do título, o autor narra a saga da prostituição desde a antiguidade, passando pela Idade Média, até esbarrar nos prostíbulo do Novo Mundo. Nessa obra, Murphy, além de descrever peculiaridades sobre os bordéis e suas denominações ao longo da história, traz à luz algumas especificidades da prática prostituinte, evidenciando como a mesma foi concebida ao longo da história. Ele procura mostrar como a sociedade de cada época acomodava a prostituição e resolvia os conflitos existentes entre as normas sociais e suas transgressões.

“*As prostitutas na história*”<sup>20</sup> se configura em outro trabalho que elege um recorte temporal mais extenso. Nele, a autora historiciza a prática da prostituição passeando pelos clássicos períodos da história, desde a Antiguidade até os tempos modernos. No entanto, suas abordagens tentam desmistificar alguns tabus e propõe maneiras outras de se enxergar a prostituta e a prostituição. A autora situa a prostituição no campo da pluralidade, percebendo a prostituta como autora de uma ação racional.

As abordagens sobre os bordéis franceses<sup>21</sup>, elaboradas por Laure Adler a partir de uma história dos costumes, inaugura uma concepção nova, a saber, a de incluir o homem como agente da prostituição. Ao estudar um século da presença dos bordéis na

---

<sup>19</sup> MURPHY, Emmett. **História dos grandes bordéis do mundo**. Trad. Heloisa Jahn. 2 ed. Porto Alegre: Artes e Ofícios, 1994.

<sup>20</sup> ROBERTS, Nickie. **As prostitutas na história**. trad. Magda Lopes. 2 ed. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1998.

<sup>21</sup> ADLER, Laure. **A vida nos bordéis de França (1830-1930)**. Trad. Maria da Assunção Santos. Lisboa – Portugal: Terramar, 1990.

França (1830-1930), a autora entende a prostituição como uma história de casal, de duas pessoas; portanto, como uma relação. Nessa perspectiva, outros trabalhos põem em evidência novas nuances da prostituição, percebendo-a também como um canal de sociabilidade, além, é claro, de questionar a vitimização da prostituta.

Podemos identificar na historiografia brasileira algumas produções que inovam a temática da prostituição, como por exemplo, os trabalhos de Margareth Rago: “*Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar: Brasil 1890-1930*”<sup>22</sup> e “*Os prazeres da noite: prostituição e códigos da sexualidade feminina em São Paulo (1890-1930)*”<sup>23</sup>. Esses estudos trazem, cada uma a seu modo, abordagens sobre os códigos morais da sociedade, seja a partir da fábrica e fora dela, seja através dos discursos que descortinam os códigos da prostituição. Fiel a uma perspectiva foucaultina de análise voltada para perceber o que se encontra à margem, a autora investiga os discursos e práticas que forjaram o espaço da feminilidade para mulher burguesa a partir da estereotipia da mulher insubmissa: a prostituta. Ela investiga as malhas do poder que teceram os espaços da ordem e os submundos da prostituição. Dessa forma, para Rago a produção de discursos sobre a prostituição visa à proteção de uma sexualidade “lícita” contra uma outra, “ilícita”, tendo como objetivo disciplinar as relações sexuais.

Nessa perspectiva, os discursos médicos sobre a prostituição também se configurou como preocupação para o historiador. Magali Engel, em sua obra “*Meretrizes e doutores*”<sup>24</sup> se debruçou sobre os textos médicos acerca da prostituição produzidos no Rio de Janeiro entre as décadas de 1840 e 1890. Ao estudar uma história das idéias da prostituição, a autora buscou compreender como os discursos científicos contribuíram para compor um projeto de ordenação social do espaço urbano, necessário a uma época de profundas transformações sociais. Adotando um enfoque foucaultiano sobre o papel da medicina na elaboração de discursos que esquadriharam a sexualidade do século XIX, a autora evidencia a importância e o significado do ato de falar sobre a prostituição. Não obstante, embora consideremos a existência das relações de poder esquadrihando o social, forjando discursos que instituem lugares de ordem e desordem, privilegiaremos uma abordagem que deixe aparecer as estratégias de burla dos sujeitos.

---

<sup>22</sup> RAGO, Margareth. **Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar: Brasil 1890-1930**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

<sup>23</sup> RAGO, Margareth. **Os prazeres da noite: prostituição e códigos da sexualidade feminina em São Paulo (1890-1930)**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

<sup>24</sup> ENGEL, Magali. **Meretrizes e doutores: saber médico e prostituição no Rio de Janeiro (1840-1890)**. São Paulo: Brasiliense, 1989.

Estes, por meio de discursos e práticas cotidianas tecem novas relações, instituem novos códigos, escapam à vigilância instituída pelo poder, mesmo quando dele fazem parte.

O trabalho autobiográfico intitulado “*Eu, mulher da vida*” de Gabriela Leite<sup>25</sup> relata sua trajetória no mundo da prostituição e seu engajamento em movimentos sociais. Ela procura não vitimizar a prostituta, tampouco homogeneizá-la; ao contrário, concebe a prostituição como um mundo múltiplo que deveria ser respeitado pela sociedade. Em sua narrativa, tenta denunciar as hipocrisias que a sociedade alimenta sobre a prostituição e a sexualidade, defendendo a institucionalização da prostituição como uma profissão como qualquer outra, pois, segundo ela, o enquadramento dessa atividade como contravenção pelo Código Penal de 1940, não fez com que essa prática fosse extinta, ou mesmo totalmente controlada.

Um trabalho que nos ensinará a perceber a construção dos espaços por meio das práticas e representações, sem dúvida, é o construído por Pesavento<sup>26</sup> sobre a outra cidade de Porto Alegre na *Belle Époque*. A partir de uma vasta documentação a autora descortina uma outra cidade dos excluídos no final do século XIX. Ela defende a “idéia de que um centro urbano, ao construir-se, reproduz, na apropriação do solo, a assimetria social que a cidade comporta. Constituem-se, assim, os lugares da *cidade dos outros*, designados pelo imaginário da exclusão”. Pensar a construção e a exclusão na Porto Alegre do século XIX é pensar também como as espacialidades são produzidas, como a geografia urbana e moral se estabelece na cidade. Para tanto, a autora busca entender como as ruas se transformam em becos e como estes, são tidos como lugares de enclave e, portanto, se constituem como *maus lugares*. O discurso jornalístico em Porto Alegre criava representações sobre as ruas estreitas e as transformavam em becos, porém, essa nomenclatura indica uma depreciação ao passo que o beco passa a ser o espaço que concentra o pobre, encravado no coração da cidade. A apreciação topográfica cede lugar a uma avaliação moral, estética e higiênica dos becos. Estes se apresentam como espaços malditos por abrigarem bordéis, bodegas e casas de jogo, lugares habitados por indivíduos, por fulanos de tal e nunca por cidadãos. A autora se propõe a pensar a relação dos espaços públicos e privados a partir do cortiço e do beco, destacando a tênue fronteira entre o mundo da ordem e o da contravenção. Contudo, o percurso traçado por Pesavento para enxergar uma outra cidade em Porto Alegre do século XIX é por demais

---

<sup>25</sup> LEITE, Gabriela Silva. **Eu, mulher da vida**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1992.

<sup>26</sup> PESAVENTO, Sandra Jatahy. **Uma outra cidade: o mundo dos excluídos no final do século XIX**, São Paulo: Companhia Editorial Nacional, 2001, p. 22-23

instigante para percebermos como as representações criam espaços reais, estes estavam lá, nas fontes, clamando para serem vistos e ansiosos para ganhar corpo e vida na narrativa do historiador.

Os trabalhos de Freitas<sup>27</sup> e de Freire<sup>28</sup>, assim como o de Souza<sup>29</sup> tratam da relação dos clientes com as prostitutas no bordel. O primeiro, embora compreenda a interseção entre os dois mundos (o da prostituta e o do cliente) ainda faz da prostituta a figura central e quase exclusiva da prostituição, exemplo disso é ter como objetivo central a construção da identidade da prostituta e o modo como ela negocia sua identidade com a sociedade. No segundo trabalho, de cunho mais sociológico que histórico, Freire analisa os tipos de representações que são criadas pelo cliente acerca da prostituição, da prostituta e dele próprio. O autor investiga a resistência da prostituição frente à Revolução Sexual, analisando até que ponto essas mudanças influenciam na esfera desse fenômeno. Por fim, o terceiro trabalho analisa a prostituição a partir do cliente, destacando as funções de sociabilidade que os bordéis e seus agentes oferecem à sociedade que faz uso dos serviços da prostituta no bordel.

Diante do quadro explicativo que tentou esboçar o lugar do bordel e da prostituição enquanto objetos da História, a especificidade do presente trabalho consiste em analisar os bordéis mossoroenses a partir de uma perspectiva que se quer inovadora, qual seja: a de perceber os espaços, entendendo como estes foram sendo tecidos, como foram sendo construídos pelas práticas ordinárias dos sujeitos, pelos relatos de espaço, estes, também enunciadores de práticas.

---

<sup>27</sup> FREITAS, Renan S. de. **Bordel, bordéis: negociando identidades**. Petrópolis: Vozes, 1985.

<sup>28</sup> FREIRE, Rasland. **Prostituta e prostituição: as representações do cliente**. João Pessoa, 1997. 148p. Dissertação (Em Ciências Sociais) – Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes – Universidade Federal da Paraíba.

<sup>29</sup> SOUZA, Francisca Ilnar de. **O cliente: o outro lado da prostituição**. Fz. Sec. Cult. Desporto, São Paulo: Annablume, 1998.

***O trabalho de Penélope<sup>30</sup>: narrativas que tecem espaços, memórias que fazem, desfazem e refazem a história.***

A tomada de Penélope como personagem para apresentar esse tópico justifica-se pelo trabalho ao qual se dedicou durante o período de espera de Ulisses, o esposo a quem tanto amava. A atividade de Penélope é elucidativa de duas questões. A primeira faz referência ao trabalho de tecer, de produzir, de construir. Dessa forma, nós historiadores tecemos a história, fabricamos uma narrativa sobre o passado, somos, por assim dizer, o tecelão dos tempos<sup>31</sup>. De forma análoga à Penélope – mas, ao mesmo tempo, nos utilizando de materiais diferentes – estamos em constante processo de urdir, de compor um passado através dos fragmentos que enxergamos enquanto fontes. Como em um bordado, que ao final da tessitura expressa suas formas, estamos constantemente costurando os tempos, para ter ao final da labuta uma versão sobre um passado. Este, ganha sentido e materialidade a partir da prática historiográfica. A segunda razão pela qual utilizamos Penélope como metáfora faz alusão à sua estratégia de burla, traduzida na ação de fazer, desfazer e refazer novamente sua colcha de tricô. A historiografia é assim construída, assim como esse é também o percurso para a construção da memória. A presença das narrativas orais que, num tempo presente rememoram o tempo áureo dos bordéis mossoroenses tornará evidente essa dialogicidade na feitura da história a partir da construção das narrativas.

Nesse sentido, se vamos tecer a história teremos que amarrar muito bem os seus fios, fazer arremates caprichosos para que o avesso do bordado não se apresente confuso, inconsistente. Para isso, apresentaremos algumas categorias que nos auxiliarão a olhar o nosso objeto dando sustentação ao nosso trabalho.

Os conceitos de *Espaço* e *Lugar*<sup>32</sup>, entendidos a partir da perspectiva atribuída pelo francês Michel de Certeau nortearão todo o trabalho, visto estarmos tratando de uma história dos espaços; estes, entendidos a partir de práticas e representações. Dessa

---

<sup>30</sup> Na mitologia grega Penélope é a esposa de Ulisses. Enquanto aguardava o retorno de seu marido da Guerra de Tróia, Penélope inventou uma ardilosa estratégia para retardar, ao máximo, um novo casamento sem, com isso, desagradar seu pai. Ela colocou como condição para aceitar a corte de seus pretendentes a conclusão de uma colcha de tricô. No entanto, durante o dia Penélope tecia a colcha, dando a ver que estava empenhada em concluí-la, porém, à noite a desmanchava e, no dia seguinte tornava a tecê-la, num trabalho sem fim, até que certo dia fora descoberta por uma de suas servas que a delatou. HOMERO. *A Odisséia* em forma de narrativa. Traduzido e Adaptado por Fernando C. de Araújo Gomes. São Paulo: Ediouro, 2004. (Clássicos de bolso)

<sup>31</sup> ALBUQUERQUE JR., Durval Muniz. **O Tecelão dos Tempos: o historiador como artesão das temporalidades.** Revista Eletrônica Boletim do TEMPO, Ano 4, Nº19, Rio, 2009 [ISSN 1981-3384]

<sup>32</sup> CERTEAU, Michel de. **A Invenção do Cotidiano.** *Op. Cit.*

forma, entendemos que as representações criadas pelos jornais e pelas narrativas orais constroem espaços, instituem fronteiras que separam e urdem práticas e sujeitos. O espaço é, antes de tudo, um lugar praticado, subjetivado, um lugar de mobilidade, um lugar antropológico. Dessa forma, ao dizer que o espaço é um lugar praticado, Certeau chama a atenção dos historiadores para perceberem que os homens moldam os espaços, quer seja pela simples caminhada ou mesmo no modo como o relatam e o descrevem. Assim, à medida que o lugar é praticado vai se transformando em espaço. Este espaço serviria para definir o que os não-lugares<sup>33</sup> não são.

As categorias *Alto e Baixo* e *Direito e Esquerdo*, aparentemente tão ingênuas e naturalizadas por nós, principalmente quando as utilizamos para indicar localização, serão aqui problematizadas à luz da compreensão que faz delas o geógrafo chinês Yu Fu Tuan<sup>34</sup>. Essas categorias indicam que as posições espaciais estão longe de se configurarem como naturais; antes, imprimem qualidades aos sujeitos, informam sua posição na ordem social. No trabalho em tela, as posições de *Alto e Baixo* não implicam tão somente uma localização topográfica dos bordéis, mas indica a existência de ambientes que são mais aceitos e menos aceitos socialmente, devido à posição social que ocupam. Já os conceitos de *Direito e Esquerdo* são indicativos para percebermos como a sociedade mossoroense enxergava as mulheres, como a conduta moral feminina era avaliada. Contudo, é válido ressaltar que entendemos a inversão conceitual que este autor apresenta em relação à Certeau, motivo pelo qual não utilizamos, dele também, os conceitos de espaço e lugar<sup>35</sup>.

---

<sup>33</sup> Não-lugar é um conceito criado pelo antropólogo francês Marc Augé para definir e compreender o que ele denominou de espaços da supermodernidade. Segundo ele, os não-lugares se caracterizam como lugares de passagem, que não criam nem relações, nem identidades. O conceito de não-lugar se apresenta em oposição ao que denominou de lugar antropológico. O lugar antropológico de Augé é o mesmo espaço definido por Certeau. Ver: AUGÉ, Marc. **Não-Lugares**: introdução a uma antropologia da supermodernidade. Campinas: Papyrus, 1994.

<sup>34</sup> De acordo com Tuan somos espacializados pelo lugar que o nosso corpo ocupa no cosmos, pois ele foi o nosso primeiro instrumento, que nos permitiu pelo uso dos sentidos, estabelecer relações espaciais de construção dos lugares e de territórios. Dessa forma, construímos os lugares pela perspectiva da experiência. Para ele, as sociedades definem, de formas diferentes, as suas espacialidades. O que elencamos como alto e baixo pode ter significações diversas para outras sociedades. Na sociedade ocidental, por exemplo, ancorada nos valores clássicos do Iluminismo, o alto é sempre visto como superior ao baixo, possui conotação positiva e representativa da negação do que é o baixo. O mesmo pode ser aplicado as noções de direito e esquerdo. O primeiro visto a partir da normalidade, do esperado; já o segundo visto como fora de lugar, como seu contrário. TUAN, Yu-Fu. **Espaço e Lugar**: a perspectiva da experiência. São Paulo: Difel, 1983, p. 151.

<sup>35</sup> A inversão conceitual em relação à abordagem de Certeau se processa da seguinte forma: Para Tuan o espaço, na medida em que adquire significado e definição, vai se transformando em lugar. O espaço para ele não possui significado, é o lugar que o possui; o lugar só existe quando passa a ser vivido, sentido, quando ganha significação. Dessa forma, seria a prática do espaço que o transformaria em lugar. Entretanto, Certeau conceitua de forma inversa, ele entende que a prática do lugar é condição *sine qua*

Privilegiando o enfoque da Nova história Cultural que incide em chegar ao real através do modo pelo qual os homens o recriam e atribuem sentido às coisas, estabelecendo distinções e valores, o conceito de representação será utilizado a partir das elaborações teóricas de dois autores, a saber: François Hartog e Roger Chartier.

François Hartog nos levará a perceber a representação como produtora de um real que modifica um tempo histórico. De forma mais específica, o conceito de “*retórica da alteridade*” nos possibilitará pensar a relação inscrita entre *nós* e os *outros* (bordel/rua; prostituta/mulher honesta) a partir da construção de uma identidade, que é, antes de tudo, produto de uma intenção entre sujeitos que se constituem enquanto se comunicam. Em “*O espelho de Heródoto*”, esse autor destaca que a retórica visa à produção de discursos de alteridade e, para tal, emprega estratégias que tem por objetivo falar do outro o enunciando em sua diferença. Essas estratégias seriam as seguintes: inversões, analogias, comparações<sup>36</sup>.

Roger Chartier nos ajudará a pensar a recepção das representações. Em obra intitulada “*A beira da falésia*” assevera que entre a representação proposta e o sentido construído, discordâncias são possíveis. A força da representação pode tentar persuadir de um poder, mas pode também dar a perceber a distância entre os signos exibidos e a realidade que eles não podem dissimular.<sup>37</sup> Já as apropriações são entendidas por esse autor como práticas de produção de sentido, dependentes das relações entre textos, impressão e modalidades de leitura, sempre diferenciadas por determinações sociais.<sup>38</sup> Dessa forma, sem necessidade de correspondência exata com a realidade, as representações se impõem por critérios de plausibilidade, verossimilhança, pelo recurso a estratégias discursivas dotadas de forte apelo de positividade, pelo emprego de imagens portadoras de enorme capacidade de mobilização e pelo uso de práticas sociais eficazes e sedutoras. As representações, que têm *efeito de real*, ultrapassam a função de re-figuração do mundo social e chegam a produzir a própria realidade.<sup>39</sup>

---

*non* para que haja um espaço, ou seja, a partir do momento em que o sujeito pratica o lugar este se transforma em espaço. Idem. *Ibidem*. p. 151.

<sup>36</sup> HARTOG, François. **O espelho de Heródoto**; ensaio sobre a representação do outro. Trad. Jacyntho Lins Brandão. Belo Horizonte. Editora: UFMG, 1999, p. 229-271.

<sup>37</sup> CHARTIER, Roger. **A beira da falésia**: a história entre certezas e inquietude. Trad. Patrícia Chittoni Ramos. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2002, p.178.

<sup>38</sup> CHARTIER, Roger. **A história cultural entre práticas e representações**. Col. Memória e Sociedade. Trad. Maria Manuela Galhardo. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990).

<sup>39</sup> PESAVENTO, Sandra Jatahy. **Uma outra cidade**: o mundo dos excluídos no final do século XIX. São Paulo: Companhia Editorial Nacional, 2001, p. 9.

Nesse sentido, o conceito de representação apresenta-se como fundamental para perceber primeiro: que as fontes não nos darão acesso ao real<sup>40</sup>. Estas são antes de tudo uma representação do passado. Segundo: se utilizarmos a representação do jornal *O Mossoroense* sobre o *Alto do Louvor* teremos uma versão, dentre muitas sobre um passado que poderá ser aliada, para análise, com as versões orais que se configuram, igualmente, enquanto representações. Além disso, a representação também se expressa na construção das identidades, na forma como enxergamos o *outro* e como essa percepção *reflete* para nós como informação de quem somos.

Além do conceito de representação, a *memória* também será uma categoria de análise no trabalho em tela. Antes de apresentarmos os teóricos que fundamentarão a abordagem desse conceito faz-se necessário destacar as contribuições do sociólogo Maurice Halbwachs<sup>41</sup>. Apesar de considerarmos as críticas feitas a ele no que tange principalmente ao entendimento da memória enquanto documento histórico, não poderíamos deixar de reconhecer a validade de seus estudos no tocante a criação e a utilização do conceito de *memória coletiva*. Ele se preocupou em investigar a maneira como os acontecimentos são lembrados e como estes e, portanto, como o passado ganha materialidade na lembrança dos sujeitos, mesmo que essa lembrança não necessite ser escrita pelo historiador enquanto sua existência perdure. Embora seu conceito de memória coletiva, elaborado nos anos de 1920, tenha lhe rendido muitas críticas, principalmente por atrelar ao grupo a supremacia da memória, foi a partir dos seus estudos nesse campo específico que os historiadores voltaram seu olhar para o estudo da memória como um componente importante da história. Assim, mesmo havendo tensões constantes entre Clio e Mnemosine, ambas podem coexistir na narrativa historiográfica.

O conceito de *memória* será abordado à luz das contribuições do historiador Simon Schama<sup>42</sup> e do sociólogo Michael Pollak<sup>43</sup>. O primeiro nos ajudará a pensar a construção da memória a partir da relação que os sujeitos travam com os espaços e a natureza, construindo paisagens a partir da memória. O segundo nos ajudará a pensar a memória dos sujeitos que se colocam à margem, as “memórias subterrâneas” caracterizadas por conflitos e disputas.

---

<sup>40</sup> O real entendido como expressão da verdade absoluta sobre o desenrolar dos fatos ou acontecimentos do passado.

<sup>41</sup> HALBWACHS, Maurice. **A Memória Coletiva**. São Paulo: Centauro, 2006.

<sup>42</sup> SCHAMA, Simon. **Paisagem e Memória**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

<sup>43</sup> POLLAK, Michael. **Memória, Esquecimento, Silêncio**. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol.2, nº 3, 1989.

Simon Schama, em sua obra “*Paisagem e Memória*” se preocupou em perceber a historicidade da relação do homem com a natureza compreendendo que esta não precede a cultura, não se nomina por si só; ao contrário, são os homens que lhe atribuí sentido transformando-a em paisagem. Para se compreender a memória na perspectiva elaborada por Schama faz-se necessário compreender também o conceito de paisagem, uma vez que esta tem sua construção ancorada naquela. A paisagem enquanto categoria é tratada por Schama a partir dos elementos oriundos do espaço físico, a saber: a mata, a água e a rocha. Esses elementos são apropriados e significados pelas culturas de forma particular. Nesse sentido, a paisagem apresenta-se como obra da percepção humana, a mesma só passa a existir a partir do momento que ganha significação. Para significar essa natureza e transformá-la em paisagem, o homem se utiliza da memória, pois é ela que fornece os mitos que instrumentalizam o nosso olhar.

Nessa perspectiva, os mitos e lembranças da paisagem partilham duas características comuns: sua surpreendente permanência ao longo dos séculos e sua capacidade de moldar instituições com as quais ainda convivemos. Para Schama o espaço está impregnado de memória, ela se sedimenta ao longo dos anos e aflora à medida que os mitos reaparecem. Identificando exemplos na história, o autor opera com a arqueologia<sup>44</sup> da memória, partindo de indícios do presente para identificar mitos primordiais que permitiram a cada cultura elaborar os arranjos de compreensão e leitura da paisagem. Ele a compreende como o resultado das práticas culturais e como algo que é sempre, representado pelos seres humanos a partir de vivências sociais específicas. Dessa forma, se faz mister compreender que a paisagem é, antes de tudo, produto de um lugar e, portanto, resultado de uma operação memorialística. O diálogo com Schama nos permitirá entender as cartografias dos bordéis mossoroenses apresentados pelas narrativas orais.

Michael Pollak acredita que as memórias marginalizadas trazem significativas contribuições para a História Oral. Para ele *A memória é seletiva*. Nem tudo fica gravado. Nem tudo fica registrado. A memória também sofre flutuações que são função do momento em que ela é articulada, em que ela está sendo expressa. As preocupações do momento constituem um elemento de estruturação da memória. Podemos, portanto dizer que *a memória é um elemento constituinte do sentimento de identidade*, tanto individual como coletiva, na medida em que ela é também um fator extremamente

---

<sup>44</sup> É válido ressaltar que o termo arqueologia não está empregado para significar as origens de um passado linear e factual, mas faz referência ao processo de sedimentação da memória.

importante do sentimento de continuidade e de coerência de uma pessoa ou de um grupo em sua reconstrução de si.<sup>45</sup>

Perceber a construção das espacialidades – seja a partir das representações jornalísticas, seja por meio da construção da memória e suas narrativas orais – implica pensar, também, na existência de fronteiras que separam e urdem espaços criando novas arrumações das relações entre o público e o privado. Para perceber as apartações sociais e morais instituídas em Mossoró no tempo áureo dos bordéis buscaremos compreender a fronteira como algo móvel, fluido e dinâmico. A fronteira, ao passo que separa e segrega, pode, igualmente, criar novas espacialidades permitindo a vivência de novos códigos.

A *fronteira* é tomada em nossa análise a partir das abordagens do historiador Antoine Prost<sup>46</sup> que a compreende como uma construção histórica. Para ele, a definição dos espaços em públicos e privados admite certa relatividade; embora as fronteiras existam, são móveis e permitem fugas, burlas dos sujeitos que os praticam. Assim, os discursos que instituem a Rua Nilo Peçanha como zona do meretrício e, portanto, percebe as demais artérias da cidade como espaços ditos normais, são construtores de fronteiras. Porém, estas são rompidas quando nos cabarés se percebe a presença da *alta* sociedade masculina, ou mesmo quando verificamos as relações que as prostitutas mantinham com a sociedade, haja vista o fato de que nem todas as mulheres moravam nos bordéis. A própria constituição física dos cabarés e sua ordenação arquitetônica em salões, bares e quartos definem fronteiras e instituem esferas do público e do privado.

As relações entre o público e o privado, as cidades da festa e do crime, as cartografias do prazer e os códigos que instituíam o cotidiano em Mossoró nos anos de 1950 e 1960, serão dados a ver através da interpretação e dos questionamentos que faremos as fontes, matéria-prima imprescindível à operação que procedemos para fabricar a história.

A concepção de documento tem sido ampliada principalmente com a emergência da Nova História que alargou o leque de possibilidades no campo historiográfico no que se refere ao reconhecimento das fontes. Se antes a feitura da história estava condicionada a existência de documentos escritos oficiais que garantissem a verdade ao

---

<sup>45</sup> POLLAK, Michael. **Memória e identidade social**. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, 1992, p. 4-5 (p. 200-212.5)

<sup>46</sup> PROST, Antoine. Fronteiras e espaços do privado. In: PROST, Antoine; VINCENT, Gérard (org). **História da vida privada vol. 5: Da Primeira Guerra a nossos dias**. São Paulo: Companhia das Letras, 1999, p. 13-153.

historiador, hoje, tanto essa verdade quanto a oficialidade dos documentos foram colocados à prova. Entretanto, é válido ressaltar que a crítica ao documento permanece necessária, dado o seu caráter de produção e intencionalidade.

Nessa perspectiva, a concepção de história como uma *operação*<sup>47</sup> em que o historiador não se apresenta como um sujeito em nada neutro e ausente ou um mero copista idôneo e disciplinado é um convite para que possamos discutir o que é um *documento histórico*. Para isso, consideramos fundamental a reflexão feita por Jacques Le Goff na obra *História e Memória*<sup>48</sup> e, dessa reflexão, nos utilizaremos do seu conceito de *documento-monumento*. O autor inicia a sua análise a partir das origens etimológicas dos termos *monumento* e *documento*. O primeiro vem do latim, *monumentum*, e remete à raiz indo-européia *men*, que revela uma das funções do espírito, a memória (*memini*). O verbo *monere* significa *fazer recordar*, daí *avisar*, *iluminar*, *instruir*. Portanto, o monumento é um *sinal* do passado, um legado à memória coletiva, pois através dele, voluntária ou involuntariamente, evoca-se o passado e perpetua-se a recordação das sociedades históricas. Ele nos reenvia a testemunhos que só numa parcela mínima são escritos, haja vista que, desde a Antiguidade romana, o *monumentum* passou a denotar apenas dois sentidos: é percebido tanto como uma obra comemorativa da arquitetura ou da escultura (pórticos, arcos do triunfo, coluna, etc), quanto como uma obra de arte funerária destinada a perpetuar a recordação de uma pessoa.<sup>49</sup>

Já o termo *documento* derivado do latim *documentum* e este de *docere*, que expressa *ensinar*, evoluiu para o significado de *prova* e é amplamente usado no vocabulário legislativo. É com a escola positivista que se dá o triunfo do documento sobre o monumento: ao documento dá-se o fundamento do fato histórico, tornando-se uma prova histórica apresentada essencialmente como um testemunho *escrito*.

Conforme Le Goff, “o documento não é qualquer coisa que fica por conta do passado, é um produto da sociedade que o fabricou segundo as relações de forças que aí detinham o poder.” Analisar o documento como um monumento permite à memória coletiva recuperá-lo e ao historiador usá-lo cientificamente, isto é, com pleno conhecimento de causa.<sup>50</sup>

---

<sup>47</sup> CERTEAU, Michel. **A escrita da História**. *Op.Cit.*

<sup>48</sup> LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. Campinas: Editora da Unicamp, 2003.

<sup>49</sup> Idem. *Ibidem*. p. 526

<sup>50</sup> Idem. *Ibidem*. p. 535

O historiador seleciona o documento, extrai-o do conjunto dos vestígios do passado, atribui-lhe um valor de testemunho que dependerá de um lugar social que ocupa, como afirma Certeau. Com base nesse raciocínio, Le Goff defende que o documento não é inócuo.

É, antes de mais nada, o resultado de uma montagem, consciente ou inconsciente, da história, da época, da sociedade que o produziram, mas também das épocas sucessivas durante as quais continuou a viver, talvez esquecido, durante as quais continuou manipulado, ainda que pelo silêncio.<sup>51</sup>

Pode-se concluir, portanto, que o *documento é monumento*, pois ele é um resultado do esforço das sociedades históricas para impor um futuro, uma determinada imagem de si próprias, mesmo que isso se dê involuntariamente. Isso significa que não há um documento-verdade, pois, enfaticamente, Le Goff afirma: “todo documento é mentira”. Cabe ao historiador não fazer o papel de ingênuo. Baseado nisso, ele argumenta que “é preciso começar por desmontar, demolir esta montagem, desestruturar essa construção e analisar as condições de produção dos documentos-monumentos”.<sup>52</sup>

O trato com as fontes – uma das etapas da operação historiográfica de que nos fala Certeau<sup>53</sup> – bem como os métodos que nos indicarão os caminhos a serem traçados para dar sentido a um passado se darão a partir da análise de fontes de duas naturezas: quais sejam: fontes impressas e orais. As primeiras são constituídas pelas edições disponíveis do Jornal *O Mossoroense* nas décadas de 1950 e 1960 e pelo Código de Postura de Mossoró promulgado em 1966. No jornal analisaremos a construção dos espaços a partir das representações que são noticiadas para definir os bordéis, suas práticas e seus frequentadores. No Código de Postura de 1966 buscaremos perceber como a cidade era pensada pela razão técnica e pelo poder público, quais eram as práticas incentivadas pela moral e quais eram as condutas condenáveis. Esse documento pode nos oferecer vários elementos para compreender a cidade, as ruas e as posturas que deveriam ser adotadas pelos sujeitos no espaço público e aquelas mais recomendadas ao espaço privado.

As narrativas orais se configuram como outra fonte, de igual relevância, para o presente trabalho. É válido ressaltar que o uso da História Oral como fonte não se dará

---

<sup>51</sup> Idem. *Ibidem*. p. 537-538

<sup>52</sup> Idem. *Ibidem*. p. 538

<sup>53</sup> CERTEAU, Michel de. *Op. Cit.*

com o propósito de preencher lacunas – apesar de considerar que elas existam – mas, sobretudo, por acreditar que, por sua natureza, essa fonte nos permitirá perceber o nosso objeto a partir de outras perspectivas, mais abertas e plurais. Dessa forma, utilizaremos a História Oral como metodologia para perceber como a memória elaborada no presente constrói representativamente os espaços do prazer de uma Mossoró do passado e em que medida essas narrativas se distanciam ou se aproximam das representações elaboradas pelo discurso jornalístico da época. Apostamos na idéia de que as narrativas orais possam no fornecer outras possibilidades de compreender a construção dos espaços boêmios de Mossoró na metade do século XX.

Nesse sentido, devemos afastar a pretensão de *resgatar* um passado, pois o mesmo é uma invenção nossa quando matamos o acontecimento. A operação historiográfica de Certeau<sup>54</sup> nos ensina a amar a morte, porque é a partir dela que o nosso trabalho ganha forma. Transformamos o passado em morte quando o elegemos como uma narrativa nossa, quando a fabricamos, quando insistimos em dar sentido a pedaços de memória e a um amontoado de discursos que enxergamos como fonte e passamos a inquiri-las. É nesse jogo de amor a narrativa, é nesse caos de vazios e lacunas que nos aventuramos a elaborar uma trama que certamente não teria a mesma textura, o mesmo gosto e os mesmos cheiros sem os depoimentos que lhes deram forma.

O trabalho está organizado em três capítulos. O primeiro procura esboçar uma história dos códigos e das práticas cotidianas no afã de dar visibilidade a outras cidades, outros espaços em Mossoró. Para tanto, tentaremos dar a ver as especificidades da Rua Nilo Peçanha se comparadas a outras artérias da urbe. Nesse capítulo convidamos o leitor a fazer uma visita as moradas de *Liliths*, *Evas* e *Madalenas*, a conhecer a sociabilidade proporcionada pelos cabarés, a perceber as regras instituidoras de conveniência para os clientes, cafetinas e prostitutas e a perceber a relação das mulheres de “*vida fácil*” com a sociedade mossoroense.

O segundo capítulo tentará perceber como o discurso jornalístico representa o *Alto do Louvor* criando para ele uma espacialidade maldita. Como as representações acerca do *Alto do Louvor*, ao tornar inteligível os espaços dos bordéis e suas práticas, são, ao mesmo tempo, uma fonte que informa os acontecimentos para cidade e, acima de tudo, criadoras de um real, construtoras de uma espacialidade que informa a zona do meretrício como um “*mal lugar*”, como espaço que conjugava o caos e o crime. Nesse

---

<sup>54</sup> Idem. *Ibidem*.

sentido, tentaremos perceber como as fontes impressas instituía, mesmo que tacitamente, códigos morais para cidade, estes divulgados diariamente com especial atenção ao público feminino. As cidades ideais e reais se refletem nas colunas do jornal *O Mossoroense* que buscava associar à Rua Nilo Peçanha à zona, cuja denominação se justificava pela presença de bordéis e prostitutas.

No terceiro capítulo procuramos identificar como os moradores de Mossoró reconstróem, no tempo contemporâneo, as suas memórias sobre o tempo áureo dos bordéis na cidade. Como as memórias criam espacialidades boêmias, dão materialidade a um passado que não mais existe em sua empiria, mas se mantêm vivo, vibrante e aceso na memória dos sujeitos que reivindicam a legitimação de seu passado. Nesse momento do texto, a memória revisita a infância nas zonas, os lugares da festa; descortina os lugares de fronteira entre o lícito, ilícito, bem como expressam os pontos de fuga, as zonas cegas, onde as estratégias de burla dão a ver as práticas dos sujeitos.

Assim, advertimos ao leitor fiel a praxe acadêmica de que este não encontrará a explicitação de um quadro teórico mais geral como um longo capítulo introdutório que fundamente a análise. Optamos por não escrever tal capítulo, figurando esta fundamentação na própria introdução. Essa escolha justifica-se por dois motivos: primeiro por acreditarmos que a teoria não pode estar desvinculada da prática; segundo porque as vinculações teóricas devem estar diluídas no próprio texto permitindo ao leitor perceber os caminhos que foram percorridos para a construção do objeto e os percursos que nos permitiram enxergá-lo e transformá-lo em narrativa historiográfica.

## CAPÍTULO 1:

### *Cidades praticadas: E sob a luz vermelha o espetáculo se anuncia...*

Um guia de turismo, em janeiro de 2011, apresentando Mossoró para um grupo de visitantes assim se expressou:

*Convido vocês a visitarem uma cidade que se confunde com a história. Uma cidade pioneira e libertária. Uma cidade que teve as suas ruas tomadas como palco de enfrentamentos bélicos entre o cangaço e os homens de bem. Uma cidade que tem sido cenário para o progresso econômico do povo mossoroense. Uma cidade que não esperou pelo restante do país para erradicar a escravidão e que, nessa marcha adiantada concedeu à mulher o direito ao voto numa sociedade ainda marcada pelo patriarcalismo.*

*Agora se preparem, pois iniciaremos o nosso passeio. Estamos na Estação das Artes<sup>55</sup> – antiga estação ferroviária<sup>56</sup>. Este é o marco inicial da nossa visita. Aqui se celebram anualmente os feitos de bravura dos cidadãos mossoroenses. Esse espaço já foi lugar movimentado onde chegavam e partiam pessoas de toda a região. O nosso próximo destino é a igreja de São Vicente<sup>57</sup> que ainda hoje carrega as marcas do confronto entre Lampião e o povo desta cidade. Em seguida, visitaremos uma salina e perceberemos os conflitos que subsistem latentes entre as classes sociais da urbe.*

Inspirados nessa descrição que nos informa os espaços oficiais da cultura mossoroense passaremos agora a desbravar outras espacialidades. Estas não apresentam trajetos tão confortáveis, retilíneos e homogêneos; antes disso, ao invés das ruas largas e calçadas por onde passavam automóveis do tipo jipe, nos arriscaremos a visitar os becos, as ruelas mal iluminadas de barro batido que abrigavam o crime e a diversão na Mossoró dos anos de 1950 e 1960.

Ao invés de adentrarmos os templos religiosos que serviam de trincheira para barrar o avanço do cangaço, tomaremos um *drink* nos bordéis de luxo do *Alto do Louvor* e, se o dinheiro for escasso, por que não tomarmos uma “meota” no *Rasga*?

O nosso objetivo é escrever uma história das práticas condenadas na cidade, é dar a ver um cotidiano que até o momento não ganhou destaque e materialidade na historiografia local. Aprender esse cotidiano e transformá-lo em narrativa historiográfica requer de nós um esforço no sentido de abstrair das fontes o dito e o não dito, mas insinuado. Para adentrarmos esse cotidiano, faz-se necessário informar, de forma breve, a expressividade econômica e política de Mossoró nesse período, cujos bordéis, assim como a prostituição também apresentavam uma perspectiva econômica.

---

<sup>55</sup> Ver anexo 1

<sup>56</sup> Ver anexo 2

<sup>57</sup> Ver anexo 3

O sexo era mercadejado e o vício do jogo e do álcool era alimentado pelo desejo e, porque não dizer, pelo dinheiro.

Mossoró ocupou e ainda ocupa o posto de segunda maior cidade do Estado. Sua economia esteve atrelada durante muito tempo à produção de algodão e a extração de sal, recursos que atraíam pessoas de muitos lugares. Atualmente, a exploração do petróleo se apresenta como a atividade mais rentável. Considerada uma cidade pacata em meados do século XX, Mossoró apresentava no recenseamento nacional de 1º de setembro de 1940, uma área de 4.078 quilômetros quadrados, com uma população de 31.847 habitantes, sendo 7,81 por quilômetro quadrado. Já no recenseamento geral de 1º de julho de 1950 essa população aumenta para 41.896, com 20.576 habitantes na sede municipal, dando uma percentagem de 49,11 da cidade sobre o total do município no setor demográfico.<sup>58</sup>

Desse aumento populacional verificado em Mossoró em 1950 deriva uma série de mudanças na vida urbana e cotidiana da cidade que na época tinha como prefeito o senhor Jerônimo Dix-Sept Rosado Maia<sup>59</sup>. Sua administração foi referenciada por Cascudo como sendo

(...) de excepcional importância no dinamismo. Todos os setores receberam o impulso de sua vontade realizadora, assim como todos os núcleos de população tiveram os benefícios do seu interesse imediato. Reaparelhou o município para os problemas mais urgentes, poços tubulares, reforçamento das barragens, rodovias, finanças, o angustioso problema do fornecimento d'água para a cidade. (...) Seu sucessor na prefeitura, Francisco Vicente de Miranda Mota seguiu a mesma trilha.<sup>60</sup>

Ainda segundo Cascudo, nesse período não havia apenas um desenvolvimento notável no crescimento da população como também a evidência dominadora da cidade, que costumava caracterizar de centralizante e observadora. Conforme assevera Cascudo, tal avanço não se daria se Mossoró continuasse sendo o velho empório comercial, importador e distribuidor, mas sim com a fundação de seu parque industrial que vai fixando a mão-de-obra que precisa. Para ele, a indústria naquele período era

---

<sup>58</sup> CASCUDO, Luís da Câmara. **Notas e documentos para a História de Mossoró** (Disponível em: [www.colecaomossoroense.org.br](http://www.colecaomossoroense.org.br))

<sup>59</sup> Jerônimo Dix-Sept Rosado Maia nasceu em Mossoró a 25 de março de 1911 e morreu no desastre do avião PP-LPG da Linhas Aéreas Paulistas, L.A.P; no rio do Sal, nas proximidades do campo de pouso de Aracajú, às 9 horas de 12 de julho de 1951. Foi prefeito da cidade de Mossoró de 31 de março de 1948 até 1950 quando disputou e ganhou as eleições para a governadoria do Estado. Assumira o Governo do Estado a 31 de janeiro de 1951. Idem, *Ibidem*. p. 279. (Ver anexo 4)

<sup>60</sup> Idem, *Ibidem*. p. 274

(...) centrípeta e a cidade mantém o elastério natural, avançando inexoravelmente, subindo as colinas que ficavam distanciadas, envolvendo os bairros que ficavam afastados e semi-independentes, esbarrando na margem do rio, correndo sobre as barragens e espalhando o casario como sementes de infalível frutificação. Para outros quadrantes apenas a carta da cidade ou o vôo do avião ajustam a imagem visual numa perspectiva da conquista urbana.<sup>61</sup>

Cascudo apresenta Mossoró como uma cidade que segue os encaixos do progresso e que alarga suas fronteiras com a consolidação da ocupação urbana de áreas consideradas afastadas. Será nessas espacialidades que marcaremos nossos passos. Para tanto, recorreremos às entrelinhas das mensagens impressas em forma de noticiário, às entrevistas que rememoram o passado no presente, bem como aos códigos pensados pela razão técnica para rastreamos as burlas dos sujeitos que praticavam os espaços da Mossoró da metade do século XX.

### **1.1 A constituição dos espaços do prazer em Mossoró: do “Art Nouveau” aos tempos áureos dos bordéis.**

Lembrar a velha Mossoró das décadas de 50 e 60 é muito agradável, na medida em que se tinha liberdade para varar noites e madrugadas, a pé ou em qualquer tipo de transporte, da bicicleta ao automóvel, sem receio de encontrar surpresas desagradáveis pelo caminho, salvo o medo terrível do beco do cemitério, ao ponto de velhos barbados, contarem histórias horripilantes de ‘visagens’ surgidas do nada, ‘berrando’ improperios com quem ousasse cruzar o seu caminho. Fecho os olhos e me vejo criança/adolescente, carregando balde de feira no Mercado Central<sup>62</sup> ou pegando mala de viajantes do trem das 16h para ganhar alguns trocados, vestir roupa ‘engomada’ e sandálias e ir para as vesperais do Pax.<sup>63</sup>

As lembranças do senhor Antônio Francisco, mais conhecido como Antônio Bicoura nos remete ao cotidiano de uma cidade pacata, tranqüila em que os moradores poderiam transitar despreocupados pelas ruas, inclusive à noite. Talvez essa tranqüilidade não se estendesse a cidade de Mossoró como um todo, pois os conflitos, brigas, homicídios e prisões figuravam como notícias corriqueiras no jornal *O Mossoroense*, principalmente quando este fazia referência à zona do meretrício.

---

<sup>61</sup> Idem, *Ibidem*. p. 270

<sup>62</sup> Ver anexo 6

<sup>63</sup> Entrevista com o senhor Antônio Francisco Bicoura para o Jornal Gazeta do Oeste, Mossoró, domingo, 5 de abril de 2009. Ver anexo 7 – Cine Pax

No entanto, a narrativa do senhor Antônio é ilustrativa para representar o estilo de vida de uma cidade que vivenciava aos poucos a chegada de elementos que caracterizavam a modernidade, tais como a chegada do trem em 07 de fevereiro de 1915, a luz elétrica em 19 de dezembro do ano seguinte<sup>64</sup> e, em 1929, o calçamento de algumas ruas.<sup>65</sup> Este, realizado na gestão do então prefeito Rodolfo Fernandes, inaugurou uma nova fase para a cidade.

Entretanto, o calçamento das ruas e a boa iluminação não chegavam ao bairro Bom Jardim, onde se situava a Rua Nilo Peçanha e nela o *Alto do Louvor*, um lugar que aglutinava uma grande quantidade de bordéis. Foi nas ruas de barro batido e mal iluminadas que se ergueu uma zona da boemia que alcançou seu apogeu nas décadas de 1950 e 1960.

Nesse período, a Rua Nilo Peçanha abrigava vários bordéis elegantes, bem como estabelecimentos mais modestos, mais nem por isso, menos frequentados. É sobre essa parte da cidade que lançaremos o nosso olhar, o que não nos impede de analisar as relações e inter-relações travadas entre os *bons* e os *maus* lugares.

Uma das maiores dificuldades enfrentadas para escrever uma história do cotidiano de Mossoró e, de uma vez, romper a brancura desértica do papel<sup>66</sup> faz referência ao significado do *Alto do Louvor*. Por que esse nome? Quando ele surgiu e em que contexto ele serviu para denominar um espaço condenado socialmente? O que justifica a sua permanência, hoje em dia, para identificar a Rua Nilo Peçanha?

Na tentativa de identificar representações sobre o *Alto do Louvor*, nos deparamos com a narrativa do historiador e memorialista Wilson Moura. O mesmo apresenta uma configuração espacial do lugar

O chamado Alto do Louvor Ficava (*sic*) na Rua Nilo Peçanha. Uma rua que se inicia lá no Largo do Jumbo e vai o seu curso passando pelo Bom Jardim, atingindo o final de Mossoró. Era um terreno alto, pouca iluminação e de pedregulho, pois não havia calçamento, mas durante vários anos tornou-se o ponto de encontro de figuras desta comuna.<sup>67</sup>

Percebemos na descrição do autor uma delimitação espacial do *Alto do Louvor*. A representação que elabora apresenta aquele espaço sob uma perspectiva geográfica,

---

<sup>64</sup> SILVA, Raimundo Nonato da. **Evolução urbanística de Mossoró**. Coleção Mossoroense, nº 248, p. 54

<sup>65</sup> Idem, *Ibidem*. p. 59

<sup>66</sup> Metáfora proferida pelo professor Antônio Paulo Rezende no texto intitulado “A História de Deus não se conta” apresentado no X Simpósio Nacional de História Oral, 2010.

<sup>67</sup> MOURA, Wilson Bezerra de. **Mossoró: Fatos e Gente que fizeram sua história**. 1995, p. 94. Fundação Vingt-un Rosado; Coleção Mossoroense: Série “C” / N° 736 / Volume: 858.

localizando-o numa elevação da Rua Nilo Peçanha. Além disso, mesmo com iluminação duvidosa e com acesso dificultado pelas ruas de pedregulho, o *Alto do Louvor* se constituiu por muito tempo em ponto de encontro e, portanto, em ambiente de sociabilidade da sociedade mossoroense.

Além dessa representação espacial que informa o endereço do *Alto do Louvor* em Mossoró, identificamos outras representações que nos informa sobre a origem da nomenclatura que identifica o lugar. O compartilhamento dessa representação simbólica do lugar o transforma em espaço. O *Alto do Louvor* tem sua origem associada a uma casa de lanches, denominada “*Art Nouveau*”<sup>68</sup>, criada por Eduardo Santos, em 04 de novembro de 1928. Esse estabelecimento atraía populares e pessoas conceituadas da cidade para as suas refeições. Com o passar do tempo e em decorrência da frequência de mulheres no ambiente, foram se instalando casas de diversões na região, chamadas casas de recursos, que abrigavam mulheres de vida livre, passando a chamar-se *Alto do Louvor*, ponto de cabaré.<sup>69</sup>

Na verdade, como se tratava de uma nomenclatura em francês – uma influência marcante naquele momento não só nos estabelecimentos, mas, sobretudo nos modos de fruir os espaços e apresentar-se neles – as pessoas, pela influência fonética trazida pelo nome da casa de lanches *Art Nouveau* acabaram aportuguesando a pronúncia e o transformando em *Alto do Louvor*, nomenclatura que ainda permanece para denominar uma das zonas de meretrício na cidade.

O escritor Francisco Obery Rodrigues supõe que “o local do primitivo *Art Nouveau* foi vendido a C. F. A.”<sup>70</sup>, que mudou o nome para Bar Branhma e o explorou por alguns anos”<sup>71</sup>. A reinvenção de nomes para identificar ou qualificar as ruas apresenta-se como uma estratégia de burla dos sujeitos para praticarem os lugares da urbe, transformando-os em espaços.<sup>72</sup> Dessa forma, é importante observarmos que uma

---

<sup>68</sup> Essa casa de lanches foi criada em 1928, portanto em uma temporalidade anterior ao nosso recorte que se resume as décadas de 1950 e 1960 período do auge dos bordéis na cidade. Dessa forma, não nos detivemos em pesquisar a história do *Art Nouveau* de sua fundação à década de 1940.

<sup>69</sup> Idem, *Ibidem*. p. 95. Ver também as obras de ESCÓSSIA, Lauro da. **Cronologias Mossoroenses**. Quando, como e onde aconteceram os fatos. 2 ed. Coleção Mossoroense. Vol. 1579. Fundação Vingt-un Rosado, abril de 2010; RODRIGUES, Francisco Obery. **Mossoró: Outras lembranças e um pouco de história**. 2002, p. 187-188. Fundação Guimarães Duque; Fundação Vingt-un Rosado; Série “C” / N° 850 / Volume: 1297; ROCHA, Aristotelina Pereira Barreto. **Expansão urbana de Mossoró** (Período de 1980 a 2004), 2009, p. 72-73. João Pessoa – PB, Coleção Mossoroense. Fundação Vingt-un Rosado; Série “C” / N° 1469.

<sup>70</sup> Não conseguimos identificar de quem eram as credenciais referidas por Francisco Obery.

<sup>71</sup> RODRIGUES, Francisco Obery. **Mossoró: Outras lembranças e um pouco de história**. 2002, p. 187-188. Fundação Guimarães Duque; Fundação Vingt-un Rosado; Série “C” / N° 850 / Volume: 1297, p.188.

<sup>72</sup> CERTEAU, Michel. **A Invenção do Cotidiano**: 1. Artes de Fazer. Petrópolis: Vozes, 2008

lanchonete deu lugar, com o passar do tempo, a uma espacialidade boêmia que se alçou de zona do meretrício na cidade. A lanchonete se transformou em bar e este funcionava também como bordel que, paulatinamente passou a arregimentar vários outros estabelecimentos do mesmo ramo. Acreditamos que essa transformação deva ter se dado também devido às práticas e discursos que identificaram o *Alto do Louvor* associando-o à zona de prostituição da cidade.

Assim como nós, o escritor Francisco Obery Rodrigues ao tentar registrar suas lembranças sobre Mossoró também encontrou dificuldade para compor a história do “*Art Nouveau*”. Ele assume não ter encontrado registros nem testemunhos de pessoas que pudessem explicar o porquê um ambiente, outrora familiar, se tornou propício à prostituição. Não obstante, ele arrisca uma explicação salientando que

(...) por ser o local bastante afastado, naquele tempo, do centro da cidade, e de não fácil acesso, sobretudo à noite, devido a precária iluminação da cidade. Ainda na década de 40 a rede elétrica era estendida em postes de ferro e restrita a pequena área. Talvez por isso as famílias se afastaram, propiciando assim a frequência das “mulheres da vida”. Então, outros estabelecimentos “suspeitos” foram surgindo na vizinhança, até que se formou a chamada zona do meretrício, simbolizada no “*Art Nouveau*”, ou pela corruptela Alto do Louvor, como muita gente denominava e ainda o faz.<sup>73</sup>

É interessante perceber que a formação da zona do meretrício em Mossoró obedeceu a uma lógica própria, ou diríamos até inversa a muitas cidades brasileiras. Nestas, é comum percebermos através da historiografia que a zona de prostituição geralmente se formava no centro das cidades, em regiões próximas ao comércio e, conseqüentemente, acabava se avizinando aos ambientes familiares. Essa proximidade, quase sempre suscitava a preocupação das autoridades que passava a pensar e a aplicar projetos de urbanização e progresso para a urbe. Nesse novo cenário não haveria lugar para as prostitutas que, em muitos contextos, tiveram que se transferir para regiões periféricas.<sup>74</sup>

Em Mossoró, a zona do meretrício não surge no centro, mas numa região um pouco afastada das principais artérias da cidade; talvez essa peculiaridade somada a

---

<sup>73</sup> RODRIGUES, Francisco Obery. **Mossoró: Outras lembranças e um pouco de história**. 2002, p. 187-188. Fundação Guimarães Duque; Fundação Vingt-un Rosado; Série “C” / N° 850 / Volume: 1297.

<sup>74</sup> Ver: PESAVENTO, Sandra Jatahy. **Uma outra cidade: o mundo dos excluídos no final do século XIX**, São Paulo: Companhia Editorial Nacional, 2001; Ver também: NASCIMENTO, Uelba Alexandre do. **O Doce Veneno da Noite: prostituição e cotidiano em Campina Grande (1930-1950)**. Campina Grande – PB: EDUFPG, 2008

outros fatores, sobretudo econômicos e sociais, tenha contribuído para sustentar a existência do *Alto do Louvor* por tantas décadas.

A existência de atividades voltadas para a extração do sal nos portos de Areia Branca e Grossos – localidades próximas à Mossoró – bem como a presença da ferrovia na cidade, trazia para a mesma certa dinamicidade econômica, uma vez que a renda dos trabalhadores animava as atividades comerciais, inclusive aquelas voltadas para a diversão masculina que se davam quase sempre nos bares, nas casas de jogo e na zona do meretrício da cidade. A senhora Mariola nos adverte que a presença dos bordéis e de prostitutas de outras regiões na cidade se dava

Por causa do dinheiro que era demais aqui mulher! O sal... Hoje é tudo no maquinário, mas naquela época era braçal. Quando saía dinheiro, quando se dizia “Hoje vai sair dinheiro das salinas”; há, minha filha era muito dinheiro que rolava aqui dentro. Quando se dizia assim: “chegou um ferroviário, ou vai sair dinheiro da ferrovia, aí minha filha elas se arrumavam, ficavam tudo bonita, viviam nos salão fazendo penteado nos cabelos, era os penteados a coisa mais linda do mundo, cada vestido uma coisa linda.<sup>75</sup>

É notório que as atividades econômicas desenvolvidas na cidade acabavam por aquecer o mercado do sexo e bebidas na urbe. Afinal, a zona do meretrício se apresentava como uma das opções de lazer das quais desfrutavam os boêmios mossoroenses. Entretanto, não podemos restringir a existência dos cabarés a uma lógica meramente econômica. A constituição dos espaços do prazer em Mossoró conjuga outros fatores igualmente importantes que contribuíram para o período de auge dos bordéis na cidade; entre eles estão a sociabilidade, as relações de poder entre homens e mulheres, a busca por transgressão e a vivência mais livre da sexualidade.

### **1.1.1 A morada de *Liliths*, *Evas* e *Madalenas*: das boates de maior *glamour* à decadência do *Rasga***

Evas passeiam por paraísos perdidos... Encontram-se expostas ao veneno e astúcia das serpentes... E assim, o homem descobre o desejo e contraditoriamente a punição, a ordem, a submissão do incontrolável prazer... E então surgem as 'Madalenas' permeadas pela ânsia da satisfação... Pela possibilidade da 'zona' em face do desvio da regra... O corpo fala, escorre o verso erótico... (Jossefrânea Vieira)<sup>76</sup>

---

<sup>75</sup> Entrevista realizada com a senhora Maria Silva de Oliveira (Mariola) em 17 de janeiro de 2011.

<sup>76</sup> Mestranda do Programa de Pós-Graduação em História e Espaços da UFRN.

A escolha de personagens conhecidas da história para denominar esse momento do texto não se deu por acaso. Lilith<sup>77</sup>, Eva<sup>78</sup> e Madalena<sup>79</sup>, mulheres populares pela sua trajetória de vida, representam a figura da prostituta e, de forma mais elástica produzem imagens arquetípicas da mulher na atualidade. Nesse sentido, suas trajetórias dão a ver um estilo de vida que se desvia dos valores morais instituídos pela sociedade por meio da cultura. Embora todas elas sejam desviantes e represente o pecado – pensado e compreendido a partir de elementos cristãos – elas são diferentes, possuem uma história própria e uma identidade específica. Lilith perdeu Adão para Eva, pois não aceitou se submeter a ele. Eva induziu Adão ao pecado e se tornou a responsável pela expulsão de ambos do paraíso e, por fim, Maria Madalena conseguiu o perdão dos seus pecados a partir do arrependimento das suas práticas voltadas a comercialização do seu corpo.

Esses mitos nos ajudam a pensar que não podemos enquadrar as prostitutas em um modelo, tampouco resumi-las a condição de prostitutas para dar uma homogeneidade segura às mulheres que freqüentavam a zona do meretrício em Mossoró. As prostitutas são diferentes porque antes de assumirem a identidade de prostitutas, são mulheres, mães, amigas, cantoras, dançarinas, concubinas, namoradas, amásias, ou seja, elas possuem várias identidades e não podemos desconsiderá-las.

As mulheres que movimentavam a zona trabalhavam em boates que se localizavam no *alto* e *baixo* meretrício em Mossoró. Essa classificação dada a um espaço específico da cidade – como salientou o geógrafo chinês Yu Fu Tuan<sup>80</sup> – longe de indicar apenas uma territorialidade física ou topográfica nos informa a maneira como esses lugares eram vistos socialmente, bem como nos acena sobre o tipo de clientela que recebiam, assim como os serviços que colocavam a disposição do público.

As boates de maior *glamour* se localizavam no *Alto do Louvor*, na região do antigo “*Art Nouveau*”, que se situava numa elevação da Rua Nilo Peçanha. Eram elas: *Copacabana* e *Chistal* que tinha como proprietária Neusa Barreto; “*Coimbra*” e pensão “*Ideal*” da senhora Luzia Queiroz; *O Céu* de Celso; o *Casarão* de Antônio Miranda; as

---

<sup>77</sup> Na tradição cabalística, Lilith é o nome da mulher criada antes de Eva, ao mesmo tempo que Adão – não de uma costela do homem, mas diretamente da terra, do mesmo pó que ele. Por esse motivo, reivindicou igualdade, não se admitiu inferior e submissa e disse a Adão ‘somos iguais’. A partir daí, os dois sempre discutiam. Por recusar-se a ser submissa, Lilith foi relegada à convivência com os demônios. Lilith significa “Espírito da noite”. Ver: PIRIS, Valéria Fabrizi. **Lilith e Eva**: imagens arquetípicas da mulher na atualidade. São Paulo: Summu, 2008, p. 37.

<sup>78</sup> Eva vem do hebraico *tsela*, que significa “costela”, “infortúnio”. O mito de Adão e Eva foi concebido pelo judaísmo e deu origem à idéia de que Eva era pecadora, e o seu pecado era o sexo. Idem, *Ibidem*. p. 51.

<sup>79</sup> Protótipo da prostituta convertida.

<sup>80</sup> TUAN, Yu-Fu. **Espaço e Lugar**: a perspectiva da experiência. São Paulo: Difel, 1983.

boates *Cassino Las Vegas* que, no início tinha como proprietária a senhora Dina e, depois de algum tempo passou para o domínio do senhor Antônio Amaral que incumbia à senhora Núbia a administração do local. Além do *Cassino Las Vegas*, Antônio Amaral também comandava outros estabelecimentos como o *Casablanca*, a boate *Arpege* e o bar *Bhrama*. Havia também uma boate com o nome de “*Pernambucana*”, de Eunice (a boate carregava o sobrenome de sua proprietária); e a “*Esplanada*”, de Mundinha.

Dos muitos bordéis que animavam a noite mossoroense no período em tela apenas a boate *Copacabana* da proprietária Neuza Barreto foi capturada pelas lentes fotográficas de Manuelito Pereira, que retratou a Rua Nilo Peçanha já com calçamento. Ele também retratou a proprietária dos bordéis *Coimbra* e *Ideal*, a senhora Luzia Queiroz e seus filhos como apresentamos abaixo.



Boate Copacabana. Fotografia de Manuelito Pereira (1910-1980)  
Fonte: site: <http://www.telescope.zip.net>



Trecho da Rua Nilo Peçanha com vista para a boate Copacabana.  
Fotografia de Manuelito Pereira (1910-1980)  
Fonte: site: <http://www.telescope.zip.net>



Luzia Queiroz, *in memoriam*, com seus filhos  
Fotografia de Manuelito Pereira (1910-1980)  
Fonte: site: <http://www.telescope.zip.net>

O “*Bar Estrela*” de dona Caci aparece nas fontes ora como integrando o rol das grandes casas, ou seja, dos grandes bordéis, ora se apresenta como mais um ambiente modesto e mais afastado da Rua Nilo Peçanha. Essa dualidade é evidenciada nas narrativas dos memorialistas Filemom Rodrigues e Wilson Moura<sup>81</sup>, respectivamente:

O “Alto do Louvor” tinha uma divícia fora do comum, as grandes casas que abrigavam as mulheres mais lindas eram (...) ‘Pernambucana’ de Enilce; ‘Estrela de Kaci’; ‘Esplanada’, de Mundinha, todas chamadas carinhosamente de tias.<sup>82</sup>

Existiam outras boates, porém de menor expressão, naturalmente por ficarem um pouco afastadas da Rua Nilo Peçanha, como por exemplo, o Juazeiro de Manoel Salviano e a Estrela, de dona Caci. Esta ficava mesmo ao lado do escritório da Caern e pelo outro lado a boate de Tia Ciça.<sup>83</sup>

A cartografia delimitada pelos discursos acima inscrevem o bar *Estrela* numa espacialidade difusa, ora classificando-o como sendo de *alto* meretrício, ora justificando sua condição de espaço *menos expressivo*. De fato, o *Bar Estrela* estava situado às imediações do mercado da cidade<sup>84</sup> e, não necessariamente no *Alto do Louvor*. Todavia, delimitar uma cartografia precisa dos bordéis inscrevendo-os numa hierarquia de *alto* ou *baixo* meretrício não se configura como tarefa fácil, haja vista que a qualificação desses espaços nos é dada pelas fontes e por discursos diversos que são, antes de tudo, subjetivos.

No entanto, é possível identificar nos discursos algumas características que define fronteiras simbólicas na zona, inscrevendo os bordéis em *alto* e *baixo* meretrício. Geralmente tal classificação se ancorava na observação dos seguintes aspectos: a localização do bordel, pois deveria está situado no *Alto do Louvor*; sua estrutura física, devendo oferecer um ambiente sofisticado e agradável aos clientes; a beleza e a postura das mulheres que ofereciam seus serviços no ambiente: elas deveriam possuir uma beleza destacada, estarem sempre perfumadas e bem vestidas, assim como manifestar traquejo social. Outro aspecto interessante e, que está condicionado aos anteriores faz referência ao tipo de clientela que costumava frequentar os bordéis de luxo. Quase sempre as boates de maior *glamour* recebiam pessoas da alta sociedade mossoroense

---

<sup>81</sup> Ambos foram contemporâneos à época de auge dos bordéis na cidade. O senhor Filemon Rodrigues encontra-se aposentado como funcionário público do Museu Municipal e costumava escrever suas memórias publicando-as no jornal *O Mossoroense*. Já o senhor Wilson Moura é aposentado da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, onde lecionou por muitos anos no curso de História da referida instituição, publicando algumas obras pela Coleção Mossoroense.

<sup>82</sup> RODRIGUES, Filemon. **Alto do Louvor**. O Mossoroense, 28 de julho de 1996.

<sup>83</sup> MOURA, Wilson Bezerra de. *Op. Cit*, p. 98

<sup>84</sup> **O Mossoroense**, 26 de março de 1957, Ano XI, nº 739, s/p. (Ver anexo 6)

como nos afirma Josefa Paula da Silva, uma prostituta que faleceu aos 83 anos de idade no *Alto do Louvor* de onde nunca saiu desde que chegou do Pará em 1943. Ela lembra que nos tempos áureos do *Alto do Louvor* o movimento era intenso. Políticos, jornalistas, advogados e funcionários públicos freqüentavam o local. “Era só gente da *alta* que vinha aqui. Meus clientes sempre voltavam”, ressaltou.<sup>85</sup>

O escritor Raimundo Soares de Brito destaca que conforme relatos contemporâneos daquela época, as casas noturnas como a *Boate Coimbra*, *Copacabana* e *Las Vegas*, eram os *points* mais atrativos e procurados pela fina flor social local.<sup>86</sup> Essas boates dispunham de uma boa estrutura física. Eram casas amplas que se dividiam em espaços destinados ao público e dispunham de recantos para a privacidade. Ao entrar, os clientes eram conduzidos até as mesas que estavam distribuídas em um grande salão. Nesse espaço havia sanfoneiros e cantores que se responsabilizavam em promover a alegria da dança e o antídoto para os males dos amores perdidos. Na ausência destes, a radiola entoava canções de Waldick Soriano, Altemar Dutra, Núbia Lafayete, Nelson Gonçalves, Roberto Muller, entre tantos outros que compuseram músicas que serviram de trilha sonora para casos de amor e cenas de morte nas noites mossoroenses.

No salão de entrada, além das mesas, também se localizava o bar onde eram servidos uísques e cervejas – os *drinks* mais apreciados pela clientela mais abastada –, como também se destinava um espaço para a dança entre os casais. O final do salão dava acesso à copa/cozinha onde eram feitas as refeições diárias das pessoas que habitavam as pensões. Além dessas dependências, havia vários quartos que eram alugados diariamente para as mulheres que lá trabalhavam. Os ambientes eram requintados, com uma bela mobília que o tornava sofisticado. Essa sofisticação era mantida não apenas pela dona da casa, mas por uma gama de funcionários que trabalhavam no estabelecimento, desde as prostitutas, até os garçons, costureiras, arrumadeiras e meninos de recado que, não raro, participavam da tessitura das redes de sociabilidade no *Alto do Louvor*.

Além dos bordéis já citados, havia outros ambientes mais modestos como, por exemplo, o bar de Pedro Tomé que conforme assevera Wilson “(...) mantinha forró que abrigava aqueles de poder aquisitivo inferior. Portanto, aquele que não tinha condições

---

<sup>85</sup> Ver site: <http://www.ibvivavida.org.br/> Fonte: Diário de Natal 17/10/2005

<sup>86</sup> BRITO, Raimundo Soares de. **Páginas Arrancadas (Memórias)**, Fundação Vingt-um Rosado. Coleção Mossoroense, Série C, Vol. 1588, abril de 2010. O autor nasceu em 23 de abril de 1920 na cidade de Caraúbas RN e é considerado, também, cidadão mossoroense.

econômicas para freqüentar as outras boates de maior significação, ficava lá pelo Pedro Tomé e fazia sua festa”<sup>87</sup>. Francisco Obery nos lembra que “nas imediações surgiram várias pensões e casas de recurso, também conhecidas como *chatôs*<sup>88</sup> entre elas estão as de *Tia Cícera*, a *007*, a de Maria Rosa, a de Jovina, a de Toinha, a da velha Romana e outras.”<sup>89</sup>

Os *chatôs* a que se refere o autor acima eram, na verdade, quartos que pertenciam a algumas mulheres e que eram alugados aos casais para que a prostituta e o cliente pudessem fazer o programa. É importante fazer uma observação: as casas de recurso em Mossoró diferem das pensões, cabarés e cafés boêmios que funcionavam nas décadas de 1950 e 1960.

A casa de recurso se refere a uma casa que serve para os amantes de passagem, ou seja, havia uma proprietária, mas esta não abrigava meretrizes em sua residência, apenas cedia seus quartos por um determinado período e quantia para os casais que lá chegassem. Ela não contraía nenhum tipo de obrigação para com as meretrizes que momentaneamente lá se hospedassem. Já as pensões, bordéis e cabarés abrigavam meretrizes como pensionistas e estas pagavam pelo quarto e por tudo o que era consumido lá dentro, desde a comida até jóias e roupas.

O senhor Filemom Rodrigues salienta que depois do *Alto do Louvor*, descendo mesmo a elevação da rua, “já era o ‘*Cai pedaço*’, onde se localizavam várias boates não muito aconselhadas para noites de orgias, para logo depois ser o ‘*Rasga*’, este sim, já era uma sentença, ali existiam vários quartos como o de Gigolete.”<sup>90</sup>

O *Cai Pedaço* e o *Rasga* eram espaços considerados de *baixo* meretrício; portanto, lugares inapropriados às mulheres *direitas*. Lá se localizavam quartos humildes que recebiam o nome de *chatôs* e tinham a funcionalidade dos motéis atuais, ressalvadas, é claro, as devidas proporções quanto ao perigo do anacronismo histórico. Com essa nomenclatura não fica difícil imaginar quais eram as representações que a sociedade elaborava sobre os sujeitos que habitavam e freqüentavam aqueles espaços. Portanto, como historiadores dos espaços que somos não podemos nos furtar a analisar

---

<sup>87</sup> MOURA, Wilson Bezerra de. *Op. Cit*, p. 99

<sup>88</sup> Provavelmente mais uma influência francesa que chagava a provinciana cidade de Mossoró.

<sup>89</sup> RODRIGUES, Francisco Obery. *Op. Cit*, p. 188

<sup>90</sup> Gigolete era uma senhora, já idosa que alugava quartos para as práticas do amor. Ela é lembrada como a fundadora do *Rasga*. Sua casa apresenta-se como uma das poucas opções de prazer para os rapazes pobres que “pagavam cinco mirréis e entrava ali para aquele escuro, às vezes ninguém via nem a cara da mulher que agente tava fazendo sexo.” (Entrevista com o senhor Francisco Canindé Costa de 64 anos realizada em 7 de fevereiro de 2010).

as representações acerca desses ambientes que se formaram aos arredores do *Alto do Louvor* em Mossoró.

As representações que povoavam o imaginário coletivo acerca do “*Cai pedaço*” faziam referência explícita as doenças relacionadas à prática sexual, principalmente a sífilis, uma doença venérea conhecida na zona e temida por todos, inclusive pelas prostitutas. Nesse sentido, não é difícil imaginar que pedaço poderia se desprender do corpo dos que se arriscassem a freqüentar e utilizar os serviços das prostitutas do *baixo meretrício* em Mossoró.

As representações que associavam a prostituição à transmissão de doenças sexuais encontravam fundamentos científicos na teoria médico-higienista surgida na Europa no século XIX, tendo como principais expoentes o francês Alexandre Parent Duchâtelet<sup>91</sup> e o italiano Cesare Lombroso<sup>92</sup>. Nesse período, conforme nos lembra Magali Engel<sup>93</sup>, os médicos caracterizaram a prostituição como um espaço de sexualidade pervertida e doente, sendo o sexo considerado como uma atividade orgânica vinculada à reprodução. Portanto, a sua livre manifestação resultaria na debilidade do organismo, pelo excesso de prazer ou ausência de finalidade reprodutora. Nesse sentido, a visão médica associava a prostituição “as imagens do cancro, da chaga, da úlcera, da gangrena e do vírus (...) que revelavam um dos diagnósticos presentes nos discursos: a prostituição é uma enfermidade do corpo, um foco infeccioso que ameaça a saúde e a vida.”<sup>94</sup>

A contração de alguma doença venérea se configurava como um perigo iminente na cidade de Mossoró no período de auge dos bordéis. Conforme assevera o senhor Edilson a prevenção não era muito utilizada nos espaços do prazer que costumava

---

<sup>91</sup> O médico Alexandre Parent Duchâtelet foi um grande aliado do sistema regulamentarista francês. Estudioso da prostituição em Paris, esse médico defendia em livro publicado em 1836 que eram as circunstâncias econômicas que atraíam as mulheres para a prostituição, de modo que estas, por sua condição já estariam predispostas ao vício. Ver: NASCIMENTO, Uelba Alexandre do. *Op. Cit.* p. 35

<sup>92</sup> Lombroso, assim como vários cientistas, apoiavam-se nas análises médicas para desenvolver seus estudos. Para ele todas as prostitutas tinham características físicas de seu desenvolvimento *retardado*. A mulher normal seria aquela em que a sua sexualidade era submetida ao sentimento materno. No âmbito psicológico, Lombroso acreditava que as prostitutas eram pobres de espírito, e como tal, eram inseqüentes, fúteis, moralmente insensíveis, atrevidas, egoístas, vaidosas, sem vergonhas, sentiam gosto pelo prazer imediato e pela notoriedade. Suas idéias sobre a prostituição eram as mesmas de sua tese sobre a criminalidade, pois considerava que a prostituta é o equivalente feminino do criminoso, ou seja, toda mulher era uma prostituta nata, mas para que se desenvolvesse essa condição o meio em que ela vinha tinha que ser viciado e de degenerescência física e moral, características provenientes das camadas mais baixas da população. Assim, toda mulher pobre, para Lombroso, era uma puta em potencial. Idem, *Ibidem.* p. 37-39.

<sup>93</sup> ENGEL, Magali. **Meretrizes e doutores: saber médico e prostituição no Rio de Janeiro (1840-1890)**. São Paulo: Brasiliense, 1989, p. 71

<sup>94</sup> Idem, *Ibidem.* p. 74

freqüentar. Segundo ele “mulher para se prevenir, na época era difícil. Se eu disser para você que mulher transava com camisinha, eu estaria mentindo. Nunca vi na época uma camisinha. Eu ouvi falar nessa história há pouco tempo”<sup>95</sup>. A falta de prevenção em alguns casos poderia gerar problemas referentes à saúde do cliente e da prostituta, bem como poderia trazer uma gravidez indesejada para a mulher. As doenças contraídas na zona eram guardadas em sigilo, pois denunciava a infidelidade masculina, além de se configurar para muitos como uma espécie de castigo pela transgressão cometida. Edilson recorda o triste fim de um amigo

O filho de dona Mundinha que morreu com uma doença venérea. Ele era casado e não teve coragem de falar do problema com a família, teve vergonha de dizer. Para você ver o que era a falta de esclarecimento! Ele teve uma doença, não contou para mãe, não contou para ninguém e nem se tratou, quando quis cuidar o órgão dele já tava tudo pobre por dentro.<sup>96</sup>

Entretanto, é válido ressaltar que embora fosse atribuída uma representação negativa ao *Cai*<sup>97</sup> *Pedaço*, associando-o a contração de doenças venéreas, esse espaço não deixava de receber clientes, ansiosos por correr riscos, por criar burlas, inventar táticas sub-reptícias para praticar os espaços da zona. Acreditamos que a existência de homens e mulheres no *Cai Pedaço* não se dava apenas em virtude da aquisição de sexo, mas também era motivada pela sociabilidade produzida naquele espaço.

O escritor Raimundo Soares de Brito nos lembra que nas imediações do *Rasga* e do *Cai Pedaço* havia uma série de carrocinhas e pequenos comerciantes que faziam um comércio ambulante onde se encontravam o cigarro, confeitos, chicletes, pipocas e uma série de outras guloseimas. O autor relembra que havia também a venda de avoêtes e outros salgadinhos que iludiam os estômagos, quase sempre encharcados de bebidas.<sup>98</sup> Assim, quando os bares do centro da cidade fechavam, “a correria era grande em busca da zona. Não era obrigado só ir em sua direção quem fosse procurar mulher de vida livre. Ia-se muitas vezes à procura de bar, lanchonetes e restaurantes que permaneciam abertos até tarde da noite”<sup>99</sup>.

Na tentativa de identificar outros significados dos espaços marginais que não apenas como linha de fuga desejante, Margareth Rago chama atenção para outras

---

<sup>95</sup> Entrevista realizada com o senhor Edilson Galdino da Costa, no dia 7 de fevereiro de 2010.

<sup>96</sup> Idem. *ibidem*.

<sup>97</sup> A palavra “cai” nos remete a um percurso que se inicia em cima e tende a cair para *baixo*. Dessa forma, a própria denominação do cair nos remete a uma espacialidade negativa que valoriza apenas as posições que se elevam e que, portanto, estão no *alto*. TUAN, Yu-Fu. *Op. Cit.*

<sup>98</sup> BRITO, Raimundo Soares de. *Op. Cit.*

<sup>99</sup> MOURA, Wilson Bezerra de. *Op. Cit.*, p. 97

motivações que levavam o homem a freqüentar a zona do meretrício. Ela destaca que a sociabilidade criada naqueles espaços permitia que os sujeitos encontrassem amigos, velhos conhecidos, fizessem contatos políticos, discutissem negócios, escrevessem poesias e tivessem inspiração para futuras composições literárias.<sup>100</sup>

Nos espaços boêmios de Mossoró, fossem eles de *alto* ou *baixo* meretrício não se comercializava apenas sexo, estes ambientes criavam e improvisavam relações através de redes de sociabilidade que se estendiam à sociedade produzindo afirmações e negações daqueles espaços. Mesmo os discursos que negavam o bordel – como os inscritos no Jornal *O Mossoroense*, conforme veremos no segundo capítulo – conviviam com ele, porque forjavam para o mesmo uma representação, fosse ela positiva ou não.

Já a denominação “*Rasga*” implica várias representações voltadas ao sexo e ao fetiche masculino de tirar a virgindade da mulher. O rompimento do hímem a partir da penetração masculina produz uma abertura vaginal, cuja fetichização se apresenta como uma postura sádica do homem que rasga a mulher. No entanto, outra explicação que pode ser considerada para explicar a denominação do “*Rasga*” como ambiente *baixo* e, portanto moralmente *mal* visto faz referência à trajetória que muitas mulheres percorriam na zona. O “*Rasga*” foi definido como

Uma vilazinha de quartinho tudo num padrão, de uma forma só. As casinhas daquele pessoal que só tomava cachaça, que era papudinho mesmo. Ai aquelas mulheres que pegavam briga, que tinha umas que tinham uns cortes no rosto é... Bebia muito, jogava jogo de baralho. Ali elas vinham baixando até chegar ali. O nome daquilo ali chamava o Rasga. Botavam o nome do Rasga naquela parte ali, devido à mulher, ela já ficava em decadência. Também, quando chegava ali era fim linha, ai pronto, se ela chegasse ali já estava no fim.<sup>101</sup>

De acordo com a narrativa acima, as mulheres que já estavam em decadência, que estavam em fim de carreira desciam, ou “vinham baixando” literal e conotativamente para atenderem no “*Rasga*”. Elas faziam essa trajetória porque não encontravam mais espaço nas boates de maior *glamour*; muitas delas se entregavam ao vício da bebida ou mesmo não suportavam a concorrência com as mais jovens e, acabavam migrando para a zona de *baixo* meretrício. Talvez pelo fato de entenderem que as mulheres já estivessem gastas e, portanto, rasgadas sexualmente, o ambiente em que elas ofereciam seus serviços passou a ser praticado pelos discursos dessa forma.

---

<sup>100</sup> RAGO, Margareth. **Os prazeres da noite**: prostituição e códigos da sexualidade feminina em São Paulo (1890-1930). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991, p. 93

<sup>101</sup> Entrevista realizada com o senhor Edilson Galdino da Costa em 7 de fevereiro de 2010.

### 1.1.2 Proprietários, prostitutas e regras de funcionamento

A zona do meretrício se apresentava como o maior ponto de diversão dos homens. No entanto, é interessante lembrar que os divertimentos públicos eram regidos pelo Código de Posturas de 1966<sup>102</sup>. Este documento identificava como divertimentos todos “aqueles que se realizassem nas vias públicas ou recintos fechados de livre acesso ao público”<sup>103</sup> como também previam a concessão de licença da prefeitura para a realização de tais atividades.<sup>104</sup>

Diante das exigências legais nos ocorreu o seguinte questionamento: será que todas as boates do *Alto do Louvor* dispunham de licença para o seu funcionamento? Para essa questão não temos resposta, porém, isso não nos impede de perceber o que Certeau denominou de práticas de culturas ordinárias, em que a “ordem é exercida por uma arte, ou seja, ao mesmo tempo exercida e burlada”.<sup>105</sup> Isso significa que possuindo ou não a permissão oficial para o seu funcionamento os cabarés abriam suas portas, burlando não apenas a lei, mas, sobretudo, as convenções sociais que consideravam a presença da zona do meretrício um acinte à boa sociedade e à família mossoroense. As burlas se apresentavam de várias maneiras, uma vez que a própria instituição da ordem, no caso a prefeitura, criava mecanismos para tornar legítima a existência de casas que promoviam atividades de contravenção moral.

É válido ressaltar que além do Código de Posturas da cidade de Mossoró, as regulamentações do Código Penal de 1940<sup>106</sup> não deveriam ser negligenciadas. Neste último, o Art. 229 faz referência à casa de prostituição, estipulando a pena de reclusão de dois a cinco anos e multa ao indivíduo que “manter, por conta própria ou de terceiro, casa de prostituição ou lugar destinado a encontros para fim libidinoso, haja ou não, intuito de lucro ou mediação direta do proprietário ou gerente”. No Art. 230 encontramos a qualificação do rufianismo como sendo a prática de “tirar proveito da prostituição alheia, participando diretamente dos seus lucros ou fazendo-se sustentar, no todo ou em parte, por quem a exerça”. A pena de reclusão é variável de um a oito anos

---

<sup>102</sup> Tivemos acesso apenas ao Código de Posturas de 1966, de modo que não podemos nos referir a códigos anteriores do mesmo século. Supomos que esse código deva ter preservado muitas determinações que regiam os anteriores. Afinal, imaginamos que as regras morais instituídas para organizar a vida social não seja objeto passível de mudanças abruptas, ao contrário, é no campo da moral que podemos perceber as permanências de uma dada temporalidade.

<sup>103</sup> Código de Posturas do município de Mossoró. Capítulo II, Art. 66º

<sup>104</sup> Idem, *Ibidem*. Art. 67º.

<sup>105</sup> CERTEAU, Michel. *Op. Cit.* p. 20

<sup>106</sup> CÓDIGO PENAL. DECRETO-LEI 2.848, DE 07 DE DEZEMBRO DE 1940.

com pagamento de multa. Nesse sentido, percebemos que embora a atividade da prostituição não fosse considerada diretamente como crime, sua exploração e facilitação o eram; muito embora a própria realidade mossoroense e, de forma mais elástica, a de outras cidades brasileiras nos tenha mostrado que a prostituição existia e ainda existe sub-repticiamente, tecendo suas relações ora na clandestinidade, ora na publicidade da lei e da sociedade.

O Código de Posturas de 1966 também previa que a licença dos estabelecimentos que promovessem diversões poderia ser cassada “como medida preventiva, a bem da higiene, da moral, ou do sossego e segurança públicas”.<sup>107</sup> Não é, portanto, o que se verificava na prática, pois as burlas se tornavam visíveis na urbe. As contradições e antagonismos entre a ordem estabelecida e as práticas negociadas se faziam presentes na medida em que as pensões se configuravam como espaços que ofendiam a moral por abrigarem a venda do prazer, logo, apresentavam o requisito legal necessário a não concessão da licença ou mesmo a sua cassação. No entanto, percebemos que a hermenêutica, como ciência interpretativa dos dispositivos legais, muito auxiliou os mandatários da lei para atuar no cotidiano mossoroense e lidar com uma questão tão difusa e escorregadia como é a prostituição.

Além de regulamentar a existência dos divertimentos públicos, o Código de Posturas de 1966 também estipulava horários de funcionamento, de modo que os “Dancings, Cabarés e similares poderiam funcionar das 20 às 2 horas da manhã seguinte”.<sup>108</sup> Na prática, esse horário admitia certa flexibilidade, sendo o “policimento feito por uma patrulha comandada, ora pelo sargento Pio, ora pelo sargento Ladislau.”<sup>109</sup> Desse modo,

Quando terminava a euforia na Praça do Pax<sup>110</sup>, onde a rapazeada ficava em volta do jardim, aperuando as meninas e terminava a movimentação dos poucos bares existentes no centro da cidade, a correria era grande em busca do Alto do Louvor. (...) Lá pras tantas era que aparecia o pelotão da polícia, tendo à frente o cabo Ladislau, que dava o primeiro apito, depois mais outro e, finalmente, no terceiro as casas de diversões iam cerrando suas portas.<sup>111</sup>

Contudo, os proprietários dos cabarés obedeciam e ao mesmo tempo burlavam as determinações advindas do apito do sargento Ladislau, pois muitas vezes trancava as

---

<sup>107</sup> Código de Posturas do município de Mossoró. Título IV, Capítulo I, Seção I Art. 171º

<sup>108</sup> Idem. *ibidem*. Capítulo II. Art. 177º Inciso XIV.

<sup>109</sup> RODRIGUES, Francisco Obery. *Op. Cit.* p.190.

<sup>110</sup> Ver anexo 6

<sup>111</sup> MOURA, Wilson Bezerra de. *Op. Cit.*, p. 97

portas não como um sinal de fim de festa, mas ao contrário, para dar continuidade as noitadas daqueles que poderiam pagar pelo pernoite e pela exclusividade. Assim,

Quando o sujeito estava numa farra daquelas bastante gostosas, a dona da boate fechava as portas e os boêmios ficavam trancados até a hora que desejasse. De sorte que não tinham o direito de ficar se movimentando porque a polícia já havia determinado o encerramento da noitada.<sup>112</sup>

Acomodar a lei e desobedecê-la à surdina não se constituía em tarefa fácil para os proprietários de bordéis na Rua Nilo Peçanha, principalmente porque estes necessitavam, em muitos momentos, do auxílio da polícia para resolver os conflitos que lá aconteciam. Era recorrente encontrar nas páginas policiais do jornal *O Mossoroense* notícias sobre brigas, peixeiradas, tiros, engalfinhamentos e arruaças na zona do meretrício, fossem nas boates mais sofisticadas, fossem no *Cai Pedação* ou no *Rasga*.<sup>113</sup>

No *Cassino Las Vegas* um crime veio aumentar as estatísticas de homicídio da cidade de Mossoró e, conseqüentemente serviu para endossar as representações da zona do meretrício como um lugar violento e perigoso, mas desta vez o delito havia sido praticado contra o próprio dono do estabelecimento, o senhor Antônio Amaral. Assim como ele, a Madame Eunice Pernambucana também havia sido assassinada em sua própria casa, os motivos desse crime, bem como os autores do homicídio nos são desconhecidos.

As proprietárias dos cabarés mais elegantes de Mossoró como Neusa Barreto, Luzia Queiroz, Núbia, Mundinha e Eunice Pernambucana eram senhoras respeitadas pela elite masculina. Certamente esse respeito advinha das relações que se estabeleciam entre a cafetina e os clientes mais ilustres; relações estas permeadas por favores, segredos e porque não dizer, conquistas e sexo. Quando perguntado sobre o tratamento que a sociedade despendia para com as donas de bordel, o senhor Edilson é enfático em salientar que as cafetinas desfrutavam de muito respeito e atenção dispensados pela alta sociedade masculina de Mossoró. Segundo ele

Para você ter uma idéia, os políticos famosos, aqui da época, que eu cheguei a conhecer chegavam lá – esse pessoal rico, os empresários – chegavam lá e fechavam. Ai, no dia que eles estavam aqui, eles fechavam e não tinha para

---

<sup>112</sup> Idem. *ibidem*. p. 98

<sup>113</sup> O caso do café “Bas-Fond” em que João Doidinho tentou assassinar a meretriz Maria José da Conceição com golpes de peixeira. **O Mossoroense**, domingo, 20 de junho de 1963, Ano XCI, nº 3.390. p. 6. O homicídio motorista Raimundo Francisco Monte, vulgo Serra Negra, abatido a tiros na boate Las Vegas as às 23:30h de sábado 08/04/1961. **O Mossoroense**, terça-feira, 11 de abril de 1961, Ano LXXXIX, nº 3.037, p. 6

ninguém. Conheci muito Garcia Jóia, que o nome dele era Severino Garcia. Quando ele chegava lá, ele conseguia ter as mulheres mais bonitas. Agora também, ele bancava, gastava. E essas mulheres, donas de cabaré eram todas elas muito bem respeitadas<sup>114</sup>, todas elas. Eu acho que eles tinham mais respeito a uma mulher dessas do que propriamente essas senhoras casadas que tem por aí, porque a atenção a elas era grande de mais. Até porque aquele pessoal da sociedade... E o que o acontecia ali ficava ali, não levava para canto nenhum, ela não permitia isso. Então, eles ficavam muito à vontade.<sup>115</sup>

No entanto, é interessante percebermos que estas mulheres, apesar de transgredirem os valores instituídos por convenções morais eram consideradas como sendo mulheres de respeito; “aquelas mulheres eram mulheres de uma vida boa, mas era dentro da boate, não era no meio da rua não, era na boate delas”<sup>116</sup>. Essa fala é ilustrativa das posturas assumidas socialmente na Mossoró na metade do século XX. O respeito que algumas prostitutas conseguiam da sociedade, principalmente as que mantinham os bordéis de luxo estava condicionado a discricção da atividade que exerciam. Funcionava como uma espécie de acordo tácito: a sociedade aceitava os bordéis desde que a atividade da prostituição não acontecesse às vistas da família, desde que as prostitutas não freqüentassem os mesmos lugares que as moças *direitas*.

Nesse sentido, se estabelecia para a cidade uma geografia moral que traçava fronteiras invisíveis, demarcando os *bons* e os *maus* lugares. Assim, mesmo não havendo demarcações físicas e proibições formalmente institucionalizadas de se consumir os espaços, as mulheres deveriam saber como preservar sua moral e, um requisito para isto certamente seria desviar o seu percurso ao máximo dos atalhos sedutores do *Alto do Louvor*. Pois, como nos lembra a costureira Raimunda “naquela época uma mulher casada, ela não subia ali no cabaré, tá entendendo? Ela não passava por ali por cima.”<sup>117</sup>

As proprietárias dos bordéis costumavam buscar mulheres de outros estados para vir trabalhar em Mossoró. Dona Mariola, proprietária de um restaurante durante muito tempo na Rua Nilo Peçanha nos informa que “Neusa Barreto pegava avião em Fortaleza

---

<sup>114</sup> Grifo nosso.

<sup>115</sup> Entrevista realizada com o senhor Edilson Galdino da Costa em 07 de fevereiro de 2010.

<sup>116</sup> Dona Francisca da Silva Bicoura, costureira de 85 anos, salienta na entrevista que nos concedeu em 03 de fevereiro de 2010 que as mulheres da zona de sua época, eram mulheres de respeito, pois a atividade que elas exerciam estava circunscrita a boate, à zona e, portanto, longe das famílias de bem. Na verdade, era como se a zona fosse o espaço legitimado para o desenvolvimento da atividade prostituinte, e as meretrizes ficavam tacitamente impedidas de ultrapassar aquela fronteira sob pena de estar desrespeitando um espaço sadio da cidade, estando passíveis de serem também desrespeitadas pela sociedade que as discriminava.

<sup>117</sup> Idem, *ibidem*.

e ia para o Maranhão, para o Rio de Janeiro buscar mulher.”<sup>118</sup> Essa prática gerava nos homens uma expectativa muito grande, uma vez que o retorno da cafetina à cidade indicava a presença de novas beldades, prenunciando a chegada de *carne nova no pedaço*. Assim,

No dia que se dizia assim: ‘Neusa vai chegar com as mulheres do Piauí, do Rio’. Ha minha filha! De noite isso aqui você só via gente famosa. Lá em Luzia Queiroz também vinha muita mulher de fora, da Paraíba de Pernambuco, tudo para a casa dela.<sup>119</sup>

As proprietárias tinham a preocupação de renovar constantemente a oferta de mulheres nos bordéis mossoroenses, pois além de garantir uma clientela cativa e ansiosa por novidades, o constante intercâmbio das meninas entre os bordéis se configurava como uma estratégia para mantê-las na moda, evitando, portanto, que muitas descessem, literal e conotativamente, para atenderem no *Cai pedaço*, ou no *Rasga*. Desse modo,

Essas mulheres... Elas chegavam, faziam um intercâmbio, umas iam e voltavam. Quando elas estavam conhecidas... Quando era velha na casa, ai a dona trocava, levavam algumas para Fortaleza, ia buscar umas e levavam outras e assim por diante. Quando passavam, cinco, seis meses elas voltavam ao cabaré de Mossoró e era como se dizia assim na gíria; novata.<sup>120</sup>

Geralmente as prostitutas que se hospedavam nos bordéis de Luzia Queiroz, Neusa Barreto e Antônio Amaral eram mulheres de beleza destacada, eram consideradas mulheres “muito bonitas, tinha muito ouro, naquela época”<sup>121</sup>; bem arrumadas “e essa boate (se referindo à boate Coimbra de Luzia Queiroz) era muito conhecida. Uma boate que tinha muita gente *direita*<sup>122</sup>, muita mulher animada, muita mulher bem trajada.”<sup>123</sup>

Apesar das prostitutas pagarem a diária para morar nos bordéis de luxo em Mossoró, elas não poderiam transgredir as regras da casa, geralmente impostas pela cafetina. Ela costumava ser responsável por tudo que acontecia em sua casa, desde o cuidado com o ambiente, a escolha dos clientes e dos seus funcionários até a vida íntima das meninas que lá moravam.

---

<sup>118</sup> Entrevista realizada com a senhora Maria da Silva de Oliveira, mais conhecida como Mariola, de 78 anos, realizada no dia 17 de janeiro de 2011.

<sup>119</sup> Idem, *ibidem*

<sup>120</sup> Entrevista realizada com o senhor Francisco Cosme Filho, 56 anos, realizada no dia 31 de janeiro de 2010.

<sup>121</sup> Idem, *ibidem*

<sup>122</sup> Grifo nosso para identificar na fala da depoente a constituição de uma espacialidade positiva para as prostitutas do tempo que ela evoca.

<sup>123</sup> Entrevista realizada com a senhora Francisca da Silva Bicoura, mais conhecida como Chiquinha, costureira, 86 anos, realizada no dia 3 de fevereiro de 2010.

A cafetina deveria ser diplomática com os fregueses, sutil em suas ações e discretas em suas observações; deveria ter controle sobre suas pensionistas e ser muito informada sobre a política local, contar com o apoio de homens influentes e, em especial, ter a polícia a seu lado, mantendo gratificações e favores para que seu estabelecimento estivesse protegido.

Analisando a situação da mulher, Margareth Rago<sup>124</sup> percebia a cafetina como a figura da modernidade, como aquela que introduzia os códigos de sociabilidade da zona não só aos clientes do cabaré, mas também as meninas que estavam sob sua guarda. Além de exercer controle sobre o seu negócio as cafetinas também atuavam como conselheiras para muitas mulheres. Dentre os conselhos mais freqüentes estava o cuidado com a gravidez e com a exploração de gigolôs. Embora a maternidade não fosse uma realidade tão comum para a zona do meretrício em Mossoró, muitas mulheres tinham filhos, inclusive as próprias cafetinas. O caso de Luzia Queiroz é ilustrativo, pois ela teve vários filhos e os criou longe da zona, “numa casa lá no centro. Ela pagava uma casa para criar os filhos dela. Era uma mulher que tinha empregados.”<sup>125</sup>

As proprietárias de pensões que dispunham de recursos em Mossoró poderiam manter dois endereços, assim como empregados para educar os filhos longe dos bordéis. No entanto, havia mulheres que não contavam com a mesma sorte, tendo que doar seus filhos ou criá-los naquelas proximidades. Dona Francisca Bicoura assume ter criado filho de prostituta “eu ajudava muito elas, até os filhos delas eu reparava, criava, como criei... tenho filho de mulher da vida, solteira, dentro da minha casa. Não foi eu que tive, foi eu que arrumei com elas”<sup>126</sup> Dona Francisca contava com a ajuda financeira da prostituta para criar o filho adotivo. Essa ajuda, geralmente se expandia para os outros filhos numa tentativa de suprir as necessidades da família. Já a mãe prostituta, que não poderia abrigar um recém-nascido no bordel, ficaria livre das obrigações maternas mais imediatas para exercer sua profissão e “*ganhar a vida*”<sup>127</sup>.

---

<sup>124</sup> RAGO, Margareth. *Op. Cit.*

<sup>125</sup> Entrevista realizada com a senhora Maria da Silva de Oliveira, mais conhecida como Mariola, no dia 17 de janeiro de 2011.

<sup>126</sup> Entrevista realizada com a senhora Francisca da Silva Bicoura no dia 3 de fevereiro de 2010.

<sup>127</sup> Expressão utilizada para se referir ao ingresso da mulher na prostituição.

### 1.1.3 “*Serviço completo*”: as práticas sexuais nos bordéis

Se você chegasse ao cabaré Copacabana ao amanhecer do dia, você via aquelas mesas que os homens deixavam cheia de copos e garrafas de cerveja. Se fosse Antártica, você sabia só pelo cheiro, entendeu? Porque a cerveja tinha um gosto muito bom; se eu tomasse talvez naquela época, eu acho que eu já tinha morrido de tanto tomar cerveja. Eu chegava assim e ficava me deliciando com o cheiro da cerveja.<sup>128</sup>

A paisagem esboçada pelo senhor Edilson nos remete a representações de noites boêmias, nos remete mais especificamente a uma cena de ressaca em um bordel. O cheiro da cerveja sentido pelo depoente era, por sua vez, o cheiro do proibido cuja espacialidade olfativa nos convida a compartilhar as sobras da noite que, embora nos apresente apenas resquícios, indiciam a tônica dos acontecimentos passados. Cadeiras desarrumadas, mesas que ainda carregam garrafas vazias, o cheiro do cigarro que ainda inebria o ar no grande salão; copos sujos, muitos deles carregando as marcas encarnadas de algumas bocas sedentas de amor e dinheiro. Na alcova, os lençóis ainda desarrumados e molhados de suor e prazer. Ainda nas camas, repousam as atrizes da festa no afã de se recompor para mais uma noite de glamour ou para mais uma jornada de trabalho.

O exercício da profissão em alguns bordéis mossoroenses, assim como na maioria dos bordéis do Brasil e do mundo, requeria das mulheres um ritual de beleza, desde a maquiagem e a arrumação dos cabelos até as vestimentas e o ensaio de formas de comportamento para encantar os clientes. Estes eram, por sua vez, o sustentáculo de sua profissão e era em torno deles que os serviços deveriam ser pensados e executados.

É contumaz a idéia de que nos bordéis os homens encontravam a satisfação de suas fantasias sexuais, como também impera no senso comum a percepção de que a presença masculina no cabaré era motivada apenas pela busca do sexo. Apesar desses pressupostos, em certa medida serem verdadeiros, não podemos generalizá-los encerrando-os como verdade. Os bordéis mossoroenses se configuravam como lugares para a satisfação do prazer assim como para o exercício da sociabilidade masculina. Contudo, eram nesses ambientes que o sexo era pensado de forma mais livre, mesmo que sua prática ainda estivesse associada a convencionalismos. “Lá, o sexo naquela

---

<sup>128</sup> Entrevista realizada com o senhor Edilson Galdino da Costa, no dia 7 de fevereiro de 2010.

época era mais aberto, mais avançado. E em casa não, era como se dizia: era só papai e mamãe”.<sup>129</sup>

As práticas sexuais nos bordéis mossoroenses eram tidas como sendo mais modernas se comparadas àquelas que a esposa deveria oferecer ao homem no reduto do lar. Talvez essa *pseudo* modernidade sexual não estivesse, necessariamente, relacionada às práticas oferecidas pelas meretrizes, mas, sobretudo, pela sensação de liberdade e descompromisso que ambos, cliente e prostituta, poderiam experimentar nos bordéis. A demonstração do prazer pela prostituta que se subjugava ao domínio do homem que, por sua vez, pagava para possuí-la dar a este uma ilusória sensação de poder. Ao mesmo passo, este poderia sentir-se satisfeito pela dominação feminina, em uma postura inversa a que se experimentava no ambiente doméstico. Assim,

Naquele tempo a mulher era muito submissa. Como uma parte delas ainda é. Mas naquela época a voz era a do homem. A mulher era casada há 50 anos e nunca discutia com o marido. Ora! A miserável era escrava, não chegava nem na sala quando ele estava conversando, que é diferente de hoje. A mulher não tinha nenhuma liberdade, não tinha vontade. A vontade era a do marido. Até para fazer sexo.<sup>130</sup>

Dentre as praticantes desse amor livre encontramos Celsa, uma prostituta que oferecia seus serviços no *baixo* meretrício em Mossoró. Geralmente, ela atendia seus clientes nos *chatôs* do *Cai Pedaco* ou mesmo no *Rasga*. Ela se destaca nas narrativas orais pelo tratamento que dispensava aos seus clientes, pois o sexo era precedido e finalizado por carícias e práticas de higiene. Seu Edilson relata que Celsa, embora estipulasse um pequeno valor para o programa não descuidava da higiene, sendo este um diferencial que caracterizava seu serviço como sendo “*completo*”.

E tinha também Celsa. O que eu achava mais interessante em Celsa, por ela ser uma mulher assim de cabaré, era a maneira como ela tratava a gente, tá entendendo? Você transava com ela e quando saia de lá ela fazia..., ela lhe limpava, ela dava aquele trato. No caso, o homem hoje, ele transa com uma mulher, mesmo pagando, ele chega lá, ele toma o banho dele, ele mesmo se limpa. Com Celsa não, ela vinha, ela dava o banho em você, ela pegava seus órgãos genitais, entendeu? Ela mesma lavava, enxugava com uma toalha. Era aquele agrado pra você voltar de novo (risos).<sup>131</sup>

É interessante perceber que embora se tratasse de uma prostituta de *baixo* meretrício, a higiene era apresentada como um componente da prática sexual exercida

---

<sup>129</sup> Entrevista realizada com o senhor Francisco Canindé Costa no dia 7 de fevereiro de 2010.

<sup>130</sup> Idem. *Ibidem*.

<sup>131</sup> Entrevista realizada com o senhor Edilson Galdino da Costa no dia 7 de fevereiro de 2010.

por Celsa para com os seus clientes, o que nos remete a idéia de que nem sempre o *baixo* pode ser interpretado como sinônimo de sujeidade para identificar os espaços malditos da urbe em Mossoró. Estes não são naturalmente malditos, mas antes de tudo, se tornam malditos, tanto pelas práticas dos sujeitos como pela interpretação dessas práticas e sua visibilidade para a sociedade.

Uma realidade atípica para a sociedade mossoroense da metade do século XX era a presença de homossexuais na cidade. O estranhamento e a não aceitação por parte das famílias advinha do preconceito há muito tempo arraigado na sociedade e da clara negação, por parte da Igreja Católica, de práticas pederastas. Estas poderiam conduzir, assim como a prostituição, ao desvio da conduta moral dos sujeitos, funcionando também como ameaça a procriação, tida como o fim primeiro e último da prática sexual entre casais.

Enfrentando preconceitos ou se curvando a eles, os homossexuais deixaram sua trajetória na sociedade mossoroense. Muitos deles trabalhavam na zona do meretrício exercendo atividades de apoio como garçons e dançarinos, além de oferecerem seus serviços aos que interessassem.

O *Alto do Louvor* era composto, conforme a caracterização de dona Raimunda, “pelas raparigas e pelos frescos”<sup>132</sup>. Dentre os gays mais conhecidos destacamos Osmarino, Bráulio, Pampola, Lindo Olhar, Deusinho, Mãe Preta, Loura, Cocotinha e Jozias. Dona Raimunda apresenta-nos como era a sua relação com os homossexuais que viviam e trabalhavam na zona do meretrício

Eu costurei muito para Alegria que era um viado conhecido. Para comadre Cocotinha também. Finado Bráulio era meu freguês. Já morreram muitos. Finado Jozias, tudo eram meus fregueses. Era para mim gente muito boa. Vinha na minha casa, me respeitava. O meu filho mais velho ia deixar costura lá. Eles gratificavam ele. Era gente boa. Tinha um viado, um tal de Alegria. Esse meu filho mais velho era doido por esse viado, não podia ver o viado que dizia: mamãe lá vem Alegria! Porque Alegria dava dinheiro a ele quando ele ia deixar roupa para Alegria provar ou quando ia chamar para ele vim provar aqui, era um movimento.<sup>133</sup>

As relações apresentadas por dona Raimunda se configuram como profissionais. Como costureira renomada e, por morar no mesmo bairro onde se localizava a zona do

---

<sup>132</sup> Entrevista realizada com a senhora Raimunda de Oliveira, costureira, 83 anos, no dia 03 de fevereiro de 2010. Costureira que reside ainda hoje no bairro Bom Jardim, em uma rua alcunhada de *Beco do Cacete* em Mossoró

<sup>133</sup> Idem. *Ibidem*.

meretrício, tinha as prostitutas e os homossexuais como fregueses em potencial. Entretanto, podemos aferir também, que embora a narrativa apresente os sujeitos a partir de estereótipos preconceituosos, comumente utilizados ainda hoje (viado, fresco, rapariga) havia uma relação mediada pelo respeito entre a costureira, as prostitutas e os gays. Mesmo sem aceitar com naturalidade as escolhas dos sujeitos do bordel, dona Raimunda permitia a presença deles em sua casa, contato esse que se estendia a outros membros da família, como por exemplo, seu filho mais velho que adorava receber gorjetas de um homossexual chamado Alegria pelos favores e recados prestados a este.

Nos cabarés de maior renome em Mossoró, o homossexual Braúlio desenvolvia as atividades de garçom, mas se destacava também como dançarino, chegando a ser considerado

O melhor dançarino, dançava muito bem. E às vezes tinha gente que tinha preconceito porque ele era viado. Mas era uma pessoa boa, uma pessoa que não fazia mal a ninguém; vivia a vida dele. Lá era o seguinte: lá tinha esses preconceitos, mas eles não iam à casa de ninguém, chamar ninguém. Você só ia lá se quisesse. Era... Até que eu apelidava “Vai quem quer”, principalmente porque só ia quem queria mesmo, não era obrigado a ir ninguém.<sup>134</sup>

Já Lindo Olhar foi apresentado como “a maior personalidade que tinha na noite da boemia”. Ele era garçom e recebeu esse pseudônimo por ter olhos azuis. Morava em uma casa juntamente com outros rapazes de “vida alegre”. A casa em que eles residiam não é definida nas narrativas como sendo um bordel de gays, tampouco se apresenta como espaço que atraía clientes e dispunha de atividades de sociabilidade; também não há registros da presença de algum cafetão ou proprietário que apresentasse a casa como estabelecimento lucrativo. Esse espaço

(...) não tinha dono. Era freqüentado só por viado como se diz. Eram pessoas boas, eram umas pessoas que não tinham besteira. Você chegava lá, na casa desses viado... Tinha aquelas pessoas que... Muitos deles, esses meninos, eles iam... Rapazinho, as vezes que eles saíam escondido, eles iam lá atrás de dinheiro. Transava com eles através de alguma propina, algum dinheiro.<sup>135</sup>

Torna-se perceptível que alguns homossexuais pagavam para se relacionar com meninos mais jovens, embora muitos tivessem seus parceiros afetivos na condição de namorados ou companheiros. No entanto, verificava-se uma prática inversa, em termos

---

<sup>134</sup> Entrevista realizada com o senhor Francisco Cosme Filho, 56 anos, realizada no dia 31 de janeiro de 2010.

<sup>135</sup> Idem. *Ibidem*.

monetários, daquelas exercidas pelas prostitutas, visto que eles acabavam comprando e não vendendo práticas sexuais.

O assassinato do popular Elizeu Moura, mais conhecido por Deusinho, solteiro, de 31 anos de idade e, pelo que indica as fontes, também homossexual causou impacto na sociedade mossoroense pela brutalidade e pelo enigma que suscitou a autoria do crime. Deusinho trabalhava como garçom em uma boate situada na Rua Nilo Peçanha, quando na “madrugada de segunda-feira do ano de 1962, na zona meretrício, foi encontrado, precisamente às 2:00 horas, horrivelmente mutilado, em seus últimos instantes de vida”.<sup>136</sup> O jornal *O Mossoroense* o identifica como

Rapaz de vida alegre, sendo um dos participantes da Tribu dos Kalapalos, do nosso carnaval de rua, em cujo meio fazia o desempenho da índia Diacuy, tendo recebido este nome por alcunha e como era mais conhecido nos meios populares. Exerceu a profissão de garçom em várias casas de pasto da cidade, tendo ultimamente concentrado suas atividades nessa profissão nas boites da Rua Nilo Peçanha. Seu corpo, em tão triste estado foi encontrado na calçada do Bar Benedita, naquela artéria, sendo desconhecidos os tutores do crime.<sup>137</sup>

Nas averiguações realizadas pelas autoridades policiais, no período em tela, de competência do Tenente Clodoaldo Meira Delgado, constatou-se que Deusinho tinha como colega de quarto um popular chamado Gonzaga de Rufino, mais conhecido como Chico Tripa que fora detido para prestar esclarecimentos sobre o caso. Sobre ele recaíram as principais suspeitas do homicídio até surgir um terceiro personagem que logo arregimentou para si a atenção da polícia. Tratava-se de Chicó Baêta, cujo nome legítimo é Francisco Firmino Filho.

A polícia foi levada a crer, pelos depoimentos acerca do caso, que Chicó Baêta esteve no dormitório de Deusinho, uma vez que sua rede havia sido encontrada nos aposentos da vítima. O caso não foi elucidado, embora os suspeitos tenham ficado detidos por certo período no distrito policial que estranhamente era conhecido como “Vagalume” e se localizava no final do *Rasga*, sendo o último quarto da vila de *chatôs*. Entretanto, o interessante é perceber que o caso de Deusinho foi acompanhado de perto pela imprensa que divulgava para a sociedade o caminhar das investigações como nos mostra as manchetes jornalísticas:

---

<sup>136</sup> **O Mossoroense**, terça-feira, 23 de janeiro de 1962, Ano XC, nº 3.210. p. 6

<sup>137</sup> Idem, *Ibidem*.

COM CERTEIRAS PUNHALADAS DEUSINHO FOI ASSASSINADO: novo crime na zona do meretrício, em que apenas aparece a vítima, estando ocultos seus autores. A polícia no encalço, espera sua elucidação para dentro de poucas horas.<sup>138</sup>

COMPANHEIRO DE QUARTO TERIA SIDO AUTOR DO ASSASSINATO DE DEUSINO: novas suspeitas em torno de um estranho poderão concluir pela descoberta do matador.<sup>139</sup>

QUASE DESCOBERTA A AUTORIA DO CRIME DO GARÇON DEUSINHO<sup>140</sup>

O CRIME DO GARÇON DEUSINHO: Indigitado homicida, agora apanhado, insiste em negar a autoria, na polícia.<sup>141</sup>

VERSÕES DESENCONTRADAS SOBRE A AUTORIA DO CRIME DE DEUSINHO: familiares de Chicó Baêta apontam outro personagem como autor do crime.<sup>142</sup>

A atenção que a imprensa dispensa ao caso de Deusinho é significativa para percebermos a notoriedade que o jornal dava aos conflitos ocorridos na zona do meretrício. Além disso, não se pode negligenciar o fato de determinado crime ter, de fato, abalado a sociedade, mesmo sendo Deusinho um garçom e “popular”, como bem definiu o noticiário. Contudo, a cada arruaça travada no meretrício, a cada briga e engalfinhamento ocorrido na Rua Nilo Peçanha, a cada registro da atividade policial em diligência nos cabarés de maior *glamour* ou mesmo no *Cai Pedação* e no *Rasga* tem-se uma nova tessitura da história do cotidiano da zona como espaço desregrado, perigoso, tumultuado, insalubre e principalmente maldito.

## 1.2 Desvelando códigos: o cotidiano da prostituição no *Alto do Louvor*

Desvelar códigos, dar visibilidade ao cotidiano de uma época passada nem sempre se define como tarefa fácil para o historiador; ao contrário, requer dele técnica e sensibilidade para compor o mosaico do passado com as fontes que se apresentam dispersas, incompletas, ilegíveis e, muitas vezes ausentes. Talvez seja esse fetiche – o de alcançar uma temporalidade já ecoada e tentar compreender como os homens de determinada época conferiam sentido ao mundo – que o trabalho do historiador se

---

<sup>138</sup> Idem, *Ibidem*.

<sup>139</sup> *O Mossoroense*, domingo, 11 de fevereiro de 1962, Ano XC, nº 3.224. p. 6

<sup>140</sup> *O Mossoroense*, sábado, 19 de maio de 1962, Ano XC, nº 3.268. p. 6

<sup>141</sup> *O Mossoroense*, domingo, 20 de maio de 1962, Ano XC, nº 3.269. p. 8

<sup>142</sup> *O Mossoroense*, quarta-feira, 23 de maio de 1962, Ano XC, nº 3.271. p. 6

justifique. Optar por tentar dar a ver o cotidiano, implica um esforço no sentido de compreender como as pessoas viviam; como praticavam os espaços da urbe, como teciam relações afetivas e como administravam os conflitos amorosos, financeiros e morais que se apresentavam na cotidianidade.

Olhar o cotidiano ou tentar alcançar as representações que subsistem no presente de um passado remoto é olhar para as sensibilidades de uma época. Essas

Sensibilidades seriam, pois as formas pelas quais indivíduos e grupos se dão a perceber, comparecendo como um reduto de tradução da realidade por meio das emoções e dos sentidos. Nessa medida, as sensibilidades não só comparecem no cerne do processo de representação do mundo, como correspondem, para o historiador da cultura, àquele objeto a capturar no passado, à própria energia da vida.<sup>143</sup>

Essa energia da vida é o que move o cotidiano e este nunca será apresentado em sua completude e complexidade. O mosaico composto pelo historiador da cultura busca capturar imagens, formar interpretações que, já são em si, representações de representações do passado. O cotidiano da zona do meretrício em Mossoró apresenta-se como um mosaico repleto de fendas e espaços vazios. No entanto, entre as rachaduras nos escapam algumas imagens, formas de criar e praticar espacialidades que são singulares da zona do meretrício na urbe.

É bastante comum a compreensão de que na zona do meretrício inexistiam regras de conduta, códigos de sociabilidade a serem seguidos pelos sujeitos que integravam aquele espaço. Tal percepção se ancora na representação da zona como lugar caótico, desregrado, perigoso, ignóbil haja vista que é nesse espaço que impera as atividades de contravenção. Assim, a adjetivação que seria imputada as pessoas que integravam a zona se estende aos espaços, tornando-os malditos e, em sentido inverso, estes também imputam nos sujeitos sua marca moral, uma espécie de contágio aos que praticavam os lugares do sexo, do álcool, da jogatina, das brigas e dos amores anônimos.

No entanto, faz-se necessário perpassar essa visão genérica da realidade para compreendê-la na sua complexidade, pois assim como nos demais espaços da urbe, na zona do meretrício também se estabeleciam códigos, regras, condutas que se esperavam dos sujeitos que praticavam os espaços do prazer.

---

<sup>143</sup> PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História & História Cultural**. 2 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2005, p. 57.

### 1.2.1 As mulheres da vida: de dia Maria, de noite Madalena

A vida cotidiana das prostitutas em Mossoró se dava, sobretudo, em um espaço físico que era, também, simbólico. As pessoas compartilhavam códigos que ganhavam significação e correspondência na zona, cuja localização estava inscrita em um bairro da cidade. Assim, os moradores do *Alto do Louvor*, espacialidade inscrita na Rua Nilo Peçanha no bairro Bom jardim compartilhavam formas específicas de usar e praticar os espaços, se comparadas às maneiras de agir em outras localidades da cidade. Nesse sentido, conforme nos lembra Pesavento “o espaço se qualifica a partir da percepção de seus moradores e freqüentadores, assim como dos estabelecimentos que ali se concentram e que se identificam com a contravenção.”<sup>144</sup>

Pensar acerca do cotidiano da zona em Mossoró nos conduz a refletir sobre o conceito de conveniência na perspectiva de Pierre Mayol. Para ele, o bairro é composto por uma coletividade em que todos se conhecem, uns mais, outros menos e, que por essa situação de conhecimento superficial mantêm uma rede de relações que se integram e se materializam a partir de laços de amizade e familiares, dentre outros. Uma pessoa que nasce em um bairro ou nele se instala precisa aprender os códigos de vivência e sociabilidade do local, embora estes mesmos códigos não estejam escritos e disponíveis para consulta. No entanto, essas regras de convivência se apresentam legíveis para os usuários do bairro, seja através da linguagem recorrente em determinada localidade, seja através do comportamento dos indivíduos que lá habitam.

A transgressão ou aceitação dos códigos instituídos tacitamente pelos usuários do bairro se configura como elemento de observação para outros moradores que passam a olhar o indivíduo de maneira diferente, em uma nítida postura de aceitação ou rejeição. Assim, ser conveniente é se portar de forma adequada nos locais que se freqüenta, é se ajustar aos hábitos e costumes do local; é fazer aquilo que se espera que seja feito, pois um dos aspectos da conveniência é a “repressão minúscula”, isto é, “a conveniência exerce a função reguladora dos comportamentos sociais, reprimindo o que ‘não convém’, e o que ‘não se faz’.”<sup>145</sup>

Nesse sentido, não era conveniente a presença das prostitutas nas igrejas, nos cinemas e nas festas dos clubes da cidade. Da mesma forma, não se esperava que as

---

<sup>144</sup> PESAVENTO, Sandra Jatahy. **Uma outra cidade: o mundo dos excluídos no final do século XIX**, São Paulo: Companhia Editorial Nacional, 200, p. 33.

<sup>145</sup> MAYOL, Pierre. “A conveniência”. In: **A invenção do cotidiano**. Vol. 2. Petrópolis: Vozes, 1996, p. 46-70.

senhoras casadas ou moças de família se dirigissem ao bordel, mesmo que fosse à procura do marido. A conduta esperada de um cliente em um bordel do *Alto do Louvor* era que este estivesse disposto a consumir bebidas, a esbanjar sua condição financeira e em alguns casos, a pagar pelo programa estipulado pela prostituta. Nos *chatôs* também se perspectivava que os clientes, mesmo aqueles menos afortunados, consumissem “tragos” de cachaça, assim como estivessem dispostos a barganhar uma “noitada” com uma prostituta.

Entretanto, é válido ressaltar que nem sempre essas conveniências eram levadas ao pé da letra. As apartações morais existiam, mas havia também os pontos de fuga, as manobras exercidas pelos sujeitos para fruir e transpor essas fronteiras. Em Mossoró era comum a existência de mulheres de vida dupla, ou seja, que estavam integradas as famílias durante o dia, mas ao cair da noite se dirigiam até a zona para “fazer a vida”, a sua e, em muitos casos, a de sua família também. A dupla jornada lhes conferia uma dupla identidade, a saber: a de Maria durante o dia e a de Madalena durante a noite. Era o que ocorria com a mãe do senhor Edilson, um dos nossos entrevistados que em sua narrativa nos confessa que

Porque assim, mamãe era mulher solteira, ela trabalhava lá à noite. No caso, ela começou como mulher da vida. Mas no decorrer da vida, com o tempo, a idade... Ela continuou lá, mas trabalhando de garçoneite, ai criava agente em casa. Morava aqui na Avenida Alberto Maranhão certo? Agente morava aqui, eu e meus irmãos e ela à noite ia trabalhar, tá entendendo? Trabalhava por lá de garçoneite, lá em Tia Ciça. Ela ainda chegou até a botar um (cabaré) para ela também, mas não deu certo. Eu fazia mandado daquelas mulheres solteiras, ficava fazendo mandado... Elas diziam: - Edilson compre isso, porque não tinha supermercado aqui em Mossoró, não existia, só existia a bodega de Caxico e Zé Tolo. Então nessas bodegas, quando elas precisavam, elas compravam. Ai, mandavam: - Vá fazer isso... Então eu ficava por lá, ai vendia dindin, aquelas coisas, fazia tudo para elas lá. Ai a vida da gente foi isso, eu vendendo as coisas e ajudando a minha mãe e depois ela botou duas vezes, tentou e não deu certo, e eu peguei, findei trabalhando sempre ajudando a minha mãe, e ela amigou-se com o finado Machado que conseguiu um emprego para ela na prefeitura e ela saiu de lá e agente saiu também; graças a Deus...

Torna-se evidente na narrativa acima o estigma imputado a mãe do entrevistado por sua condição de mulher solteira com filhos. Essa situação não era bem vista socialmente, uma vez que a perda da virgindade antes do casamento implicava automaticamente na ausência de honra para a mulher. Ter filhos sem a presença de um pai que ajudasse em sua educação moral se configurava como situação difícil para a mulher e atípica para a sociedade que reprovava de forma veemente tais condutas.

Geralmente, os filhos de mãe solteira eram percebidos como as provas cabais do pecado feminino, denunciando, pois, a transgressão moral que muitas vezes era interpretada como sendo de responsabilidade apenas da mulher que não havia se preservado. A trajetória de dona Elvira Galdino Costa, segue o ritmo da história de muitas mulheres em Mossoró e em outras localidades. Quando jovem, ela exerceu a atividade de prostituta e, com o passar do tempo e a perda do vigor e da beleza, passou a trabalhar como garçonete na boate de Tia Ciça sucumbindo à concorrência das mais jovens. Tentou abrir seu próprio negócio, mas este não prosperou. Ela não era pensionista de nenhum bordel, mantinha casa própria em uma artéria próxima ao *Alto do Louvor* e durante a noite migrava para a zona afim de “fazer a vida”. Contudo, mesmo não residindo nos cabarés, Elvira não conseguiu afastar seus filhos da convivência na zona. Eles acabaram por descobrir os códigos que regiam aquele espaço a partir da convivência diária com prostitutas, cafetinas, clientes e boêmios da sociedade mossoroense.

Essa migração de algumas mulheres que estavam integradas à sociedade<sup>146</sup> e à zona simultaneamente é elucidativa para percebermos como as fronteiras são móveis. Até mesmo na imprensa essa elasticidade pode ser percebida quando é veiculada na coluna “Reclame o quiser” do jornal *O Mossoroense* a insatisfação de alguns segmentos sociais de Mossoró diante do comportamento adotado por prostitutas que freqüentavam o *Bar Estrela*. Este passou a ser considerado um caso de polícia quando

Comerciantes e moradores às imediações do mercado da cidade, insatisfeitos com o ambiente hoje reinante no Bar Estrela, onde, segundo dizem, está servindo de antro de meretrizes, fazem chegar por este intermédio, sua repulsa à polícia, a fim de que venha o Sr. Delegado, a tomar as providências que o caso exige. O simples fato do bar receber essas mulheres livres não vem ao caso. O que se torna insuportável é o comportamento com que se tem conduzido, num flagrante desrespeito à família mossoroense.<sup>147</sup>

É importante perceber que a notícia acima faz referência ao comportamento das mulheres e não à sua condição de prostituta. Entretanto, a intenção de mascarar o preconceito e estabelecer uma diferenciação entre a meretriz e seu comportamento é por demais falaciosa. Torna-se evidente que era a presença de prostitutas assumindo posturas específicas de sua profissão que transformava o *Bar Estrela* em “antro”. Além

---

<sup>146</sup> Mesmo estas eram discriminadas pela sociedade quando sua atividade ganhava publicidade. Embora não residissem na zona sofriam preconceito e deveriam saber onde freqüentar e como se portar no meio social.

<sup>147</sup> *O Mossoroense*, 26 de março de 1957, Ano XI, nº 739, s/p.

disso, torna-se difícil concebermos, nessa época, a presença de mulheres ditas “*direitas*” em bares, cujo espaço de atuação deveria se circunscrever ao lar e a família.

Nos chama igualmente a atenção a maneira como foi requisitado um tipo de comportamento para o ambiente que, mesmo sendo um Bar e, portanto, uma espacialidade mais masculina, requeria das meretrizes uma dada conveniência para a utilização do local. Ao se comportarem de forma símile à zona, suas ações passaram a ser consideradas inadequadas e repletas de burlas. A lei é convidada a tomar providências no sentido de reorganizar o ambiente do *Bar Estrela* e restabelecer a conveniência. Certamente, a insatisfação dos comerciantes e moradores não fosse a mesma se o comportamento das prostitutas não estivesse à mostra das famílias. Nesse sentido, o que causava desconforto à sociedade mossoroense não era, necessariamente, a existência da prostituição na cidade, mas a sua disseminação e visibilidade para além das fronteiras da zona.

Portanto, mesmo que as prostitutas se utilizassem de outros espaços da cidade – o que era esperado – estas deveriam assimilar novos códigos, admitir novas posturas em lugares outros que não à zona. A prostituta, quando estivesse fora da zona, deveria ser conveniente em suas ações e discursos, o que implicaria dizer que a meretriz em Mossoró deveria “saber o seu lugar”, sendo estes os pressupostos necessários para a negociação da sua identidade.

No período do carnaval as fronteiras pareciam se diluir em Mossoró. As meretrizes experimentavam transpor os limites da zona e costumavam desfilar em carros abertos pelas ruas da cidade.

Aqui tinha os desfiles, as mulheres de cabaré desfilavam no carnaval, naquele jeep aberto, todas fantasiadas, porque aquelas mulheres cada uma tinha as suas boates. Naqueles tempos era o bloco dos “caras sujas”, “baraúna”, “salinista”, “os índios”. Tinha aqueles desfiles e tinha o julgamento. E tinha a presença dessas mulheres. Elas desfilavam todas em um jeep aberto, tudo desfilando, passando na praça. O julgamento era em frente ao Pax ali na praça Rodolfo Fernandes, na rua Coronel Gurgel. Naqueles espaços as mulheres todas passeavam, todas fantasiadas. Era até um meio para elas terem acesso às multidões no período do carnaval.<sup>148</sup>

Eu era costureira, juntamente com uma amiga aqui. Quando chegava a época do carnaval, éramos nós que fazíamos as roupas dessas mulheres. Nós passávamos a noite todinha costurando para de manhã entregar aquelas fantasias para as mulheres sair.<sup>149</sup>

---

<sup>148</sup> Entrevista realizada com o senhor Francisco Canindé Costa no dia 7 de fevereiro de 2010.

<sup>149</sup> Entrevista realizada com a senhora Francisca da Silva Bicoura no dia 3 de fevereiro de 2010.

No período carnavalesco as meretrizes do *Alto do Louvor*, aquelas que moravam nas pensões *Copacabana*, *Casa Blanca*, *Coimbra*, *Bar Bhrama*, *Las Vegas*, dentre outras que compunham o *alto* meretrício em Mossoró, se exibiam para a sociedade, davam a ver sua beleza e elegância no uso das fantasias, penteados e jóias que costumavam usar. Mesmo reunidas em um carro aberto, desfilando pelas ruas e pela praça, elas, de certa forma, se misturavam às damas da sociedade, uma vez que participavam da mesma festa carnavalesca e realizavam o mesmo percurso oficial dos outros carros que exibiam mulheres *direitas* no carnaval.

### 1.2.2 Os clientes: homens de vida dupla

O objetivo desse tópico é dar a ver alguns aspectos do cotidiano dos homens que praticavam os espaços de uma Mossoró noturna da metade do século XX, destacando as redes de sociabilidade que, comumente, eram tecidas entre as meretrizes e os clientes e, de forma mais elástica, destes com os outros agentes da zona.

Tornou-se lugar comum na literatura acerca da prostituição, encontrar o cliente em uma posição confortável da relação prostituinte. Ele aparece, quase sempre, como mero coadjuvante, como presa fácil e vulnerável que sucumbe à sedução feminina. São exíguas as abordagens que conferem ao homem a qualidade de agente; afinal, é para ele e em torno das suas necessidades e fantasias que a prostituição se organiza; que os espaços são projetados e os serviços oferecidos.

Nesse sentido, as representações que enxergavam os bordéis como lugares, por excelência, onde os homens ratificavam sua masculinidade estavam ancoradas na cultura, muito comum na sociedade brasileira, de eleger a zona como espaço de iniciação masculina. Assim, como assevera Souza “historicamente, na nossa sociedade o cabaré tinha como uma de suas principais funções a iniciação sexual do homem, preservando as moças de família, que deveriam permanecer virgens até a realização do casamento”.<sup>150</sup>

As práticas pensadas para o consumo do cliente na zona do meretrício em Mossoró não estavam restritas apenas à satisfação de necessidades sexuais. Além

---

<sup>150</sup> SOUZA, Francisca Inar de. **O cliente: o outro lado da prostituição**. Fz. Sec. Cult. Desporto, São Paulo: Annablume, 1998, p. 43

destas, havia também a preocupação de criar uma espacialidade que remetia ao homem uma suposta, porém ilusória, sensação de poder, acompanhada de autoridade, controle e ratificação de sua masculinidade.

Todavia, para além da afirmação da virilidade, o bordel funcionava também como espaço de afirmação econômica. As identidades eram facilmente definidas a partir da publicidade do dinheiro e do que ele poderia comprar. Eram nos salões de entrada dos bordéis de maior *glamour* e, mais especificamente, nas mesas e na companhia das damas mais cobiçadas que se evidenciava o poder de barganha do homem. Estes elementos destacavam a condição econômica do indivíduo demarcando, para os demais freqüentadores, sua posição social. Muitos homens influentes da sociedade mossoroense pagavam para fechar os bordéis, ou seja, para ter acesso exclusivo às mulheres e ao ambiente como nos lembra Edilson: “os políticos famosos, aqui da época, que eu cheguei a conhecer– esse pessoal rico, os empresários – chegavam lá e fechavam.”<sup>151</sup>

Esse poder advindo do dinheiro também se transferia para o âmbito familiar, pois era prática comum que alguns homens gastassem boa parte do que recebiam como pagamento de longas jornadas de trabalho com mulheres e bebidas, deixando as suas obrigações de pai de família em segundo plano. Quando isso ocorria, algumas esposas – aquelas mais corajosas – seguiam acompanhadas dos filhos pequenos até a zona do meretrício à procura do marido. Essa conduta era bastante reprovada pelo homem e pela sociedade, uma vez que o lugar de mulher *direita* seria em casa à espera do esposo e não na zona seguindo o seu encaço. Esse comportamento das esposas se configurava como destoante e perigoso, haja vista que as senhoras passariam a ter acesso direto a uma espacialidade restrita às meretrizes. Essa burla de fronteiras poderia provocar reações diversas que poderiam variar da repulsa ao ambiente ou até mesmo suscitar o fascínio por uma vida mais livre das amarras da moral. Contudo, a presença das esposas na zona desautorizava o homem que, para manter sua posição de poder, muitas vezes chegava a usar de violência para com a sua mulher.

Teve muito nego ai, oi, na época da construção da, Maísa. Tinha nego que chegava na Maísa ai, ele trabalhava a semana todinha, porque naquela época não era trator, era o cara arrancando na tora mesmo. Cansei de ver nego assim, ele chegava, quando ele enfiava a mão no bolso, tirava aquele pacote de dinheiro assim, sabe, jogava na mesa... aquele cara que trabalha no grosso mesmo, com a mão cheia de calo, não ia nem em casa, do jeito que ele chegava começava a gastar, gastar e só saía dali quando tava liso, liso sem nada. Eu cansei de ver mulher chegar lá com uma criança chorando para

---

<sup>151</sup> Entrevista realizada com o senhor Edilson Galdino da Costa em 07 de fevereiro de 2010.

pedir o dinheiro da feira, o dinheiro pelo menos do almoço e o cabra não dava. O cara metia a mão na mulher e a mulher ia embora com o menino chorando e ele só saía de lá quando estava liso.<sup>152</sup>

Portanto, esbanjar dinheiro ou mesmo fazer demonstrações públicas de suas posses não era uma prática apenas daqueles mais abastados e influentes na sociedade mossoroense, os trabalhadores mais modestos, aqueles que trabalhavam nas salinas e na Estação Ferroviária, bem como em outros espaços comerciais da cidade se configuravam como clientes em potencial, da mesma forma que políticos e profissionais liberais.

A demonstração pública da posse do dinheiro e da disponibilidade do homem para dele se desfazer atraía a atenção das damas da noite, assim como dos demais freqüentadores daqueles ambientes. Basta considerar que o dinheiro se apresentava como um elemento fundamental que norteava, quase sempre, as relações entre clientes e meretrizes e daqueles com as cafetinas nos bordéis.

As entrevistas indicam que os clientes da zona do meretrício em Mossoró admitiam uma vida dupla, uma vez que transitavam constantemente entre os *bons* e os *maus* lugares. Eles estavam integrados à família, partilhando e instituindo códigos de conduta a serem seguidos, ao mesmo tempo em que consumiam os espaços condenados moralmente. Para isso, se fazia necessário que os freqüentadores da zona adquirissem as regras de conveniência para fruir tais espaços e, é justamente na coexistência de códigos morais diferentes para o consumo dos espaços – o familiar considerado sagrado por abrigar uma sexualidade sadia voltada para a procriação e; o cabaré, moralmente condenado por abrigar uma sexualidade degenerada voltada para o prazer – que reside a ambivalência do cliente. Os homens que freqüentavam a zona em Mossoró eram os mesmos que voltavam para as famílias e, portanto, conviviam com dois códigos morais, partilhando duas formas de conveniência.

Para transitar na zona e dela fazer uso, o cliente deveria conhecer e praticar os códigos da zona. Da mesma forma, quando ele estivesse partilhando do espaço doméstico, era esperado como conduta idônea que o mesmo, como homem de família e defensor dos bons costumes, demonstrasse certo desprezo e repulsa ao ambiente em que a prostituição se alojava.

---

<sup>152</sup> Idem, *Ibidem*

Essa ambigüidade de condutas, ora condenando, ora praticando os espaços malditos conferia aos clientes uma dupla identidade, qual seja, durante o dia a de homem defensor da moral e, contraditoriamente, durante a noite a de consumidor em potencial de práticas contraventivas tais como: o sexo, o jogo, o fumo e a bebida. Desse modo, era muito comum a existência do que o Senhor Francisco Canindé denominou de “falsa moral” na sociedade mossoroense, quando lembrou da receptividade, nas casas de família, das músicas “bregas” que costumeiramente entoavam as noites nos cabarés.

Todo cantor quando saía do show como Nelson Gonçalves, outros que vinham, como Lino Silva, Ari Lobos, vinha fazer show, - porque os shows aqui ou era no Cine Pax ou era no Cine Caiçara. Quando saía daquele show ia lá para o cabaré. Não era só Valdik Soriano que fazia não, eles todos faziam isso. E os políticos também. Deputados da época e doutores andavam pelo cabaré. E, todo político ia para o cabaré. Naquela época tinha aquela música que dizia assim: “mulher deixasse sua moradia para viver na boemia e viver no cabaré” (entrevistado canta trecho da música). Aquela música quando saía no rádio, os pais de família chegava e trancava. Ha! Era muito difícil de ouvir, mas depois estavam tudo bebendo no cabaré, rodando essa música, essa música, era. A verdade era essa. Era a falsa moral, não era? (risos). É... No meu tempo era assim.<sup>153</sup>

Muitas músicas da época se configuravam como representações que informavam sobre a vida da prostituta na zona, funcionavam como espelhos<sup>154</sup> que refletiam/redefiniam a cotidianidade da vida no cabaré e, por conseguinte, poderiam servir como discurso de alteridade e construção da identidade das mulheres *direitas*. Essas melodias costumavam destacar os casos de amores proibidos, as decepções amorosas, os desejos mais escusos e, por essa liberdade discursiva dava a ver uma espacialidade que deveria se manter escondida na sociedade mossoroense. Assim, permitir a entrada, no lar, de canções que davam visibilidade ao mundo do cabaré era igualmente permitir a partilha de códigos e hábitos considerados impróprios para o ambiente doméstico.

A censura às músicas era, antes de tudo, uma censura as práticas que se davam no cabaré, mesmo que, logo mais ao cair da noite, estes mesmos homens que desligavam o rádio em casa, fossem se deliciar nos bordéis ao som de canções como

---

<sup>153</sup> Entrevista realizada com o senhor Francisco Canindé Costa, 65 anos, aposentado, realizada no dia 7 de fevereiro de 2010.

<sup>154</sup> HARTOG, François. **O espelho de Heródoto**; ensaio sobre a representação do outro. Trad. Jacyntho Lins Brandão. Belo Horizonte. Editora: UFMG, 1999.

“Doce veneno”, “Dama de Vermelho”, “Teu Preço”, “Lama”, “Mulher de cabaré, entre tantas outras que marcaram época e corações apaixonados.

Tu és o doce veneno  
Que entrou em minha vida  
Tu és o mal que faz bem  
Minha Querida

Foi Deus  
Quem te guiou em meu caminho  
Foi Deus  
Quem me fez feliz assim

Meu amor  
Tu és o doce veneno  
Que tão depressa entrou em minha vida  
E nosso amor não há igual

Para mim  
Tu és o mal que faz bem  
Que importa se para os outros  
Tu és o bem que faz mal<sup>155</sup>

A mulher a que se refere à canção não é anunciada como meretriz de forma explícita. As informações estão nas entrelinhas, no contexto e nas qualificações atribuídas a ela. A figura feminina é associada a um veneno, que embora doce, pode fazer mal. O homem apaixonado ignora a opinião dos outros em relação à sua amada. Para a sociedade ela é representada como o bem que faz mal; ou seja, ela conquista, sacia, proporciona prazer fazendo o bem momentaneamente, mas depois enfeitiça para fazer o mal. As meretrizes estiveram por muito tempo e, em certa medida, ainda estão associadas ao mal, que para muitos se configura como necessário, numa tentativa velada de manter o puritanismo conciliando-o com os desvios.

A zona estava lá, encravada na Rua Nilo Peçanha no bairro Bom Jardim. Todos os habitantes da urbe sabiam da sua existência e alimentavam representações acerca das maneiras de se agir nesses espaços. Entretanto, era como se aquela realidade se quisesse transparente, pois a presença de meretrizes enfeava a cidade, destoando a imagem do que o próprio jornal *O Mossoroense* destacava como sendo uma “burgo pacata”, muito embora esse mesmo veículo não se furtasse de apresentar os sinais de progresso que caracterizavam a modernidade. Era comum e, de certa forma ainda o é, as pessoas se negarem a falar do *Alto do Louvor*, estas preferiam se calar, ignorar a existência da

---

<sup>155</sup> Doce veneno (Waldick Soriano)

zona. Vigorava certa hipocrisia em perceber e aceitar a prostituição em Mossoró. *O Alto do Louvor*, assim como o *Cai Pedação* e o *Rasga* se configuravam como espaços

Assim, praticamente discriminados. As pessoas tinham preconceito de comentar. Ninguém nunca falava no Alto do Louvor. As mulheres de família também não passavam por lá não. De jeito nenhum. Ninguém via. Vixe! Se passasse uma moça no Alto do Louvor, ali ela, praticamente já era falada. Até ali de frente ao Copacabana e mais pra acolá era muito difícil, a pessoa só andava nas carreiras.<sup>156</sup>

Os espaços funcionavam como transmissores de moralidade. Dessa forma, freqüentar *maus* lugares acabava por macular a conduta do indivíduo, desvirtuando sua condição de chefe de família e, por conseguinte, colocando em cheque sua credibilidade que ficaria abalada perante as outras pessoas da sociedade. Entretanto, a visita dos homens aos bordéis e sua visibilidade perante seus pares, remetia aos mesmos algumas características como a virilidade, masculinidade e poder, pois o homem que buscava o bordel dispunha de dinheiro e força física para a diversão das meretrizes nos cabarés.

É interessante perceber que os homens costumavam compartilhar códigos de lealdade na zona. O segredo da presença no bordel e do que lá se praticava era mantido não apenas pela cafetina e pelas meretrizes, mas pelos próprios clientes que também não desejavam que sua identidade de “*raparigueiro*” viesse à público perante suas famílias e a sociedade. Consideravam-se, antes como boêmios e nada mais que isso.

Nesse sentido, os clientes – freqüentadores de bordéis que faziam ou não uso da prostituição em Mossoró –, embora praticassem movimentos pendulares rumo aos cabarés, nem sempre se assumiam como agentes na zona. Apresentavam dificuldades para admitir a existência de relações de sentido e afeto com esses espaços. Os clientes geralmente justificavam sua presença no bordel como sendo “de passagem”, caracterizando-o como um não-lugar<sup>157</sup>. Muitos deles pressupunham que a relação estabelecida naqueles espaços fosse eminentemente comercial – noção de bordel como

---

<sup>156</sup> Entrevista realizada com o senhor Francisco Cosme Filho, 56 anos, realizada no dia 31 de janeiro de 2010.

<sup>157</sup> A relação que Marc Augé empreende entre os lugares e não-lugares não pode ser compreendida como dicotômica, pois ele não condena os não-lugares, tampouco se furta a analisar as nocividades dos lugares. O lugar pode ser confortável e, por outro lado, aprisionador; pode ser seguro e monótono, assim como o bordel. Os não-lugares podem se configurar como espaços de solidão, vazios de afetos e referenciais simbólicos, opacos em sua essência por não oportunizar a criação de relações sociais duradouras e intensas; ao mesmo passo, essa efemeridade da vivência desses espaços, proporcionada pelo movimento, bem como o anonimato, pode fornecer ao indivíduo a sensação de liberdade, pode ser vivido como um ponto de fuga, como refúgio do mundo. Nesse sentido, o bordel, em sua ambigüidade, pode vir a proporcionar tais sensações, sendo um lugar e ao mesmo passo um não-lugar. Ver: AUGÉ, Marc. **Não-Lugares**: introdução a uma antropologia da supermodernidade. Campinas: Papirus, 1994.

um não-lugar –, porém, essas relações, quase sempre conjugava em suas práticas alguns elementos que perpassavam a lógica mercadológica, tais como: favores, conversas, conselhos e até mesmo a existência de relações conjugais estáveis. Muitos clientes tiravam as meretrizes do bordel e passavam a viver maritalmente com elas, inclusive constituindo família. “Nesse tempo, isso aconteceu muito em Mossoró. Mulher de vida livre que depois as pessoas tiravam ela do cabaré e iam viver com ela, botava dentro de uma casa.”<sup>158</sup>

Tais ações, que fugiam completamente as condutas esperadas pela sociedade costumavam ampliar o canal de sociabilidade existente na prostituição, dando a ver novas maneiras de se relacionar na zona. Na sociedade não havia apenas apartações, fronteiras e maneiras pré-definidas de praticar os espaços; antes disso, havia burlas, estratégias outras que enganavam as malhas finas do poder. Essas relações que se travavam – não sem conflitos é claro – no seio da sociedade mossoroense nos permitiu pensar o bordel como lugar vivido, inventado, subjetivo, histórico e relacional.

Portanto, percebemos que as fronteiras não serviam apenas para delimitar espacialidades *boas* ou *ruins*, *altas* e *baixas*, *direitas* e *esquerdas*; não podemos nos conformar com visões maniqueístas, tampouco polarizadas do cotidiano, pois não é dessa forma que ele se apresenta. Ao contrário, a vida cotidiana costuma ser múltipla, difusa, contraditória, conflituosa, multifacetada e colorida. Fugir disso é escrever uma história em preto e branco, insípida e desnuda de emoções e sensibilidades.

Ao forçar apartações em determinados momentos, as fronteiras serviam para provocar contatos, ligações. Ao passo que distancia certos espaços, ela os une por meio da alteridade que produz identidades. Ao tentar separar a zona de outras artérias da urbe, as fronteiras simbólicas também incitavam a aproximação para tais lugares. Apesar de sólidas e sentidas pelos consumidores da cidade, as fronteiras eram transpostas em muitos momentos da vida cotidiana; não apenas pelas meretrizes em momentos específicos como o carnaval, mas principalmente pelos clientes que teciam movimentos pendulares rumo à zona do meretrício em Mossoró, assim como eram burladas, também, pelas esposas dos clientes quando se dirigiam à zona em defesa da manutenção de seu casamento e do sustento dos filhos. O desejo de transgredir e ousar, às vezes ganhava impulso e saltava para a margem das convenções sociais, sendo o cliente o elo

---

<sup>158</sup> Entrevista realizada com o senhor Edilson Galdino da Costa, no dia 7 de fevereiro de 2010.

entre o profano e o sagrado; o elemento de interseção entre a espacialidade da zona e a célula da família.

## CAPÍTULO 2:

### ***Cidades impressas: cartografias malditas sob as lentes da imprensa mossoroense nas décadas de 1950 e 1960.***

As cidades dadas a ver nesse capítulo serão aquelas construídas pelo discurso jornalístico na Mossoró dos anos de 1950 e 1960. A adjetivação dos traçados da urbe, os discursos que enunciavam o bairro Bom Jardim (zona norte da cidade), bem como aqueles que estabeleciam a associação da Rua Nilo Peçanha como zona do meretrício figurou com certa contumácia nas páginas do periódico *O Mossoroense* nesse período e, será a partir desses enunciados que procuraremos identificar as práticas cotidianas e as representações dos bordéis e seus sujeitos.

Na espiada da cidade pelas lentes da imprensa foi despendido um esforço para não se perceber os discursos como mero espelho que reflete o real, mas, sobretudo, como elemento passível de criar e modificar a realidade à época que foram produzidos. A idéia de representação como reflexo do real, a significação de imagens e textos imitando a realidade social tem causado muito desconforto aos praticantes da Nova História Cultural. Em decorrência, tornou-se comum falar e pensar em “construção” e “produção” da realidade<sup>159</sup>.

Dessa forma, os discursos criados para informar o *Alto do Louvor* em Mossoró apresentam-no como o endereço do crime, da desordem e da contravenção. Era na Rua Nilo Peçanha, segundo informavam os noticiários, que ocorriam cenas de sangue, brigas fúteis entre esposas e amásias e onde os comportamentos obscenos de mulheres de vida fácil desafiavam a moral e afrontavam a instituição familiar.

A maneira como o discurso jornalístico apresenta o espaço onde se aglutinavam os bordéis em Mossoró é emblemática para percebermos como as representações criadas a partir desses discursos forjaram para o *Alto do Louvor* uma espacialidade maldita, o associando à contravenção e identificando-o como um *mau lugar*. Perceber como essas representações funcionavam e que mudanças elas suscitavam nos comportamentos da urbe constitui nosso objetivo nesse capítulo.

O jornal *O Mossoroense* se apresentou como uma das poucas fontes disponíveis que nos permitiram enxergar a vida noturna de Mossoró da metade do século XX. Mesmo sem a intenção explícita de dar a ver espaços profanos da cidade como os

---

<sup>159</sup> BURKE, Peter. **O que é História Cultural?** 2 ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008, p. 99

bordéis, haja vista a repulsa moral da sociedade à prática da prostituição, as notícias que informavam litígios e homicídios ocorridos na Rua Nilo Peçanha serviram para dar visibilidade a sujeitos e práticas que, dificilmente seriam retratados por uma história que não fosse cultural. Personagens populares da época certamente não teriam importância para a construção do saber histórico, assim como os bordéis possivelmente não seria tema de uma narrativa historiográfica.

É válido ressaltar que não estamos advogando uma história *vista de baixo*<sup>160</sup>, pois temos a consciência de que a narrativa é nossa e, portanto, está situada num lugar social, que é por sua vez distinto do lugar do popular. Estamos, igualmente, satisfeitos com a virada em direção as práticas, proporcionada pela Nova História Cultural, que alargou de forma significativa as possibilidades de se fazer a história a partir de objetos cada vez mais inusitados.

Embora a Nova História Cultural, enquanto vertente histórica esteja longe de resolver os paradoxos apontados por seus críticos mais ferrenhos, foi em busca da história das práticas e representações que alguns autores descobriram o espaço como objeto a ser problematizado e não apenas descrito. Basta citar as contribuições de Habermas sobre os cafés como espaços de discussão política e os estudos de Foucault sobre o desenho das escolas e prisões como auxiliar da disciplina<sup>161</sup>.

A tomada de periódicos como fonte para a pesquisa histórica também pode ser entendida como fruto de modificações oriundas da concepção de documento. Observa-se que até a década de 1970 era ínfimo o número de trabalhos que elencavam os jornais e revistas como fontes. Um fator explicativo para esse quadro foi a hierarquia qualitativa dos documentos para o qual o especialista deveria estar atento a fim de escrever uma história objetiva e verdadeira numa perspectiva declaradamente positivista. Os jornais pareciam pouco adequados para a recuperação do passado, visto que continham registros fragmentários do presente, realizado sob o influxo de interesses, compromissos e paixões. Não se considerava, portanto, a idéia de que todos os documentos históricos são produzidos a partir de motivações, as mais diversas. Da desconsideração à centralidade dos periódicos para a produção do saber histórico, muitas guinadas foram dadas no tocante aos métodos, a noção de documento e em relação ao próprio estatuto epistemológico da disciplina histórica.

---

<sup>160</sup> SHARPE, Jim. A história vista de baixo. In: BURKE, Peter (Org.). **A escrita da história: novas perspectivas**. São Paulo: Editora UNESP, 1992, p. 39-62

<sup>161</sup> BURKE, Peter. *Op. Cit*, 2008, p. 94

A utilização do jornal como fonte apresentou-se como significativa uma vez que a imprensa nos fornece várias leituras para a cidade, principalmente aquelas que foram contaminadas pela modernização<sup>162</sup>, ou melhor, essa fonte nos apresenta a cidade como palimpsesto<sup>163</sup>, como um espaço que precisa ser descamado pelo olhar/escrita do historiador. Mossoró, embora não tenha sofrido de forma tão intensa os efeitos da *Belle Époque* quanto às capitais próximas<sup>164</sup> nos oferece, por meio dos periódicos, muitas possibilidades de identificar modismos e movimentos culturais vivenciados desde o início do século XX. Nesses periódicos encontramos a presença do cinema desde 1910 na cidade o que certamente trouxe – juntamente com os filmes que exibiam – outra dinâmica de vida na urbe, ou seja, “novos textos deram-se a ler, novas formas de compreensão de mundo foram postas em atividade.”<sup>165</sup>

A imprensa escrita chegou à cidade de Mossoró em 1872 quando foi fundado o periódico *O Mossoroense*. Este circulou com certa regularidade em seu primeiro momento até 1875. Após um período de interrupção, o jornal retoma as atividades em 1902 circulando até 1963 quando deixa de circular para retornar somente em 1973 e daí, até os dias atuais.<sup>166</sup> *O Mossoroense* surge em uma época de construção do pensamento republicano e seus escritos servem a divulgação desses ideais.<sup>167</sup> Contudo, se em termos políticos o jornal apresentava-se como libertário, o mesmo não se aplicava aos valores morais. Estes continuavam a ser defendidos no discurso jornalístico da segunda fase do periódico, inclusive com espaço reservado ao público feminino. É sobre esse lugar de fala que incidiremos nosso olhar.

As fontes impressas que analisamos para construção desse trabalho foram gestadas na segunda fase de circulação do Jornal *O Mossoroense* que teve o senhor Lauro da Escóssia como editor chefe por 33 anos. Considerando-se jornalista prático –

---

<sup>162</sup> LUCA, Tania Regina. Fontes impressas: História dos, nos e por meio de periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). **Fontes Históricas**. 2 ed. São Paulo: Contexto, 2006, p. 120

<sup>163</sup> PESAVENTO, Sandra Jatahy. Com os olhos no passado: a cidade como palimpsesto. In: **Revista Esboços**. Gráfica Universitária: Florianópolis, RS. n. 11, volume 11. 2004. p. 25 – 26.

<sup>164</sup> Natal e Fortaleza

<sup>165</sup> MENDES, Francisco Fabiano de Freitas. **História cultural de Mossoró: o que, como e por quê?** In: MENDES, Francisco Fabiano de Freitas; FONTELES NETO, Francisco Linhares *et all.* **História Social e história Cultural de Mossoró: métodos e possibilidades**. Mossoró: Vingt Rosado, 2009, p. 44 (Coleção Mossoroense, Série c, v. 1556).

<sup>166</sup> Além de *O Mossoroense* havia, nos primeiros anos do século XX, outro jornal na cidade intitulado: O Comércio de Mossoró. Como o próprio título indica tratava-se de um jornal conservador que se preocupava em noticiar assuntos relativos à economia e tinha como redator o senhor Bento Praxedes. Contudo, o mesmo não foi utilizado como fonte para o presente trabalho, uma vez que no período em análise já não se encontrava mais em circulação.

<sup>167</sup> FONTELES NETO, Francisco Linhares; REGIS, Iza Luciene Mendes. A pesquisa histórica nas fontes impressas: algumas observações. In: MENDES, Francisco Fabiano de Freitas; FONTELES NETO, Francisco Linhares *et all. et all. Op. Cit.* p. 27-29.

pois não era formado em jornalismo – Lauro da Escóssia iniciou sua carreira no jornal como cronista esportivo, passando a atuar também como tipógrafo, puxador de linhas, chapista, paginador e impressor em máquinas manuais e elétricas. Era repórter e colaborador de outros jornais da capital como A Tribuna do Norte, Diário de Natal e A República.<sup>168</sup> Ele esteve a frete do Jornal de 1946-1963 (2ª fase) e depois em 1973-1975 quando o vendeu para a família Rosado.

Antes de se tornar jornalista, Lauro da Escóssia exerceu as atividades de escoteiro em 1917, desportista em 1921, professor primário em 1928, inspetor de ensino até 1953. Foi também servidor público exercendo as funções de fiscal de rendas e posteriormente tesoureiro da Recebedoria de Renda de Mossoró, se aposentando em 1966. Além disso, integrou a direção da Loja Maçônica 24 de junho, iniciando uma série de trabalhos como pesquisador e memorialista. Ele publicou vários livros e revistas como: *As dez Gerações da Família Cambôa; Memórias de um Jornalista de Província; Cronologias Mossoroenses; Desfolhando uma Saudade; Anedotas do Padre Mota; A Maçonaria de Mossoró; O Futebol da Gente. As revistas foram: O Humaitá; Revista ABC; Vanguarda; Mossoró-Jornal; O Festeiro; Correio Festivo; O Esporte e, A Bola.* Seus estudos sobre as recordações de Mossoró o tornaram diretor do Museu Histórico de Mossoró que recebeu seu nome em 1991, a partir do Projeto de Lei publicado para homenageá-lo. Esse documento modificou a denominação do Museu Histórico de Mossoró para Museu Histórico de Mossoró: “Jornalista Lauro da Escóssia”.

O discurso que Lauro da Escóssia utilizava para denunciar a prostituição na cidade de Mossoró estava ancorado nas antigas representações que apresentavam a prostituição ora como um mal necessário, ora como uma degeneração moral das mulheres que enveredavam pelos caminhos tortuosos do pecado e, que certamente pagariam por tal desvio. Essas representações estão presentes na literatura universal, assim como nas páginas policiais de outros jornais que informavam a dinâmica do cotidiano de outras cidades. Nesse sentido, a trajetória triste e infame de prostitutas que aparece nas colunas destinadas à mulher apresenta um protótipo de prostituta comum na literatura. É como se as prostitutas seguissem sempre o mesmo caminho e padecessem quase sempre da mesma sorte. A prostituta geralmente sucumbia à pobreza para ingressar na vida, gozava do luxo e da riqueza propiciados por uma beleza efêmera e, ao

---

<sup>168</sup> THALITA, Izária. Lauro da Escóssia. **Jornal de Fato**, nº 146, Mossoró-RN, domingo, 13 de março de 2005, p.6-8.

final da vida pagava seus pecados na sarjeta, sozinha, pobre e doente como consequência de uma vida repleta de excessos da qual desfrutava. As prostitutas que aparecem nas colunas destinadas à mulher *direita* nem sempre são de carne e osso, mas de tinta, papel, saudade e muita imaginação. Já aquelas apresentadas nas crônicas policiais, não passam de *mundanas de tal*, ficando suas histórias resumidas à profissão que exerciam, ao espaço que freqüentavam e a sorte que encontravam.

## 2.1 Cartografias da moral: as espacialidades para a *moça direita*.

Eu também imaginei um modelo de cidade do qual extraio todas as outras – respondeu Marco [a Kublai Khan]. É uma cidade feita só de exceções, impedimentos, contradições, incongruências, contra-sensos (...) e em qualquer direção que eu vá sempre me encontrarei diante de uma cidade que, apesar de, e sempre por causa das exceções, existe<sup>169</sup>.

O discurso jornalístico veiculado pelo periódico *O Mossoroense* nas duas décadas em análise procurava dar materialidade a uma cidade da exceção, dos impedimentos; uma cidade semelhante aquela imaginada e descrita por Marco Polo no seu diálogo com o rei Kublai Khan. Esses discursos procuravam informar posturas que, não raro, se apresentavam em desacordo com uma cidade ideal, geralmente traçada pelos códigos de Postura que tentavam imitar ou mesmo acompanhar os discursos da modernidade e do progresso vivenciados nas capitais brasileiras desse período.

A cartografia delineada pelo Código de Postura de 1966 atuava na constituição física do traçado urbano de Mossoró, como também procurava regular comportamentos na cidade instituindo novos hábitos relativos ao uso dos espaços público e privado. A atribuição de responsabilidades para o setor público, como a manutenção da limpeza de praças e ruas, estendia-se também aos indivíduos que deveriam assimilar novas maneiras de usar os espaços da urbe. Dessa forma, como nos informava Certeau, esses usos, nem sempre se coadunavam com a razão técnica; a disciplina imaginada e instituída pelos códigos deram lugar a burla dos sujeitos que reinventavam seu cotidiano por meio de táticas<sup>170</sup>. Essas manifestações de burla foram denunciadas nos noticiários

---

<sup>169</sup> CALVINO, Ítalo. *As cidades Invisíveis*. 1990, p. 67.

<sup>170</sup> CERTEAU, Michel de. *A Invenção do Cotidiano: 1. Artes de Fazer*. Petrópolis: Vozes, 2008.

do jornal, tornando-se evidente que aquela cidade texto, não correspondia a cidade de pedra e de carne.<sup>171</sup>

A regulamentação do espaço físico, assim como a institucionalização de novas formas de sociabilidade apresentava uma cidade que se queria, mas que ainda não se tinha de fato. O cuidado com a higiene pública submetia à fiscalização sanitária espaços como “*vias públicas, habitações particulares e coletivas, estabelecimentos onde se fabricam ou vendam bebidas e produtos alimentícios, estábulos, cocheiras e pocilgas*”<sup>172</sup>. As residências deveriam ser “*pintadas e caiadas de 2 (dois) em 2 (dois) anos e os inquilinos são obrigados a conservar em perfeito estado de asseio os seus quintais, pátios, prédios e terrenos.*”<sup>173</sup>

Além da preocupação em manter limpo o espaço público, este oferecia ao jovem da cidade de Mossoró uma socialidade que tinha como diversão os “*cinemas (mudo e falado), circo e parques de diversões, carrocél, bilhares Snokers, bilhares francez, barracas de prendas ou comestíveis durante as festividades, grêneos recreativos e cabarés dansantes.*”<sup>174</sup> Estes últimos eram ignorados pela maioria da sociedade, exceto pelo público masculino que tinha nesse espaço a satisfação de seus desejos e a ratificação de sua masculidade. A depender do bordel frequentado, se no *Alto do Louvor*, por exemplo – que conjugava as boates mais sofisticadas como “*Coimbra*”, “*Copacabana*”, “*Arpege*”, “*Cassino Las Vegas*”, “*Casa Blanca*”, “*Pensão ideal*”, e “*Bar Bhrama*” – o homem poderia exibir desde galanteios e seu poder aquisitivo, até fazer valer sua influência política.

Para além do espaço físico, o discurso jornalístico tratou de criar para a mulher em Mossoró uma espacialidade legítima a partir de textos editados diariamente por homens a destinatárias do sexo feminino<sup>175</sup>. Esse espaço editorial para a mulher apresentava uma preocupação explícita com os rumos da juventude. A forma como era organizado os textos no periódico dar a ver a necessidade de se afirmar uma conduta feminina cativa à regras morais. Por outro lado, é válido perceber que se havia a necessidade de aconselhar posturas é porque havia, também, a existência de condutas

---

<sup>171</sup> SENNETT, Richard. **Carne e Pedra**: o corpo e a cidade na civilização ocidental. Rio de Janeiro: BestBolso, 2008.

<sup>172</sup> Código de Posturas do Município de Mossoró. Cap. I, Art. 22º

<sup>173</sup> Idem, Cap. III, Art. 33º e 34º

<sup>174</sup> **O Mossoroense**, 15 de janeiro de 1950, Ano IV, nº 176, s/p.

<sup>175</sup> É válido ressaltar que os textos estavam inseridos no corpo do próprio jornal, o que não inviabilizava a sua leitura pelo público masculino.

que transbordavam as fronteiras da ordem, que fugiam aos princípios que se queriam adotar como legítimos para a urbe.

O público feminino recebia, por meio da imprensa, conselhos que abarcavam desde sua preocupação diária com a toalette e estendia-se até a forma como deveriam se portar com o marido no reduto do lar. A coluna trazia a seguinte chamada: “*De tudo um pouco: para a mulher, para o lar*”. E daí seguia com os

CONSELHOS – As moçinhas de quinze e vinte anos não devem adotar vestidos de decote amplo, para a rua. Sua preferência recaindo em trajes de gola alta, coincidiria com um princípio de bom gosto e louvável descrição.<sup>176</sup>

CONSELHOS – As jovens ou senhoras, que viajam sozinhas, devem procurar evitar chamar a atenção por seus modos desenvoltos, ou por suas “*toiletts*” exageradas, pois tal proceder está em desacordo com o recato que as mesmas devem sempre ter.<sup>177</sup>

CONSELHOS – Não é prudente que uma moça compareça sozinha a reuniões e festas, como se não tivesse família. Em defesa de seu bom nome e pelo bom conceito que deve querer merecer dos demais, convém seja acompanhada pela mãe ou por um parente qualquer.<sup>178</sup>

CONSELHOS – o uso do perfume deve ser apenas uma insinuação nas jovens de menos de vinte anos, uma nota de destaque nas senhoritas de mais de vinte, uma atração nas mulheres de trinta, e uma prova de ponderação quando já se passou dos quarenta, para que não se seja considerada exagerada. Não há coisa que impressione mais do que uma adolescente irradiando eflúvios de essências complicadas, em desacordo com seus poucos anos. Perfume-se o cabelo, perfumam-se as roupas, os lenços da carteira, etc., mas tudo isso com a máxima sobriedade – o que significa elegância.<sup>179</sup>

É interessante observar que os conselhos veiculados pelo jornal agiam no sentido de estabelecer para a mulher uma sociabilidade específica. Buscava-se, dessa forma, prescrever condutas a serem adotadas por elas tanto no espaço público quanto na esfera privada. O corpo era representado como o santuário que deveria resguardar a moral feminina e, por isso, deveria ser preservado. Esse zelo se apresentava no cuidado com a vestimenta, bem como no ritual da *toiletts* diária. As prescrições aconselhavam a mulher a não se portar de modo a chamar a atenção dos homens, uma vez que o seu corpo não deveria suscitar os desejos masculinos.

Na tentativa de traçar um perfil ideal para a mulher em Mossoró, o discurso jornalístico nos deu a ver, a partir da negação, ou da *retórica da alteridade*,<sup>180</sup> um outro

<sup>176</sup> O Mossoroense, 4 de abril de 1954, Ano VIII, nº 404, s/p

<sup>177</sup> O Mossoroense, 7 de fevereiro de 1954, Ano VIII, nº 390, s/p

<sup>178</sup> O Mossoroense, 29 de abril de 1954, Ano VIII, nº 411, s/p

<sup>179</sup> O Mossoroense, 8 de maio de 1954, Ano VIII, nº 411, s/p

<sup>180</sup> HARTOG, François. O espelho de Heródoto. Ensaio sobre a representação do outro. Trad. Jacyntho Lins Brandão. Belo Horizonte. Editora: UFMG, 1999, p. 229-271

tipo de mulher que não seguia os conselhos acima prescritos, a saber, a prostituta. Na verdade eram as *mundanas de tal* – assim referenciadas pelo jornal – que se portavam sem recato, que usavam decotes exagerados e essências afrodisíacas para conquistar os clientes nas festas que freqüentavam – desacompanhadas é claro – nos cabarés da cidade. As mulheres que viviam ou apenas freqüentavam as boates do *Alto do Louvor* em Mossoró abrigavam um lugar de fronteira, eram colocadas à margem da sociedade. No entanto, essa fronteira não pode ser entendida exclusivamente como um elemento de separação; ela pode se configurar como um elemento que barra, que contem os trajetos, mas pode figurar também, como um ponto de interseção que ao separar, cria novas espacialidades ou religa espacialidades diferentes.<sup>181</sup> Tomemos um exemplo: o rio é uma fronteira, ele está entre as margens, mas é graças a sua existência que as margens existem.

Para as mulheres casadas se endereçavam prescrições no afã de que estas mantivessem um casamento feliz; entenda-se: sem conflitos que pudessem aborrecer o marido.

CONSELHOS – Não discuta com o seu marido; não exija dele nenhum sacrifício para ter luxo; escute-o com paciência; mostre sempre doçura e um sorriso bom, se está de mau humor; não proteste, não fale, não se queixe... Verá como desse modo, se sentirá bem mais feliz.<sup>182</sup>

CONSELHOS – Lembrem-se de que muitas jovens dão a entender que com o modernismo são mais felizes. Intimamente, porém, sabem que não é assim, e, enganando-se a si mesmas, sofrem demasiado.<sup>183</sup>

CONSELHOS – quando alguém, numa roda de pessoas, traz para a conversação, um tema escabroso ou que seja difícil de se comentar por provocar embaraços em algum ou alguns dos presentes, o melhor é mudar de assunto, com certo tato, a fim de se sair dessa situação de constrangimento.<sup>184</sup>

O modelo de mulher que se forjava nesses discursos seria àquela submissa ao homem, conformada com a vida que ele pudesse lhe oferecer. O imperativo “*não proteste*”, acompanhado dos outros que seguem como “*não fale, não se queixe*” é ilustrativo para percebermos a necessidade do jornal em anular a autonomia feminina. De acordo com os conselhos, seria essa passividade que tornaria a mulher feliz. O modernismo era visto negativamente pelo discurso jornalístico, pois se apresentava

---

<sup>181</sup> DELEUZE, Gilles e GUATTARI, Félix. **Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia**. Vol. 5. São Paulo: Editora 34, 1997.

<sup>182</sup> **O Mossoroense**, 04 de fevereiro de 1954, Ano VIII, nº 389, s/p

<sup>183</sup> **O Mossoroense**, 11 de fevereiro de 1954, Ano VIII, nº 391, s/p

<sup>184</sup> **O Mossoroense**, 31 de janeiro de 1954, Ano VIII, nº 388, s/p

apenas como forma de engodo para as mulheres que se rendiam a modismos mais ousados.<sup>185</sup>

Nessa perspectiva, se fazia necessário, igualmente, que as mulheres tivessem traquejo para escapar a assuntos embaraçosos. As interdições<sup>186</sup> se tornavam visíveis uma vez que os discursos ganhavam espaços específicos de legitimação. Escolhia-se o que poderia ser dito em determinados espaços, assim como se ignorava certos assuntos em outros. A prostituição do *Alto do Louvor*, bem como a da Rua Nilo Peçanha – de *alto e baixo* meretrício respectivamente – foram objetos de interdições discursivas.

Outro aspecto importante que figurou nas páginas do periódico *O Mossoroense* foi a associação do feminino à figura materna. A maternidade foi tomada pelo discurso jornalístico como um espaço de legitimação da mulher *direita*. A concepção de um filho era visto como um privilégio e um dever da mulher; sua função precípua era ser mãe.

Ser mãe é um privilégio  
Que Deus concebe à mulher.

Sua missão é sagrada,  
Fale dela quem quiser.

\*\*\*

Os grandes do mundo,  
De cor ou raça qualquer,  
Heróis, reis santos e sábios,  
Foram filhos de mulher.<sup>187</sup>

No entanto, a função materna prevista para a mulher como forma de manter a instituição familiar foi utilizada, também, pelo jornal para representar a maternidade da prostituta. Contudo, a função do discurso nesse último caso era outra; não se visava purificar a prostituta a partir das funções maternas, mas, antes disso, mostrar o infortúnio dos frutos de uma vida de pecado como mostra a crônica selecionada por

---

<sup>185</sup> A modernidade para o comportamento feminino deu-se de forma mais aberta com o advento da Revolução Sexual. Esse movimento sócio-cultural teve início no começo do século XX, tendo como período de maior difusão a década de 1960 em que se buscou uma maior liberação para as práticas sexuais, como também um alargamento de fronteiras do fazer sexual. Homens e mulheres teriam um horizonte de possibilidades de busca ao prazer, sem receios ou medo de estarem invadindo um terreno *proibido*. A Revolução Sexual caracteriza-se pela desvinculação da sexualidade à reprodução da espécie, através da inserção dos meios de contracepção que liberava o ato sexual como fonte de prazer. Os métodos contraceptivos, surgidos com o desenvolvimento técnico e científico da medicina, liberavam a mulher de uma indesejável gestação. Ver: FREIRE, Rasland Costa de Luna. **Prostituta e prostituição: as representações do cliente**. João Pessoa, 1997, p. 1. Dissertação (Em ciências Sociais) – Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes – Universidade Federal da Paraíba. p.1

<sup>186</sup> FOUCAULT, Michel. **A Ordem do Discurso**. São Paulo: Edições Loyola, 1996, p.5

<sup>187</sup> **O Mossoroense**, 12 de junho de 1952, Ano VI, nº 300, s/p

Fernando de Alencar Santiago intitulada de “Espectro de mulher – És de vidro La mujer” – Cervantes XXX

Fases de luta para aquela mãe. Passava fome, implorava trabalho, suplicava auxílio e sempre repulsada pelo indiferentismo humano. Era capaz de tudo fazer para levar o alimento àquele entezinho querido que entre soluços gemia: - Fome, fome! Mamãe... Seria capaz de vender a própria honra para alimentar aquele fruto de sua carne resultante de seus primeiros amores. E vendeu sua honra de mulher pobre! Um casarão assombrado da Rua das Flores a recebeu; ela agora vendia, esbanjava os prazeres de seu corpo traçado com os vestígios da sua mocidade que já ia passando... Mãe e prostituta! Mãe que somente naquele mundo de pecados encontrava a subsistência de sua filhinha. Somente assim poderia ter sua filha estudando interna em um colégio de religiosas.<sup>188</sup>

No texto acima há uma tentativa de justificar a prostituição a partir da necessidade de sobrevivência. A mulher seria levada pelo sentimento materno a vender seu corpo para alimentar sua prole. A busca, encenada pela prostituta, de cumprir sua função materna no afã de promover a subsistência da filha amenizava a sua condição de prostituta, ou seja, a mulher não era levada por vontade própria a transgredir uma moral, ela era representada como um ser sem autonomia que, não dispendo de outra opção para prover seu sustento, investiu na atividade prostituente. Sua inserção no mundo da prostituição havia sido motivada por uma causa maior e mais nobre, qual seja: manter viva sua filha. Nesse sentido, faz mister perceber que é subtraído da mulher o seu poder de escolha, uma vez que a prostituta seria levada a vender seu corpo e, por isso, sofreria penalidades: a “*repulsa*” e o “*indiferentismo humano*” figuravam como algumas delas.

Além disso, a figura da prostituta era sempre convidada a atuar como protagonista de tragédias cotidianas como a que segue:

Quando uma jóia se perde,  
Ainda pode ser achada,  
Porém a mulher perdida  
É doente desenganada  
...  
Quando uma mulher resvala  
Para o plano subalterno,  
Vê a legenda que Dante  
Leu sobre as portas do inferno<sup>189</sup>

<sup>188</sup> O Mossoroense, 19 de abril de 1953, Ano VII, nº 344, s/p

<sup>189</sup> O Mossoroense, 24 de agosto de 1952, Ano VI, nº 310, s/p.

Essa preocupação do jornal em traçar os espaços da moral na sociedade mossoroense nos levou a indagar acerca da construção de uma espacialidade para a mulher *direita*, que por antítese, passava a informar o seu oposto, a saber, a prostituta. Esta era associada à doença numa clara alusão ao seu comportamento como vício que a tornou degenerada. Há, portanto, no verso que indica o plano da prostituição como sendo subalterno, a construção de uma espacialidade moral depreciativa para essa atividade, para o lugar em que ela ocorria (bordéis), assim como para os sujeitos que dela faziam uso (prostitutas, cafetinas e clientes). Não raro, os bordéis foram representados pelos jornais como os lugares do crime e a Rua Nilo Peçanha representada como o endereço da zona.

Ora, se o jornal desejava aconselhar posturas morais para as moças de família na cidade é porque, certamente, existiam outros comportamentos que fugiam à normalidade, ameaçavam a moral e os bons costumes e, porque não dizer, se apresentavam como um convite à transgressão. Dessa forma, partimos do pressuposto de que além de informar sobre os fatos, os discursos veiculados pelo jornal *O Mossoroense* criava representações que instituíam fronteiras morais para a cidade; estas se materializavam a partir dos comportamentos femininos adotados na esfera pública e privada. As fronteiras físicas, no sentido de definir os espaços que deveriam ser frequentados pelas moças *direitas* e aqueles que não deveriam ser sequer cogitados, também são definidos em função das representações que o jornal criava sobre os espaços ocupados pelos bordéis. Estas representações instituíam fronteiras morais que definiam e diferenciavam os *bons* dos *maus* lugares.

Os espaços da moral em Mossoró foram fabricados, também, a partir de textos que, uma vez publicados no jornal *O Mossoroense*, passaram a ser recepcionados pela população leitora e ouvinte. O texto de autoria do escritor areia branquense Manoel do Vale Souza nos oferece uma percepção das representações que eram lançadas ao público dessa cidade acerca da vida na prostituição.

#### MERETRIZ

EI-LA sentada a beira das calçadas  
Diariamente estendendo a mão  
Pedindo esmolas quase em oração,  
Com voz suave, meiga, torturada...

...

Mostra no olhar luz d' uma alvorada,  
Feita de fome, dor e de perdão,

Enquanto o corpo da depravação,  
Traz cicatrizes fortes, cruciadas!

...

Ela é sobra do banquete, errante,  
Trapos da vida que gozou distante,  
No tempo em flor da áurea mocidade.

...

E bem monótona ali, entre mendigos  
Ela em silêncio sofre o vil castigo,  
Sem encontrar jamais felicidade.<sup>190</sup>

Nessa publicação o autor procura mostrar ao público feminino, principalmente às moças de família da sociedade mossaoroense, quão amarga poderia ser a vida de uma mulher que resolvesse enveredar pelo mundo da prostituição. A meretriz é apresentada no poema como uma mendiga que, sem ter como viver da antiga atividade, sofre penosamente as consequências de sua escolha. A prostituta é uma pedinte faminta que carrega em seu corpo – já maltratado pelo tempo – as marcas de seu ofício. Este corpo é visto pelo autor como um veículo da depravação, como canal para a satisfação de desejos torpes. Essa meretriz não é mais a jovem de outrora que servia ao prazer com vigor, oferecendo seu corpo no banquete errante do prazer, ao contrário, o autor apresenta sua trajetória dando especial realce a condição de mendicância do presente vivido por aquela mulher.

A situação em que a meretriz se encontrava é apresentada como um castigo pelos pecados que cometera no mundo da prostituição. Com esse relato, aparentemente de uma mulher de vida livre especificamente, o autor tenta associá-la a todas as prostitutas, homogeneizando suas características e ditando em tom apocalíptico o destino de outras mulheres que, porventura, viessem a burlar as fronteiras da moral. Com isso, ele alerta o público feminino quão triste é, e poderia ser, o desfecho de uma mulher errante. O preço a se pagar é deveras alto, uma vez que a felicidade jamais é alcançada. Esse relato possui um objetivo pedagógico evidente, qual seja: orientar o comportamento das moças *direitas*, para que elas não se desviassem do caminho virtuoso da moral.

Tornar visível e conhecido o destino das prostitutas se apresentava como um dos objetivos do jornal. Essa prática discursiva produzia outras que poderiam variar desde a repulsa e negação até a associação da sociedade com os bordéis. Identificar o *outro* para

---

<sup>190</sup> O Mossoroense, 19 de abril de 1953, Ano VII, nº 344, s/p.

criar ou afirmar uma identidade feminina em Mossoró, ou ressaltar essa identidade para tornar o *outro* diferente apresenta-se como um jogo dinâmico por onde a sociedade mossoroense era levada a se olhar no espelho, a ver as diferenças, semelhanças e deformações que o reflexo de uma imagem sobre o *outro* produzia<sup>191</sup>.

As representações criadas pelo periódico *O Mossoroense* acerca das mulheres, fossem boas ou más, direitas ou erradas se apresentam como ilustrativas para percebermos como o discurso jornalístico forjou espacialidades para a mulher, delimitando seu campo de atuação na urbe. Portanto, as cartografias da moral estavam inscritas não apenas nos traçados das ruas, mas, sobretudo, nas páginas da imprensa mossoroense, o que de certa forma, servia para criar fronteiras e delimitar condutas e práticas na cidade.

## 2.2 De rua à zona: construindo espaços profanos

As representações acerca do bordel foram ao passar do tempo cuidadosamente fabricadas pelo discurso religioso, pelo discurso médico-higienista<sup>192</sup> e, por que não dizer, pelo senso comum a partir das suas formas inventivas de *consumo*<sup>193</sup>. O bordel é imaginado, é inventado e o discurso que lhe da materialidade cria um feixe de representações em torno do sexo, do pecado e da transgressão.

Os bordéis geralmente se localizam em uma rua que, por abrigar esse tipo de estabelecimento, passa a ser denominada pela sociedade de zona do meretrício. Essa identificação dos espaços pelos sujeitos está longe de se configurar como uma prática natural; antes disso, a forma como nominamos os espaços, como nos relacionamos com eles é fruto de uma construção histórica, inscrita num determinado espaço e em uma dada temporalidade.

Nesse sentido, a transformação de uma rua em zona, de uma rua em beco e deste, em lugar *maldito* faz parte do jogo de atribuição de sentidos que passa, necessariamente, pela percepção dos lugares e dos espaços. As representações informam os lugares, mas também cumprem a função de produzi-los, de agregar-lhes

---

<sup>191</sup> HARTOG, François. *Op. Cit.*

<sup>192</sup> Ver: ENGEL, Magali. **Meretrizes e doutores: saber médico e prostituição no Rio de Janeiro (1840-1890)**. São Paulo: Brasiliense, 1989.

<sup>193</sup> CERTEAU, Michel de. **A Invenção do Cotidiano: 1. Artes de Fazer**. Petrópolis: Vozes, 2008.

valor, transformando-os em espaços. As representações do periódico *O Mossoroense* acerca dos bordéis em Mossoró agregavam à rua em que eles estavam situados uma condenação moral que a transformou em zona do meretrício, em lugar impróprio. Essas representações cumpriam a função de erigir fronteiras que serviam para diferenciar a Rua Nilo Peçanha das demais artérias que compunham o corpo da cidade.

A divisão moral da cidade em rua e zona nos levou a pensar o lugar que essas espacialidades ocuparam na sociedade mossoroense. Assim, o bordel apresentava-se como o centro da zona e, ao mesmo passo como periferia<sup>194</sup> da cidade, como espaço distinto e isolado – embora não necessariamente em termos geográficos – mas, sobretudo, separado das ruas da urbe que podiam ser fruídas de forma despreocupada e sem censura. Não obstante, a zona como um espaço moralmente segregado da cidade poderia, ao mesmo passo, ser considerado “um mundo como outro qualquer”<sup>195</sup>, com regras próprias e com uma sociabilidade específica; esse mundo poderia admitir uma imagem romântica de “uma cidade dentro da cidade”<sup>196</sup>.

A Rua Nilo Peçanha abrigava o maior ponto de diversão dos homens nos idos de 1950 e 1960, período de auge dos bordéis em Mossoró. Os cabarés apresentavam a essência das noites de boemia e estavam distribuídos naquela artéria. É interessante ressaltar que muitos cabarés se avizinhavam e a concorrência não assustava o negócio, haja vista a enorme demanda de frequentadores.

Um aspecto interessante a ser observado na Rua Nilo Peçanha consiste na presença de casas de família, uma vez que o Bairro Bom Jardim e a própria rua não estavam tão separados geograficamente das outras artérias da cidade como a Av. Alberto Maranhão e a Av. Rio Branco. Contudo, essa relativa proximidade física<sup>197</sup> estava longe de aproximar as prostitutas da sociedade ou de viabilizar uma aceitação por parte desta para a existência de bordéis em Mossoró. Esses espaços eram evitados no

---

<sup>194</sup> SHILS, Edward. **Centro e Periferia**. Lisboa: Difel, 1992.

<sup>195</sup> LEITE, Gabriela Silva. **Eu, mulher da vida**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1992. p. 70. Trata-se de uma biografia em que a autora narra sua trajetória no mundo da prostituição, bem como relata seu engajamento nos movimentos sociais. Gabriela não vitimiza a prostituta, tampouco tenta homogeneizá-la, ao contrário, concebe a prostituição como um mundo múltiplo que deveria ser respeitado pela sociedade. A autora busca, em sua narrativa, denunciar as hipocrisias que a sociedade alimenta sobre a prostituição e a sexualidade, defendendo a institucionalização da prostituição como uma profissão como qualquer outra, pois, segundo ela, o enquadramento dessa atividade como contravenção pelo Código Penal de 1940, não fez com que essa prática fosse extinta, ou mesmo totalmente controlada.

<sup>196</sup> Idem. *Ibidem*. p. 70

<sup>197</sup> As ruas de maior movimentação não estavam tão distantes da zona, tanto é que o trajeto rumo à Rua Nilo Peçanha era feito a pé por muitos de nossos depoentes, porém, o acesso é que não era tão fácil devido à falta de iluminação em alguns pontos.

duplo sentido: o das práticas e o da enunciação, pois não era prudente que mulheres que desejassem preservar sua honra transitassem pelo *Alto do Louvor*.

O simples andar pela Rua Nilo Peçanha deixou de ser uma prática normal para as pessoas que precisavam resolver suas questões cotidianas caminhando pelas ruas – dado a inexistência de bondes na cidade –, para se tornar uma questão moral e, quiçá um caso de polícia como o de Manoel de tal que, estando embriagado resolveu conduzir sua esposa e filha de dez anos de idade pela zona do *baixo* meretrício. É importante perceber que o jornal qualifica a ação de Manoel como

Um dos eventos mais repugnante e que merece ser registrado na crônica policial, foi o que se verificou domingo, no **baixo** meretrício, por parte de um tal Manoel, funcionário da Cia de Comércio e Navegação, de Areia Branca. Manoel de tal, no domingo à tarde embriagado, conduziu sua esposa e uma filha de 10 anos pela zona do **baixo** meretrício mesmo que ambas rondassem por todo o ambiente, conhecendo tudo que ali se passa. Nessa mesma ocasião o mesmo, ao tentar prática tão infamante contra sua própria família, foi interpelado por um policial que, depois de grande trabalho e esforço, conseguiu dissuadi-lo a força, de tamanha ignomínia. No momento que o policial usava dos meios para retirar os três do local, reinou grande confusão, tendo alguns populares feito roda em torno dos contendores, que discutiam em alta voz, chegando mesmo a luta corporal. Vencido, Manoel de tal resolveu regressar ao lar com mulher e filha.<sup>198</sup>

A qualificação da ação de Manoel como repugnante e digna de ser registrada pelo jornal deixa aparecer as intenções de se instituir posturas de uso para a cidade. Onde se deve freqüentar e quem deve freqüentar determinados espaços da urbe era uma preocupação que estava presente no noticiário acima.

Com a instalação dos cabarés, a Rua Nilo Peçanha foi paulatinamente perdendo seu caráter de espaço público, uma vez que aquela artéria não poderia ser freqüentada por todas as pessoas a qualquer hora. Essa anti-publicidade do espaço deu-se não somente pela existência dos cabarés na rua, mas pela visibilidade<sup>199</sup> das práticas que neles se encerravam. Essa visibilidade foi fabricada, também, pelo discurso jornalístico que por meio da notícia criava representações instituidoras de condutas que transformavam, por meio de práticas e discursos, espaços comuns – como a rua supracitada – em espaços moralmente condenados.

---

<sup>198</sup> **O Mossoroense**, 28 de agosto de 1956, Ano X, nº 578, s/p. Grifos nossos para evidenciar como o jornal especifica, em algumas notícias, os espaços do meretrício em *alto* e *baixo*.

<sup>199</sup> Potencializado por Gilles Deleuze a partir das leituras que este faz das obras do filósofo francês Michel Foucault, o conceito de visibilidade pode ser entendido como um conjunto de práticas imagético-discursivas que constroem/ modificam uma dada realidade, tornando-a inteligível. Ver: DELEUZE, Gilles e GUATTARI, Félix. **Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia**. Vol. 5. São Paulo: Editora 34, 1997.

Embora as fronteiras físicas não existissem de fato, as de cunho moral foram logo erigidas, principalmente pelo discurso jornalístico que apresentavam esses espaços como um lugar do crime e da contravenção. Entretanto, a existência de fronteiras não implicava necessariamente a submissão dos sujeitos. Se estas existiam, veremos que foram paulatinamente se tornando flexíveis, maleáveis e negociáveis nas relações cotidianas tecidas na cidade.

Todavia, não esqueçamos que o bordel foi e é definido na sociedade ocidental de orientação judaico-cristã como espaço<sup>200</sup> profano em antítese ao lar, espaço<sup>201</sup> do sagrado, reduto que abriga uma sexualidade normatizada. As dicotomias do *sagrado* e *profano*, assim como várias outras como *alto* e *baixo*, *frente* e *trás*, *superior* e *inferior*, *dentro* e *fora*, *direito* e *esquerdo*, *público* e *privado* costumam figurar em nosso cotidiano como naturais, como óbvias. Entretanto, o geógrafo chinês Yu-Fu Tuan nos sugere que esses termos, embora inscritos naturalmente em nossa vivência, informam posturas sociais construtoras de espacialidades que se diferenciam de uma cultura para outra.<sup>202</sup> Em nossa sociedade, por exemplo, os termos que designam o *alto* e o *baixo* meretrício serviram/servem para indicar além do *status* econômico do bordel, a posição moral das prostitutas. Essa posição espacial, muitas vezes serve para diferenciar quem é garota de programa de quem é rameira, puta, rapariga; adjetivos que, não raro, implicam uma mudança de postura da sociedade diante da forma de perceber o bordel, a prostituição e a prostituta.

As indicações do *alto* e do *baixo* meretrício aparecem nos periódicos de forma a separar os espaços ocupados pelos bordéis de luxo daqueles cabarés mais modestos. Os primeiros se situavam no *Alto do Louvor*, e os segundos estavam distribuídos na Rua Nilo Peçanha numa parte mais acidentada da artéria. Quando os jornais noticiavam acontecimentos que tiveram seu desfecho em algumas das boates mais abastadas, o indicativo é quase sempre a “zona do meretrício”. Entretanto, quando os fatos se desenrolavam nas pensões mais modestas ou nos chamados *chatôs*, o noticiário era enfático em acrescentar à zona do meretrício o adjetivo de “*baixo*”, numa explícita intenção de qualificar moralmente aquele espaço.

---

<sup>200</sup> Espaço entendido como lugar praticado. Ver CERTEAU, Michel de. *Op. Cit.*

<sup>201</sup> Espaço entendido como lugar praticado. Idem. *Ibidem.*

<sup>202</sup> TUAN, Yu-Fu. **Espaço e Lugar: a perspectiva da experiência.** São Paulo: Difel, 1983.

As manchetes eram de várias naturezas, tais como: “*Luta armada no baixo meretrício: ferido gravemente um dos protagonistas*”<sup>203</sup>; “*Abateu seu rival com cinco peixeiradas: novo homicídio, na madrugada de hoje, no baixo meretrício*”<sup>204</sup>; “*Cena de sangue no baixo meretrício*”<sup>205</sup>; “*Conduzia esposa e filha pelo baixo meretrício*”<sup>206</sup>. Porém, verificamos que quando os acontecimentos se davam em boates de maior *glamour*, as manchetes e o seu conteúdo não traziam a referência do *baixo* para indicar a espacialidade da zona. Os noticiários se reportavam ao *Alto do Louvor* como *zona do meretrício*, mas não como *zona do baixo meretrício*.

Vejam os alguns exemplos que demonstram uma especial sutileza em noticiar os fatos e não raro, em criar uma espacialidade menos negativa ou menos *maldita* para os cabarés mais abastados que tinham como proprietários pessoas de influência na cidade: “*Pela madrugada: José Garçon furado a peixeira*”<sup>207</sup>. Este fato ocorreu em frente à pensão Copacabana, uma das mais sofisticadas da cidade que tinha como proprietária a senhora Neusa Barreto. O texto jornalístico é muito discreto ao noticiar os fatos, afirma apenas que “os motivos da querela são desconhecidos, acreditando-se, porém, ligados a questões amorosas, dado *o ambiente*”<sup>208</sup> em que ambos resolveram brigar naquelas horas madrugadas”<sup>209</sup>. É interessante perceber que o jornal não qualifica o ambiente, deixa implícito que o espaço era de prostituição e que, portanto, estava relacionado à presença de mulheres, o que implicava disputas amorosas.

Outro exemplo é a notícia da morte de Antônio Amaral, proprietário de vários cabarés da cidade, tais como “Casa Blanca”, “Arpege”, o “Bar Bhrama” e o “Cassino Las Vegas”, local onde se deu o crime. Na página policial, lá estava estampada a seguinte notícia: “*O crime do Cassino Las Vegas: Antônio Amaral, seu proprietário, assassinado pelos irmãos Arnaldo e Aldo Pessoa, Juiz de Direito de Areia Branca*”<sup>210</sup>. Para os leitores desavisados, o Cassino pode muito bem figurar como um bar ou casa de jogos, mas nunca como um bordel, pois não é assim referido pelo jornal. Além disso, sua localização é omitida; pois o Cassino, ainda segundo o jornal, não está situado na zona do *baixo meretrício*, quando muito se localizava na Rua Nilo Peçanha.

---

<sup>203</sup> **O Mossoroense**, 4 de abril de 1954, Ano VIII, nº 404, s/p.

<sup>204</sup> **O Mossoroense**, 11 de maio de 1959, Ano XIII, nº 1.300, s/p.

<sup>205</sup> **O Mossoroense**, 22 de maio de 1962, Ano XC, nº 3.270, p. 6.

<sup>206</sup> **O Mossoroense**, 28 de agosto de 1956, Ano X, nº 578, s/p.

<sup>207</sup> **O Mossoroense**, 11 de maio de 1959, Ano XIII, nº 1.300, s/p.

<sup>208</sup> Grifo nosso.

<sup>209</sup> Idem, *Ibidem*

<sup>210</sup> **O Mossoroense**, 19 de junho de 1962, Ano XC, nº 3.286, p. 6

Mais um exemplo é ilustrativo para percebermos a construção das espacialidades por meio de representações criadas pelo discurso jornalístico, a saber: “*Sangrento fim de festa: sério conflito na boite Copacabana, de que resultou 1 morte e 3 pessoas feridas*”.<sup>211</sup> Essa manchete, bem como a notícia que se apresenta no texto jornalístico não situa os fatos na zona do *baixo* meretrício, prefere-se citar o nome do próprio estabelecimento e situá-lo à Rua Nilo Peçanha, que de acordo com outras ocorrências policiais já se configurava como o endereço da zona em Mossoró.

Contudo, as espacialidades construídas pelo discurso jornalístico se somam aquelas instituídas pelas Leis e códigos de postura que, embora se esforçassem para negar os espaços *malditos*, acabavam por legitimá-los por meio de sanções, interdições e multas.

### **2.3 Entre a burla da lei e as leis de burla: O Alto do Louvor como espaço heterotópico**<sup>212</sup>

Nesse tópico tentaremos analisar o bordel a partir do conceito de heterotopia, pensando também como as burlas dos sujeitos e das instituições são capazes de se infiltrar nas malhas do poder para acomodar espaços e práticas rejeitadas há séculos pela sociedade. Esses conceitos embora pareçam antagônicos, não o são. Michel de Certeau não nega a existência de um poder invisível que exerce controle sobre os sujeitos, porém, ele avança, percebendo a existência de pontos cegos, de pontos de fuga na teia social por onde escapam as burlas que se mostram por meio das práticas.

Enquanto muitos estudiosos precedentes à Certeau consideravam as pessoas comuns consumidoras passivas de artigos produzidos em massa; ele, no caminho inverso, enfatizava sua criatividade, sua inventividade, descrevendo o consumo como uma forma de produção.<sup>213</sup> Além disso, produz uma inversão em relação à Foucault. Enquanto este pensava a disciplina e como ela opera na sociedade, Certeau centrou sua análise na antidiplina; se preocupou em perceber como os sujeitos reutilizam, reconstroem, produzem e inventam o seu cotidiano. Nesse sentido, passaremos a perceber como os bordéis mossoroenses se constituíam dentro e ao mesmo passo, fora

---

<sup>211</sup> **O Mossoroense**, 15 de dezembro de 1956, Ano XI, nº 662, s/p.

<sup>212</sup> FOUCAULT, Michel. Outros Espaços. In: **Ditos e Escritos**. Vol. III. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2001, pp. 414-415.

<sup>213</sup> BURKE, Peter. **O que é história cultural?** 2 ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008, p. 103

da ordem moral e jurídica instituída para a cidade nas décadas 50 e 60 do século passado.

Tomado de empréstimo das Ciências biológicas e médicas pelo filósofo francês Michel Foucault, o conceito de heterotopia indica, no seu sentido original, a existência de órgãos e tecidos ocupando espaços que não aqueles em que deveriam estar; lugares outros. Foucault empregou esse conceito, primeiramente, para pensar as questões ligadas à Linguagem e a Literatura; posteriormente ele começou a usá-lo para pensar os espaços existentes, os espaços vividos. Essas reflexões se deram em um momento em que o tempo, e não os espaços se configuravam como elemento chave para pensar a história; talvez por isso, Foucault tenha autorizado a publicação desse texto – originalmente uma conferência para arquitetos – tão tardiamente. Nessa perspectiva, a heterotopia – de crise ou de desvio – passou a definir espaços específicos que se situam dentro dos espaços cotidianos, mas que desempenham funções diferentes e escapam dele por abrigar experiências paralelas e diversas.

Os bordéis da Rua Nilo Peçanha em Mossoró podem se configurar como uma heterotopia de desvio à medida que o percebemos como um espaço que estava inscrito numa ordem, mas que ao mesmo tempo, escorria para fora dela, transgredindo-a. Nesse sentido, os bordéis mossoroenses passaram a ser percebidos e representados pelo discurso jornalístico como “território da alteridade condenada”<sup>214</sup> por abrigar práticas sexuais plurais tidas como desviantes e porque nesse espaço se alojava a prostituição.

A percepção dos cabarés mossoroenses como espaços heterotópicos e, ao mesmo passo, como espaços que abrigavam a burla dos sujeitos veio à tona quando nos deparamos, no trato com as fontes, com um documento publicado no jornal *O Mossoroense* em que se fazia conhecer o conteúdo da Lei nº 21 de 14/11/1951 que tratava do imposto sobre a licença de diversões públicas.

---

<sup>214</sup> PESAVENTO, Sandra Jatahy. **Uma outra cidade: o mundo dos excluídos no final do século XIX**, São Paulo: Companhia Editorial Nacional, 2001, pp. 69-71.

1—De acordo com o Decreto que regula sua cobrança  
Imposto de Licenças

1—De acordo com a Lei n. 21 de 14/11/1951.  
Imposto Sobre Diversões Públicas

1—Cinema falado		1 000,00
2—Cinema mudo		100,00
3—Circo ou Parque de Diversões	1a. classe	100,00
4—Idem idem	2a. classe	50,00
5—Carrocel		50,00
6—Bilhares snickers		5,00
7—Bilhares, tipo francez		5,00
8—Barracas de prendas ou comestiveis, durante festividades		20,00
9—Cabarés dansantes		20,00
10—Idem idem	1a. classe	1 200,00
11—Gremio recreativo dansante	2a. classe	600,00
12—Espetaculo de qualquer natureza		300,00
		10,00

(O Mossoroense, 15 de janeiro de 1950, Ano IV, nº 176, s/p)

O documento acima nos apresenta algumas das diversões das quais poderiam desfrutar os mossoroenses em 1951, bem como dar a ver os impostos que recaiam sobre as diversões públicas. Os encargos variavam conforme a posição que as atividades ocupavam na sociedade e, não menos importante, variava também de acordo com o público que poderiam arregimentar. A inserção de cabarés em uma lei municipal, o valor dos impostos que insidiam sobre os bordéis, bem como a hierarquização das atividades e dos espaços em primeira e segunda classe foram pontos que chamaram nossa atenção no trato com a fonte.

As casas de recursos, localizadas no “*Alto do Louvor*” ou mesmo no “*Rasga*”, se enquadravam moralmente como estabelecimentos ilícitos porque ofereciam a venda do sexo. Tratava-se de espaços moralmente condenados, inclusive pelo próprio jornal que o associava ao lugar do crime e alertava de forma contumaz aos leitores dos perigos da prostituição que lá imperava.

Os bordéis da Rua Nilo Peçanha podem ser considerados espaços heterotópicos à medida que existiram em sua materialidade, eram reconhecidos pelo poder municipal, além de terem sido convocados a pagar impostos. Entretanto, ao mesmo tempo eram vistos pela maioria da sociedade e representados pelo jornal *O Mossoroense* como um lugar *maldito* que não deveria compor a espacialidade da cidade. Essa ambigüidade o configurava, portanto, como um lugar fora de lugar; ora negado pela moral, ora positivado pela lei.

Os bordéis faziam parte da cena urbana em Mossoró, inclusive ditavam desvios, atalhos geográficos aos caminhantes que não se arriscavam a passar pela Rua Nilo

Peçanha e ter sua moral posta à prova, ou mesmo não desejavam ser protagonistas das fofocas que soavam estridentes nas esquinas e nas feiras. Os cabarés faziam parte tanto do cotidiano das pessoas que os freqüentava como daqueles que o evitavam. Os bordéis ocupavam na cidade um lugar que não deveriam ocupar, uma vez que ofereciam serviços condenados pela moral. Contudo, esses espaços ora estavam situados fora da ordem e eram definidos como espaços profanos; ora eram convidados a compor – juntamente com outras atividades de diversões – um espaço de legitimidade no rol das atividades disponíveis para o lazer na cidade.

Faz mister ressaltar que era sobre a atividade do prazer que incidia a maior carga tributária se comparada a outras atividades de diversão disponíveis em Mossoró. Atividades de entretenimento tidas como tradicionais à época como o cinema, o circo e o parque são taxadas de forma mais amena pelo Poder Municipal. Acredita-se que os altos impostos que recaiam sobre os cabarés se justificassem pela alta arrecadação que os proprietários costumavam auferir naqueles espaços.

Um levantamento feito pelo juiz Olavo Maia em 1961 contabilizou a existência de 85 casas de jogos e prostituição. A reportagem do jornal *O Mossoroense* é ilustrativa nesse sentido: “*Casas de jogatina e prostíbulos espreitam os menores de Mossoró: oitenta e cinco desses antros chagaram a ser cadastrados pelo juiz Olavo Maia, que presta à direção de O Mossoroense um impressionante relato, ao deixar o juizado de menores da cidade.*”<sup>215</sup> A atitude da autoridade em fazer um levantamento das casas que promoviam atividades ilícitas como a venda de sexo e a prática do jogo para menores, instituiu esses espaços dentro de uma ordem, a saber: a ordem policial que visava controlar a presença dos que poderiam e daqueles que seriam proibidos de freqüentar determinados espaços da urbe. As tentativas de esquadrihar os espaços profanos para fiscalizá-los e inseri-los numa ordem vigente é explícita, como demonstra a seguinte passagem do relatório escrito pelo já referido juiz que fora encaminhado à direção do jornal:

Como medida preliminar para melhor fiscalização, mandei levantar uma estatística de todas as casas de jogos, diversões e outras do gênero, chegando a constatar o seguinte: Dezesesseis pensões de mulheres de vida livre; seis Boites; oito Rendez-vous; dezoito casas de roletas; vinte e dois bilhares; quinze casas de baralho, além de várias outras menos importantes, todas disseminadas pelos Bairros desta cidade ficando constatado que em todos

---

<sup>215</sup> **O Mossoroense**, 10 de fevereiro de 1961, Ano LXXXIX, nº 3.003, p. 6

estes antros de corrupção foram encontrados menores, com a convivência de seus dirigentes.<sup>216</sup>

Dessa forma, temos a sobrevivência de um espaço *normatizado, esquadrinhado, vigiado e punido*<sup>217</sup> por órgãos públicos – os bordéis mossoroenses deveriam pagar impostos, deveriam obedecer às leis no tocante a evitar o uso de drogas<sup>218</sup> e a presença de menores – que buscam instituir a ordem e, ao mesmo passo, esses mesmos espaços sobreviviam por oferecer serviços que rompiam as regras morais instituídas para a cidade.

Além dessa localização que institui os bordéis mossoroenses numa espacialidade confusa, a saber: *dentro e fora* da ordem, eles se apresentavam como um lugar real e vivido, criando também espaços de ilusão, elementos fundamentais que diferenciam as utopias<sup>219</sup> das heterotopias. Essa ilusão é por demais relativa, uma vez que, a prostituição é uma relação fantasiosa, transparente e verdadeira. Fantasiosa porque se cria muitas vezes a ilusão de domínio, do desejo recíproco, do prazer e da satisfação deste; lembremos que a prostituta encena um papel, ela é o que o seu cliente deseja ter naquele momento, desde que ele possa pagar o que a mulher estipula para o programa. É transparente e verdadeira porque mesmo que haja o jogo da sedução, da conquista e da escolha as relações entre clientes e prostitutas são sempre mediadas pelo dinheiro ou por qualquer outra compensação financeira.

Um aspecto relevante a ser considerado quando analisamos as atividades de diversões e suas taxações é o fato de que a própria a lei, embora não atribuísse ou mensurasse a qualidade dos espaços citados na tabela, apresentam os cabarés como espaços de diversão e sociabilidade. Essa constatação dar a ver o outro lado da vida boêmia da cidade, faz perceber que nos cabarés não existiam apenas crimes e brigas fortuitas, esses espaços abrigavam também a festa, apresentavam-se convidativos a uma demanda masculina que costumava “*botar boneco*” na cidade.

---

<sup>216</sup> Idem, *Ibidem*

<sup>217</sup> Ver: FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir**: história da violência nas prisões. 33 ed. Petrópolis, Vozes, 2007.

<sup>218</sup> A droga ilícita consumida na época era a maconha.

<sup>219</sup> Foucault define as utopias como sendo “posicionamentos sem lugar real, (...) são espaços essencialmente irrealis.”

## 2.4 Geografias do desejo: os lugares do crime e da contravenção

“A cidade tem mulheres perdidas, inteiramente da gandaia. Por causa delas tem havido dramas [...] e, de vez em quando, os amantes surgem rugindo, com o revólver na mão”

João do Rio, *Vida Vertiginosa*, 1971<sup>220</sup>

Os lugares do crime e da contravenção em Mossoró possuíam um endereço certo. Os casos de homicídios e as contendas que, em sua maioria, terminavam com ferimentos de arma branca eram acontecimentos que figuravam como notícia do jornal *O Mossoroense* quase todas as semanas durante mais de uma década de análise desse periódico. Os assassinatos, os suicídios e as brigas que foram notícia no jornal são analisados para mostrar como o referido periódico se utilizava da notícia, de fatos que em sua maioria deixava a sociedade extasiada, para agregar a Rua Nilo Peçanha e, portanto, à zona do meretrício uma carga de valor negativa.

Assim, partimos da hipótese de que a centralidade dada pelo jornal a Rua Nilo Peçanha funcionava principalmente para noticiar o que ocorria de ruim nesse espaço. As representações do jornal apresentavam os cabarés do *Alto do Louvor* e, com mais intensidade os que constituíam o *Rasga* e o *Cai Pedação* como sendo uma espacialidade perigosa, a qual se deveria evitar freqüentar. Essa insistência em associar os espaços profanos ao crime e a contravenção nos deixa ver o outro lado, *a imagem refletida no espelho*<sup>221</sup> que deixa escapar ao historiador a percepção dos cabarés como lugares movimentados, apesar e principalmente das representações que insinuavam para esse espaço uma áurea constante de perigo. Essas representações existiam justamente para inibir a presença das pessoas aos cabarés, o que implicava pensá-las não apenas como informadoras de um real, mas construtoras deste, uma vez que a pretensão de se instituir novas formas de utilização e reutilização dos espaços profanos foram dadas a ver na urbe.

Esse outro lado que a fonte não pretende dizer é captada pelo olhar do historiador justamente porque ele, como observou Pesavento, enxerga diferente, o historiador aprendeu a ver o mundo com os olhos no passado. Seu olhar é capaz de presentificar uma ausência. Para a autora

---

<sup>220</sup> RODRIGUES, João Carlos (Org.). João do Rio, **História da gente alegre**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1981, p. 82.

<sup>221</sup> HARTOG, François. *Op. Cit.*

Os historiadores devem ser mesmo capazes de buscar a palavra onde há silêncio, de encontrar o gesto onde se registra a ausência. Historiadores devem, sobretudo, ver além do que aquilo que é mostrado ou dito, pois eles vêem de outra forma.<sup>222</sup>

Os casos apresentados aqui não cumprem a função de legitimar os acontecimentos como verdade. O importante em cada história abordada não é desvendar “o que realmente se passou” – apesar de isto ser possível em alguma medida –, e sim tentar compreender como se produziram as versões em que os diversos agentes sociais envolvidos se apresentam em cada caso. As representações produzidas e noticiadas pelo jornal são vistas neste contexto como símbolos ou interpretações cujo significado e intencionalidade cabem investigar. Estes significados, como já nos sugeria o historiador Sidney Challhoub, “devem ser buscados nas relações que se repetem sistematicamente entre as várias versões, pois a verdade do historiador são estas relações sistematicamente repetidas”<sup>223</sup>

Assim, são nas permanências que o historiador enxerga as mudanças, as singularidades que desvendam a historicidade de cada época. Quando enxergamos a cidade como palimpsesto<sup>224</sup>, podemos perceber as camadas de temporalidades que só se fazem visíveis aos olhos do historiador porque foram depositadas num dado espaço. São os espaços que nos revelam o tempo; são nos espaços que enxergamos as práticas dos sujeitos, estes não estão pendurados no tempo, atuam nele, a partir dele e nos espaços.

Nesse sentido, podemos afirmar que as ruas carregam marcas de historicidade e, é nesse espaço que o cotidiano é tramado pelos sujeitos que nela e dela fazem uso. Nas artérias da urbe em Mossoró era recorrente a presença de conflitos que buscava sua justificativa nos motivos mais diversos. Todavia, se é certo que a geografia do desejo abrigava o crime e a contravenção, é igualmente certo que estes ocorriam, também em outras localidades do traçado urbano. Contudo, as representações criadas pelo discurso jornalístico acerca da zona do meretrício em Mossoró nos permitiu perceber como esses discursos criaram – à época de sua produção – para a Rua Nilo Peçanha uma espacialidade maldita.

---

<sup>222</sup> PESAVENTO, Sandra Jatahy. Com os olhos no passado: a cidade como palimpsesto. In: **Revista Esboços**. Gráfica Universitária: Florianópolis, RS. n. 11, volume 11. 2004. p. 25 – 26.

<sup>223</sup> CHALHOUB, Sidney. **Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da belle époque**. 2 ed. Campinas, SP: editora da UNICAMP, 2001, p. 40

<sup>224</sup> PESAVENTO, Sandra Jatahy. *Op. Cit.*

A atividade de contravenção mais fiscalizada na cidade era a jogatina e sua utilização por menores de idade. Em 1955, o jornal *O Mossoroense* já publicava reportagens que denunciavam essa prática e o envolvimento dos jovens.

É comum observar-se na cidade a presença de menores em bilhares e sinucas, na prática perniciosa de jogos em que, via de regra, a fazem sob apostas e ingerindo bebidas alcoólicas. [...] O que observamos na tarde de domingo, em um dos salões de sinucas da Rua Vicente Sabóia, quando o jogo chegou ao auge de um engalfinhamento, bem reflete a necessidade de um policiamento capaz de barrar a situação em que se envereda a mocidade conterrânea. [...] Mossoró é uma cidade onde proliferam casas de tavolagem, não sendo extranhar *sic* que no setor de salões que exploram jogos de bilhares, sinucas, estes os há em excesso.<sup>225</sup>

A prática do jogo era vista como perniciosa uma vez que os jovens estavam vulneráveis a outro vício, qual seja: a bebida. Nos casos em que os jogos aconteciam nos cabarés a juventude se expunha a mais um perigo, a saber, aos encantos das prostitutas que os seduziam. Mesmo que a perda da virgindade masculina fosse uma prática recorrente em cabarés, é válido ressaltar que a presença de rapazes menores de idade em bordéis era coibida pelas autoridades locais. Em Mossoró os oficiais de polícia Clodoaldo e Ladislau exerciam uma vigília diária sobre os jovens curiosos e ansiosos por descobrirem os prazeres da vida. No caso acima, é importante observar a existência de casas de jogos em outra artéria da urbe que não a zona do meretrício e que nesses espaços também ocorriam conflitos.

No ano seguinte, em 1956, o jornal publicou uma segunda reportagem onde explicitava sua preocupação com a juventude e a prática do jogo na cidade. Agora a ênfase era dada para o desvio do trabalho. A prática do jogo poderia produzir vagabundos para urbe e isso se configuraria como um perigo para a vida urbana e para o patrimônio familiar, minado com apostas.

O número de menores que atualmente freqüentam os bilhares e sinucas é deveras notável. Não são poucas as pessoas que se queixam e reclamam o funesto e vicioso lema desses jovens que, abandonando suas casas e desprezando o trabalho, nada querem se não o perigosíssimo entretenimento do jogo. É, pois, com o fito de corrigir tamanha intolerância e gravíssimo erro não só dos meninos como também de seus genitores ou responsáveis pelos mesmos, que dirigimos a veemência do nosso esclarecido apelo e exortação às autoridades e aos proprietários de casas de bilhares e de sinucas, no sentido de que tomando providências, nos ajudem nessa campanha em bem da nossa coletividade e de nós próprios. Os Srs. Proprietários de casas de

---

<sup>225</sup> *O Mossoroense*, 06 de fevereiro de 1955, Ano IX, nº 444,

diversões dessa natureza poderiam, por dever de consciência e de bons cidadãos, empenharem-se, resolutamente a não aceitarem menores em seus bares e recintos, ainda mais tendo os mesmos ciência da severa proibição existente por parte das nossas autoridades, por ficarem inteiramente responsáveis por tais facilidades e abusos aos justos ditames da lei.<sup>226</sup>

O perigo da vadiagem que, certamente, incitaria ao crime é expresso pelo periódico que conclama os pais e os proprietários de estabelecimentos dessa natureza a desencorajarem a presença de menores nesses locais. Torna-se explícito que os jovens tinham conhecimento da proibição, assim como os donos das casas de jogos, porém, a lei era descumprida pelos sujeitos que viviam sob sua salvaguarda. As burlas se faziam notórias, uma vez que era por meio do descumprimento das determinações legais que a notícia do periódico se justificava.

De forma mais pormenorizada a 2ª Vara da comarca de Mossoró publica uma portaria de nº 1/1957 para regulamentar a prática da jogatina em Mossoró. De acordo com esse documento, o juiz Jaime de Aquino fazia recomendações aos comissários de menores no sentido de que

**I** – não permitam a entrada de menores que aparentem menos de 18 anos, estejam ou não acompanhados de adultos, em espetáculos e exhibições consideradas IMPRÓPRIAS OU PROIBIDAS PARA MENORES, pelo Órgão competente; **II** – Exijam de todos aqueles que aparentem não terem atingido aquela idade, a exibição da Carteira de Identidade ou prova semelhante, apreendendo aqueles que suspeitem terem sido alteradas ou fraudadas; **III** – Verifiquem, **a)** se nos anúncios publicados na imprensa e em cartaz bem visível colocado na bilheteria se declara ser o filme ou espetáculo impróprio ou proibido para menores, quando assim houver sido julgado; **b)** se nos programas em que figuram menores estão estes autorizados a se exhibir pela autoridade competente; **c)** se as empresas deixarem de pagar serviços prestados por menores; **IV** – Não permitam a entrada em sala de espetáculos a menores de 5 anos, bem como aos de idade inferior aos 14 anos quando desacompanhados de seus responsáveis, salvo aos últimos e ingresso em sessões diurnas organizadas especialmente para crianças, bem assim **PROIBAM A PERMANÊNCIA DE MENORES DE 14 ANOS EM ESPETÁCULOS APÓS AS 20 HORAS**; **V** – Não permitam o ingresso de menores de 18 anos em casas de bilhares e Snookers ou bailes públicos, qualquer que seja o título ou denominação que adotem, bem como o acesso aos menores de 21 anos aos cabarés, bares noturnos e congêneres **E CASAS DE JOGO**; **VI** – Autuem na forma da lei os infratores de todas as infrações legais, compreendidos nesse número os empresários, exibidores, diretores, donos de estabelecimentos, responsáveis pelo espetáculo, porteiros e empregados que permitam o ingresso de menores, bem as pessoas que os conduzirem ou acompanharem e os responsáveis por sua guarda e cuidado que permitirem ou tolerarem o seu ingresso ou presença a tais casa de diversões, os quais ficam sujeitos à multa de Cr\$ 50,00 a Cr\$ 200,00 por menor admitido, e, nas reincidências, além da multa em dobro *sic*, o

---

<sup>226</sup> **O Mossoroense**, 18 de agosto de 1956, Ano X, nº 560, s/p

fechamento do estabelecimento e suspensão do exercício do negócio por um prazo não excedente de seis meses, se, prejuízos de outras sanções em que possam incorrer; **VII** – Prendam e apresentem à Delegacia de Polícia todos aqueles que se rebelarem contra a sua ação, exercida nos termos da lei, sem esquecer que responderão pelo abuso do poder que praticarem; **VIII** – Recomendo especialmente que evitem por todos os meios, sempre que possível, condução de menores à Delegacia de Polícia e bem assim procurem exercer a sua intervenção COM DISCRICÃO E PRUDÊNCIA; **IX** – Recomendo-lhes ainda, que advertam os interessados quando pela primeira vez os encontrarem em infração *sic* à lei, deixando, nesse caso, de autuá-los desde que se disponham a atender ‘incontinenti’ às determinações legais.<sup>227</sup>

O jornal publica na íntegra a portaria acima sob a reportagem intitulada “MENORES DE 18 ANOS NÃO MAIS FREQUENTARÃO CASAS DE JOGOS E CABARÉS: A rigorosa medida é extensiva aos que frequentarem exibições cinematográficas ou espetáculo de qualquer natureza, inclusive bailes considerados impróprios – SANÇÃO IMPOSTA AOS INFRATORES: MULTA, PRISÃO, ETC.”<sup>228</sup> Segundo a reportagem, a medida foi motivada pela denúncia da presença de menores de 14 anos em casa de jogos, atuando na prática criminosa de apostas com a conivência dos proprietários.

A portaria que proibia a presença de menores nas casas de jogos em Mossoró foi promulgada no dia 31 de janeiro de 1957 e publicada no jornal *O Mossoroense* no dia seguinte. Depois de poucos dias, em 12 de fevereiro do mesmo ano verificou-se uma autuação por descumprimento da referida lei. Luzia Queiroz, proprietária da pensão Ideal e do bar Coimbra – cabarés sofisticados situados no *Alto do Louvor* – foi detida por desrespeito a ordem do juiz de menores.

Tendo o Dr. Juiz de Menores divulgado recomendações no tocante a proibição de menores em antros de jogatina e em casas de vida livre, algumas proprietárias de pensão entenderam de desrespeitá-las, sendo, para tanto, necessária a adoção de medidas drásticas. Está neste caso a mundana Luzia Queiroz, proprietária da pensão Ideal, do meretrício desta cidade que, por desrespeitar recomendações daquela autoridade por intermédio de um dos comissários, foi detida ontem, estando recolhida à cadeia pública, e por cujo crime será punida de acordo com a lei. O exemplo deve ficar de pé a fim de que, pelo menos, algum respeito se possa dar à Justiça e as suas ordens, quando emanadas num sentido de reprimir condenáveis hábitos que eram praticados às escancaras na cidade.<sup>229</sup>

---

<sup>227</sup> **O Mossoroense**, 1 de fevereiro de 1957, Ano XI, nº 697, s/p.

<sup>228</sup> *Idem. Ibidem*

<sup>229</sup> **O Mossoroense**, 12 de fevereiro de 1957, Ano XI, nº 706, s/p.

A prisão de Luzia Queiroz foi apresentada como exemplo e aviso para aqueles que ousassem descumprir a portaria já citada. Os bordéis eram definidos pelo jornal como casas de *vida livre*, dando a entender que nesses espaços inexistiam regras a serem seguidas pelos moradores e freqüentadores. Todavia, a vida nesses ambientes não era tão livre assim, pois as mulheres que lá moravam ou que apenas trabalhavam à noite estavam submetidas a regras específicas, uma delas, por exemplo, era a de pagar uma determinada quantia a proprietária, referente à diária de um quarto no cabaré, no afã de usá-lo para receber o cliente. Outra regra contumaz dada a ver nos bordéis mossoroenses era a prática de simular o consumo de bebidas alcoólicas. Era comum que os clientes pagassem *drinks* as prostitutas e que estas, aproveitando-se do descuido do cliente solicitassem ao garçom que lhe servisse chá ou suco, para que o valor referente à bebida lhe fosse repassado no final da noite.<sup>230</sup>

Notadamente, não se pode negar que a Rua Nilo Peçanha, além de muito animada era também, às vezes, turbulenta. Contudo, os jornais ao divulgarem os conflitos que lá aconteciam concorrem para ratificar essa afirmação criando para a zona do meretrício uma associação direta com os crimes e as práticas de contravenção. São inúmeros os casos noticiados pela imprensa denunciando os perigos que escondiam a geografia do prazer em Mossoró. Um deles ocorreu no bar de Antônio Tomé, situado na zona do *baixo* meretrício, tendo como autor o padeiro Antônio Pedro de Souza, de 24 anos e como vítima a mundana Milta Cavalcante de Souza, natural de Assú, de 28 anos. Segundo a reportagem o fato aconteceu da seguinte maneira:

Milta era amásia de Antônio Pedro de Souza e encontravam-se bebericando cachaça desde as primeiras horas de domingo, quando em dado momento Antônio saca de uma afiadíssima peixeira e diz querer cortar Milta. Esta então o insulta a fazê-lo, dizendo não temer sua ameaça, no que resultou sair com enorme facada, tendo sido imediatamente hospitalizada.<sup>231</sup>

A mundana Milta, como foi definida pelo jornal, não temia as ameaças de seu amante e o desafiou adotando uma conduta em desacordo com os conselhos publicados pelo mesmo periódico ao público feminino da cidade. A mundana não era casada, mantinha um relacionamento amoroso com Antônio Pedro e encontrava-se, no momento do ocorrido, bebendo cachaça em um bar desde cedo num domingo.

---

<sup>230</sup> Entrevista realizada com o senhor Francisco Cosme Silva no dia 31 de janeiro de 2010.

<sup>231</sup> **O Mossoroense**, 24 de julho de 1956, Ano X, nº 549

Certamente Milita, se leu – ou escutou a leitura – alguma vez da coluna do jornal destinada à mulher e ao lar, havia esquecido suas recomendações ou preferiu ignorá-las.

A crônica policial noticiou no dia 16 de agosto de 1953 duas mortes e um espancamento ocorridos à noite do dia 09 do mesmo mês e ano no *baixo* meretrício da cidade. Segundo a reportagem, “a cidade deixou por instantes sua proverbial tradição de burgo pacata”<sup>232</sup> para registrar o assassinato do ourives Jetro Diniz, constando que

[...] a vítima durante todo o dia farreava no meretrício da cidade em companhia do motorista Alcindo Gomes de Araújo, vulgo Negro, de um outro também motorista, de alcunha Chico Pedro e do Sr. Antônio Lopes. Momentos antes do crime a vítima discutiu com Alcindo, tendo comparecido a polícia que os revistou e verificou que ambos estavam desarmados. Conta que Antônio Lopes na ocasião da luta, forneceu uma faca peixeira que portava, ao motorista Alcindo Araújo, com cuja arma esse assassinou o ourives.<sup>233</sup>

É importante destacar que o jornal não aponta os motivos que causaram o desentendimento entre os envolvidos, mas situa o espaço onde a vítima se encontrava no momento do crime. Jetro havia passado o dia farreando no *baixo* meretrício com os amigos, logo, havia escolhido passar seu dia de folga em um ambiente onde a segurança dos freqüentadores nem sempre poderia ser garantida.

Outro conflito provocado, possivelmente, pelo estado de embriaguez em que se encontravam os contendores foi noticiado pelo jornal dando visibilidade, mais uma vez, ao *baixo* meretrício da cidade.

Antônio Pereira, vulgarmente conhecido por Antônio de Jonas, foi agredido e ferido a pedradas por Raimundo de Góis. Ambos estavam embriagados, sendo natural que, em face do estado em que se encontravam o incidente tenha se originado sem motivo. Ouve declarações de que o agressor, depois de procurar por diversas vezes atingir ao seu antagonista, chegou finalmente a consumir seu intento, quando de emboscada, detraz de uma porta, desferiu tamanha pedrada na região frontal do paciente Antônio Pereira, sucedendo a este forte hemorragia.<sup>234</sup>

Além de Antônio de Jonas a prostituta Raimunda Lima de Oliveira também foi agredida na Rua Nilo Peçanha. Segundo a crônica policial, pelas 24 horas do dia 04 de novembro de 1957 “Sandoval Nunes de Oliveira agrediu de maneira brutal a mundana Raimunda com uma certa pedrada que atingiu em cheio na cabeça da infeliz

---

<sup>232</sup> **O Mossoroense**, 16 de agosto de 1953, Ano VII, nº 361, p.6

<sup>233</sup> *Idem, Ibidem*

<sup>234</sup> **O Mossoroense**, 21 de agosto de 1956, Ano X, nº 572

mulher”<sup>235</sup>. De acordo com a notícia a polícia se encontrava nas imediações na hora em que ocorreram os fatos, conseguindo, dessa forma, prender o agressor em flagrante.

A boate Las Vegas, de propriedade do Sr. Antônio Amaral, situada no *Alto do Louvor*, também foi palco de um delito passionai de que resultou a morte do motorista Raimundo Francisco Monte, vulgo Serra Negra por Raimundo Jerônimo. Relata a crônica policial que o fato estava ligado a um antigo drama amoroso em que o criminoso teria desrespeitado a mulher da vítima quando ambos ainda trabalhavam de motoristas na vila de Governador Dix Sept-Rosado. A imprensa noticiou o fato da seguinte forma,

Novo homicídio na cidade está registrando a crônica policial com o acontecido às 23,30 horas de sábado, na boate Las Vegas, da rua Nilo Peçanha quando a queima roupa, foi abatido a tiros de arma curta o motorista Raimundo Francisco Monte, vulgo Serra Negra, casado, operário de uma das oficinas de mecânica do bairro da Paraíba, de nosso comércio.<sup>236</sup>

Mais uma vez a imprensa não se refere à zona do *baixo* meretrício, tampouco identifica a rua como zona. De acordo com a crônica policial, os fatos se deram na boate Las Vegas na Rua Nilo Peçanha, pois não seria conveniente uma associação pejorativa àquele espaço. Outro aspecto relevante faz referência ao estado civil da vítima que é colocado em evidência, certamente para indiciar a postura do homem que, preferiu deixar a esposa em casa para freqüentar “antros de perdição”, como sendo imprópria e em desacordo com a moral e os bons costumes. Nesse sentido, o lar e a companhia da esposa figuravam como o ambiente desejável e seguro para os homens de bem na cidade.

Outro crime ocorrido na boate Las Vegas é noticiado pelo jornal *O Mossoroense*, sendo que, desta vez o discurso jornalístico situa o bordel na zona do meretrício, embora implicitamente no *alto* meretrício. Trata-se do homicídio do próprio proprietário, o senhor Antônio Amaral que contava com 47 anos de idade, era desquitado, sendo natural de Ingá, do Estado da Paraíba. Além de gerenciar vários bordéis, ele era também, arrendatário do Grande Hotel da cidade. É válido salientar que, mais uma vez, a imprensa não classificou a boate como um bordel, preferiu denominá-la como cassino. De acordo com a notícia

---

<sup>235</sup> **O Mossoroense**, 5 de novembro de 1957, Ano XII, nº 914, p. 6

<sup>236</sup> **O Mossoroense**, 11 de abril de 1961, Ano LXXXIX, nº 3.037, p. 6

Um fato delituoso de grande repercussão, por estarem envolvidos no mesmo, um magistrado e um alto proprietário da cidade, verificou-se às 21:15 horas de ante-ontem, no cassino Las Vegas, situado na zona do meretrício, à rua Nilo Peçanha, em que perdeu a vida, atingido por três tiros de arma curta, além de uma peixeirada, o Sr. Antônio Ramos do Amaral.<sup>237</sup>

A ocorrência abalou a vida da cidade face às circunstâncias que envolviam os autores, o juiz de direito Aldo Pessoa de Albuquerque e seu irmão Arnaldo Pessoa, e a vítima, “o Sr. Antônio Ramos do Amaral, pessoa bem relacionada nos círculos comerciais mossoroenses”<sup>238</sup>. Uma das versões afirma que

[...] o crime se originara em conseqüência de estar o Dr. Aldo Pessoa fazendo alteração da ordem naquele cassino, ao que foi advertido pela mundana Núbia, amásia do Sr. Antonio Amaral na qualidade de dirigente e coproprietária daquela casa, tendo em conseqüência, trazido o fato ao conhecimento do Sr. Antônio Amaral, que se encontrava no Grande Hotel. Informado de como naquele cassino se estava conduzindo o Juiz Aldo Pessoa, o Sr. Antônio Amaral foi ao seu encontro tendo discutido com o mesmo que, no momento estava acompanhado de seu irmão Arnaldo Pessoa, travando-se entre os dois – Antônio e Aldo um “rusq” pessoal resultando daí ser Antônio Amaral atingido por uma facada. Procurando revidar o insulto, a vítima, mesmo ferida, persegue o agressor, quando recebe três tiros, atingindo-o a região torácica e o baixo intestino e o último a face esquerda, que o fulminou inapelavelmente, caindo sem vida o corpo de Antônio Amaral na altura da porta principal do cassino. É corrente não ter sido o momento em que se deu o assassinato o da única ocorrência entre ambos naquele cassino, porquanto durante à tarde teria o Sr. Antônio Amaral procurado deter a atuação do Juiz Aldo Pessoa, ali, chegando até mesmo, a desarmá-lo, e fazendo com que este se retirasse do local, para onde mais tarde, conseguiu voltar em companhia de seu irmão.<sup>239</sup>

José Garçon, funcionário do Cassino em que se deram os fatos forneceu a reportagem do jornal um depoimento sobre o ocorrido. Ele afirma que no momento estava prestando serviço no salão de “*bufet*” daquele estabelecimento. Diz ter visto o Dr. Aldo Pessoa se servindo de vários uísques, tendo quebrado alguns copos e vasilhames, o que fez com que fosse chamado o Sr. Antônio Amaral, e que este, chegando, viesse a entrar em discussão com o juiz, pelo que ele, José Garçon, teria saído para chamar a polícia pelo telefone de outro cassino vizinho. Ao regressar ao Las Vegas, José Garçon afirma ter ouvido a detonação dos tiros e, conseqüentemente ter avistado morto o Sr. Antônio Amaral, enquanto o juiz Aldo Pessoa e seu irmão Arnaldo

---

<sup>237</sup> **O Mossoroense**, 19 de junho de 1962, Ano XC, nº 3.286. p. 6.

<sup>238</sup> *Idem, Ibidem*

<sup>239</sup> *Idem, Ibidem*

Pessoa se retiravam para apanhar um caminhão que estava estacionado em frente ao estabelecimento.<sup>240</sup>

Esse mesmo depoente, José garçon havia sido vítima, anos antes, de uma furada a peixeira desferida por José Preto, quando em frente a pensão Copacabana os dois foram as vias de fato, motivados possivelmente por questões amorosas – “dado o ambiente em que ambos resolveram brigar naquelas horas”<sup>241</sup> – de que resultou José Garçon ferido à peixeira.

A boate Copacabana também foi palco de uma tentativa de assassinato frustrada que culminou no suicídio de Francisca Pinto Vieira, de cor branca, com vinte anos de idade, natural do Estado do Ceará que

[...] levada pelo ciúme, preparou o extermínio seu e de seu companheiro, de nome Arnaldo consumindo sua existência por haver ateadado fogo às vestes. Numa das dependências daquela pensão de mulheres de vida alegre, Sulamita, como era conhecida, depois de ingerir certa quantidade de bebidas alcoólicas, persuadiu o seu companheiro a se recolher à cama, a fim de descansar, tendo o mesmo feito e ali adormecido. Com o crime premeditado, vez que antes do acontecido havia dito que logo mais sairiam dali dois cadáveres, a mundana ensopou as vestes sua e de seu companheiro de álcool para logo após jogar um fósforo contra o mesmo. Este, porém, não provocou labareda, tendo, em seguida a mundana agido contra sua pessoa, a quem se incendiou. O amante mesmo em estado “grog” acordou ao sentir grande calor próximo de seu corpo, deparando suas vistas com um quadro dramático. Dentro do quarto, de portas fechadas à chave, a mundana se transformava em uma tocha humana, pelo que Arnaldo deu grito de alarme, pedindo aos freqüentadores da “boite” que o socorressem, abrindo a porta com urgência. Já nesse ínterim, Sulamita procurava se abraçar ao seu companheiro, a fim de o arrastar pela segunda vês *sic* ao suicídio, tendo este conseguido se desvenelhar *sic* jogando-a distante, o que resultou ter as suas mãos queimadas.<sup>242</sup>

Sulamita, como era chamada na zona, não resistiu aos ferimentos e faleceu no hospital da cidade. A mesma quase conseguiu seu intento, que era dar cabo de sua vida e a de seu amado. Casos dessa natureza ilustram bem as posturas que poderiam ser adotadas por prostitutas, porém, não eram apenas estas que afrontavam a ordem por amor ou ciúmes. As senhoras casadas também se envolviam em conflitos, principalmente quando descobriam a traição do marido e seu envolvimento com outra mulher como demonstra a seguinte notícia: “ENQUANTO DORMIA FOI AGREDIDA

---

<sup>240</sup> Idem, *Ibidem*

<sup>241</sup> **O Mossoroense**, 11 de maio de 1959, Ano XIII, nº 1.300, p.6

<sup>242</sup> **O Mossoroense**, 19 de janeiro de 1959, Ano XIII, nº 1.226, s/p.

PELA RIVAL: três pancadas com um cano de ferro foi o ocorrido às 7 horas da manhã – a agressora se encontra detida.”<sup>243</sup> Segundo o jornal

[...] a mundana de nome Maria Ferreira de Lima foi agredida com três pancadas de um cano de ferro, pela sua rival, Leonila Medeiros da Silva. Segundo declarações prestadas à Delegacia de Polícia onde se encontra detida a manhã de hoje, a senhora Leonila Lima, afirma que a mundana agredida é amante de seu cônjuge, Gabriel Januário. O fato verificou-se quando a amante de Gabriel se encontrava dormindo. A agressora foi pega em flagrante por um soldado de polícia que naquele momento se encontrava naquelas imediações.<sup>244</sup>

Diferente tratamento é dado aos fatos pela imprensa quando estes ocorriam no *baixo* meretrício. O indicativo do espaço aparece logo estampado no título da reportagem “ABATEU SEU RIVAL COM CINCO PEIXEIRADAS: Novo homicídio, na madrugada de hoje, no baixo meretrício”<sup>245</sup>. A imprensa noticia o assassinato de Antônio Piató, cabeceiro natural desta cidade, pelo autor Raimundo Nonato de Oliveira, comerciante de miudezas no município de Martins, casado, de 34 anos de idade e domiciliado naquela cidade serrana. O crime havia sido motivado por questões amorosas e se desenrolou na

[...] na residência na amásia de Antônio Piató com quem o comerciante se encontrava, quando o mesmo bateu à porta levado pelo ciúme. Raimundo Nonato de Oliveira após cometer o delito fugiu em disparada apenas de cuecas, deixando toda a sua indumentária, inclusive carteira com dinheiro e documentos.<sup>246</sup>

Foi também de cuecas que Raimundo Nonato de Oliveira foi preso na Praça da Independência na madrugada após o crime. O homicida estava escondido entre as árvores quando o tenente Clodoaldo Meira fez o flagrante.<sup>247</sup>

O assassinato da meretriz Juvita Soares de Lima mereceu destaque nas páginas policiais do periódico que, em 1951 tinha uma coluna intitulada “Na polícia e nas ruas” destinada a noticiar os crimes de qualquer natureza que abalasses a tranquilidade da urbe. O crime foi considerado bárbaro, pois “o indivíduo José Olegário decepou a meretriz Juvita Soares de Lima com mortal golpe de peixeira na garganta além de lhe

---

<sup>243</sup> **O Mossoroense**, 1 de novembro de 1957, Ano XII, nº 911, s/p.

<sup>244</sup> *Idem, Ibidem*

<sup>245</sup> **O Mossoroense**, 14 de março de 1961, Ano LXXXIX, nº 3.021, p. 6

<sup>246</sup> *Idem, Ibidem*

<sup>247</sup> *Idem, Ibidem*

impor mais cinco facadas em várias regiões do corpo.”<sup>248</sup> O fato ocorreu na fazenda Baixa Grande, tendo declarado o acusado que assim procedera porque Juvita estava fazendo feitiço contra seu pai.

É comum percebermos nas fontes a existência de crimes motivados por questões fúteis e que acabam por culminar em verdadeiras tragédias. Os desentendimentos ganhavam maior proporção pelo consumo do álcool e pela prática das pessoas de portarem armas, seja de fogo como o revólver, seja arma branca, como a faca peixeira ou mesmo o lançamento de pedras. É importante destacar que o porte de arma em Mossoró havia sido regulamentado desde o fim do século XIX, pelos Códigos de Postura de 1885, 1881 e 1888. Esses dispositivos além de instituir os modelos da ordenação urbana no tocante a distribuição das ruas e sua conservação, a construção de prédios públicos e casas de moradia, apresentavam também, a preocupação marcante com o controle e o uso indiscriminado de armas brancas ou de fogo na cidade. Dessa forma, o Código de Postura de 1881, no capítulo sete, artigos 32, 33 e 34, define quais eram as armas proibidas e profissões que poderiam usá-las em seu exercício:

Art 32º - são declaradas armas de defesa nesse Município;

Parágrafo 1º - As espingardas, clavinhas, clavinotes, (ilegível), garrinchas, bacamarte, revolver e bistras.

Parágrafo 2º - Espadas, sabres, baionetes, reffes, taques, punhal, faca de pontal e canivetes.

Parágrafo 3º - Azagaias, lanças, chuchos, machados, foices e cacetes.

Parágrafo 4º - Gasiras, servilhas, carapassas, instrumentos cortantes e perfurantes, aparelhos *sic* próprios para roubar.

Art. 33º - A autoridade competente só permitirá o uso de armas de defesa em caso de absoluta necessidade, se chamada pela segurança e garantia da vida e prosperidade do requerente e *provada em todo caso a boa índole e costumes* deste.

Art. 34º - Além das cazas especificadas nos parágrafos 1º, 2º e 3º do art. 298 do Código criminal, poderão usar das armas offensivas sem licença da respectiva autoridade.

Parágrafo 1º - Os officiaes mecânicos e os occupados em trabalhar para quaes fazerem ellas necessárias, durante o tempo de serviço.

Parágrafo 2º - Os caçadores dos que forem dispensaveis à caça, indo para Ella ou em seo regresso.

Parágrafo 3º - Os officiaes da Guarda Nacional e os funcionarios públicos, das que fizerem parte de seu uniformes ou figurinos, autorizados por lei. (CÓDIGOS DE POSTURA. 2002: 45-46)<sup>249</sup>

<sup>248</sup> **O Mossoroense**, 21 de janeiro de 1951, Ano V, nº 228, p.5

<sup>249</sup> FONTELES NETO, Francisco Linhares. Crime, violência e sociabilidades: Mossoró nas últimas décadas do Império. In: MENDES, Francisco Fabiano de Freitas; FONTELES NETO, Francisco Linhares *et all.* **História Social e história Cultural de Mossoró: métodos e possibilidades.** Mossoró: Vingt Rosado, 2009. P. 107-108 (Coleção Mossoroense, Série c, v. 1556).

Os artigos citados demonstram a variedade de armas proibidas de uso ao cidadão comum; estas eram permitidas apenas por trabalhadores que dela necessitassem em seu ofício. O uso de armas fora do trabalho era permitido apenas em casos excepcionais, quando utilizado para a defesa do indivíduo, que deveria atestar boa índole e uma conduta idônea. Esse documento, embora recuado num tempo que não é o da pesquisa em tela nos permitiu conjecturar sobre o uso das armas como instrumento do cotidiano social dos mossoroenses que, repetidas vezes, eram apanhados pela polícia portando armas de maneira ilícita.

As armas eram usadas nas ruas, nos bares, nos cafés, na zona e dentro dos bordéis com o propósito de provocar brigas ou afastar possíveis desafetos. Portanto, faz necessário atentar para o fato de que “a norma é tentativa de disciplinar padrão contrário ao desejado. A lei é vontade e determinação, é forma objetiva de normatividade da vida ou do controle social e pressupõe representação da sociedade.”<sup>250</sup> Conforme nos definiu Pesavento, “a lei dispõe, proíbe e concede, apoiando-se sobre os princípios que os homens estabelecem para si ao longo de sua história”<sup>251</sup>. As burlas a essa lei nos deixa ver quão ricas são as práticas dos sujeitos na invenção de seu cotidiano. Este não pode ser entendido como homogêneo, predeterminado, ritmado e controlado por códigos positivos. Antes disso, a norma nos oferece a percepção dos sujeitos acerca do que, em dada temporalidade, era valorado positiva e negativamente, bem como permite que identifiquemos a marca de historicidade que os sujeitos imprimem aos e nos espaços.

As cenas de sangue não ocorriam apenas nos cabarés, mas também em cafés da cidade. Os espaços de sociabilidade em Mossoró estavam distribuídos nas artérias da urbe, de modo que uns poderiam ser freqüentados pela família e outros apenas por homens e *mulheres da vida*. Os cafés da cidade não recebiam de bom grado as prostitutas, por isso estas preferiam freqüentar apenas aqueles estabelecimentos que se localizavam na zona, isto é, na Rua Nilo Peçanha. Foi em um deles que João Xavier de Oliveira, conhecido por João doidinho cometeu um crime contra a meretriz Maria José da Conceição. O conflito, segundo a reportagem do jornal, deu-se no café “Bas-fond” quando “Sem nenhum motivo, João doidinho tentou contra a existência da indefesa mulher, que recebeu quatro ferimentos provocados por peixeira, muito embora sem

---

<sup>250</sup> Idem, *Ibidem*, p. 108

<sup>251</sup> PESAVENTO, Sandra Jathay. **Crime, violência e sociabilidades urbanas**. In: Nuevo Mundo Mundos Nuevos, N. 4. 2005, p. 1.

maior gravidade.”<sup>252</sup> João Doidinho é reincidente da mesma transgressão criminal, tendo a tempos provocados ferimentos à arma branca na pessoa física da dona de uma das boites daquela mesma artéria, por cujo crime esteve cumprindo pena na cadeia de Mossoró. Trata-se do atentado ocorrido “no mercado público da cidade, uma cena de sangue que teve como protagonistas Luzia de Queiroz e João Xavier de Oliveira, conhecido por João Doidinho.”<sup>253</sup> De acordo com a notícia o

[...] fato teve como motivo principal a tentativa de uma vingança contra aquela mulher, por parte havia sido surrado pelas inquilinas da pensão de que é a mesma proprietária, à rua Nilo Peçanha. João Doidinho recebera na primeira luta, naquela pensão, alguns ferimentos, um dos quais resultando ficar sem movimentação em uma das mãos. Na manhã de ontem, no entanto, quando mais intenso era o movimento no mercado da cidade, se encontrou com Luzia Queiroz, sobre quem desfechou toda a sua ira, furando-a por duas vezes.<sup>254</sup>

Percebe-se que o discurso jornalístico – assim como o fez com o Cassino Las Vegas de propriedade de Antônio Amaral – não identificou os espaços como sendo bordéis. No caso da senhora Luzia Queiroz, a mesma aparece como proprietária de uma pensão e não de um cabaré. Este também não estava localizado na zona do *baixo meretrício*, mas à Rua Nilo Peçanha. Essas omissões estão longe se serem gratuitas, uma vez que os redatores, além de escolherem o que noticiar, escolhia também a forma de expor os fatos; pois a maneira como se diz é fundamental para percebermos como o discurso jornalístico qualifica os espaços a partir dos sujeitos e como estes são nominados por ocuparem determinados espaços da urbe.

As práticas tecidas dentro dos bordéis e dadas a ver pelo discurso jornalístico e pelo senso comum servem para diferenciá-lo de uma casa comum, imputando-lhe a identidade de espaço profano. A presença dos bordéis na rua da cidade faz com que esta deixe de ser vista e praticada como uma rua semelhante as outras que compõem o traçado urbano para ser denominada de zona, reduto do crime e da contravenção, lugar onde impera o vício e o pecado. Dessa forma, os espaços não estão em branco, não se apresentam como uma superfície lisa, mas antes, carregam marcas, estrias<sup>255</sup> que os

---

<sup>252</sup> **O Mossoroense**, 20 de junho de 1963, Ano XCI, nº 3.390. p. 6.

<sup>253</sup> **O Mossoroense**, 31 de julho de 1960, Ano XIII, nº 1.595, s/p.

<sup>254</sup> *Idem, Ibidem*

<sup>255</sup> Os conceitos de espaço liso e espaço estriado podem ser definidos da seguinte forma: o primeiro pode ser compreendido como um espaço em branco, que não apresenta marcas, não é significado. O segundo se define como um espaço marcado, sentido e apropriado pela ação humana. A apropriação dos espaços é, para os autores, uma forma de estriá-los, essa apropriação não é apenas física, mas psicológica, cultural e

diferenciam dos outros para forjar-lhes uma identidade que é, no caso dos bordéis, negociada com a sociedade.

Os cafés mossoroenses eram freqüentados por homens e mulheres tidos de bem, o que não incluía as meretrizes, dada a inadequação de sua conduta para os espaços que também recebiam as moças de família. Havia, portanto uma espécie de segregação tácita entre as *mulheres do lar* e as *mulheres da vida*. Os espaços freqüentados por elas precisavam ser diferenciados. Segundo a crônica do senhor Filemon Rodrigues “aquelas mulheres [as prostitutas], apesar de tudo, sabiam respeitar os ambientes familiares, por exemplo: nunca iam aos cinemas e tão pouco freqüentavam as poucas lanchonetes”.<sup>256</sup> Além dos ambientes citados, não constam nas fontes pesquisadas a presença de *mulheres de vida livre* nos vesperais, nas praças públicas, bem como nas igrejas.

## 2.5 Homens de farda: a polícia na zona

A presença da polícia nas zonas era constante, haja vista ser lá, também, o endereço do crime e da contravenção como queriam fazer crer os discursos que representavam a prostituição e os espaços que ela abrigava. “A polícia encontra-se no cerne do dispositivo regulamentar”<sup>257</sup> mesmo que a prática prostituinte não seja considerada crime pelo Código Penal. Entre a lei e as práticas tidas como desviantes há um abismo e muitas lacunas que tornam ambígua a relação entre a polícia e as prostitutas.

A zona se apresentava como um espaço constantemente vigiado, fiscalizado e, porque não dizer freqüentado pelos agentes da ordem. Os espaços condenados também eram praticados por aqueles que ajudavam a legitimar sua condenação, a saber: a polícia. Contudo, nem sempre a presença dos policiais na zona era motivada pelo exercício do seu trabalho de garantir a ordem e a preservação dos bons costumes; as vezes, os próprios policiais freqüentavam as zonas na condição de clientes e, aqueles que deveriam garantir a ordem acabavam por transgredi-la. Eis algumas práticas que

---

simbólica. Ver: DELEUZE, Gilles e GUATTARI, Félix. **Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia**. Vol. 5. São Paulo: Editora 34, 1997.

<sup>256</sup> **O Mossoroense**, Filemon Rodrigues. **Alto do Louvor**. 28 de junho de 1996.

<sup>257</sup> ADLER, Laure. **A vida nos bordéis de França (1830-1930)**. Trad. Maria da Assunção Santos. Lisboa – Portugal: Terramar, 1990, p. 237

denunciam as burlas dos sujeitos e nos fazem ver formas múltiplas de exercício do poder.

Como na maioria das cidades brasileiras da metade do século XX, Mossoró dispunha de dispositivos que procuravam regulamentar a atividade da prostituição e os estabelecimentos em que ela acontecia. O Código de postura de Mossoró de 1966 reconhecia a existência dos cabarés no seu Capítulo II, Art. 177, inciso XIV, quando estipulava o horário em que este e outros estabelecimentos do mesmo ramo deveriam funcionar. “Dancings, Cabarés e Similares das 20 às 2 horas da manhã seguinte;”<sup>258</sup>.

O atentado a moral e aos bons costumes era considerado um delito que poderia partir principalmente das prostitutas que, por sua condição, não adotavam uma postura de recato já recomendada pelo jornal *O Mossoroense* e, acreditava-se que recomendado também pela Igreja Católica. Entretanto, fora da zona essas mulheres deveriam adotar outra conduta, em explícito acordo as regras estipuladas pela sociedade para o espaço público. Caso isso não ocorresse, os agentes da ordem eram convocados a agir em defesa da moral e da preservação da família. A imprensa noticiou a presença de prostitutas – fora da zona – que estavam provocando “cenas imorais nas ruas do bairro São José: mulheres semi-nuas”<sup>259</sup>. Segundo a reportagem o vereador Joel Martins do Nascimento

[...] pediu em requerimento aprovado, que a Câmara se dirigisse a Sr. Delegado de polícia da cidade, no sentido de que fossem tomadas as providências necessárias para evitar que mulheres do **baixo** meretrício da cidade procedessem imoralmente nas ruas do bairro São José. Declarou o edil *sic*, quando fez a justificativa da matéria, que domingo passado aconteceu uma cena nada recomendável para um bairro onde residem famílias e existem várias escolas.<sup>260</sup>

A polícia era sempre convocada a agir em defesa da moral e dos bons costumes, porém, esta mesma moral era transgredida por agentes que a representavam. Essa postura de burla da polícia nas zonas é denunciada pela imprensa quando noticia as arruaças provocadas pelo auxiliar de polícia Raimundo Borges que, estando embriagado “[...] na zona do *baixo* meretrício e, por motivo fútil, feriu a faca “peixeira” o

---

<sup>258</sup> Código de Postura de 1964. *Op. Cit.*

<sup>259</sup> **O Mossoroense**, 29 de agosto de 1957, Ano XI, nº 861, s/p

<sup>260</sup> **O Mossoroense**, 29 de agosto de 1957, Ano XI, nº 861, s/p.

botiqueiro Vicente Porfírio da Silva e a amásia deste, Francisca Venâncio.”<sup>261</sup>  
Conforme apurou a reportagem,

Raimundo Borges, cuja ficha na polícia é pouco recomendável, foi ao botequim de Vicente Porfírio, tendo bebido cachaça e se excusado *sic* pagar, dizendo ser da polícia; beberia toda a noite, sem pagar, tendo ameaçado de prender a quem lhe negasse bebida. Vicente Porfírio, ao se negar vender-lhe a “branquinha” foi esbofeteado pelo mesmo, tendo procurado revidar o insulto, pelo que foi ferido a peixeira, em um dos braços. Francisca Venâncio ocorreu em socorro de seu amásio, sendo também ferida pelo policial agressor.<sup>262</sup>

Na reportagem acima, o policial aparece como o agressor que, estando na zona bebendo cachaça, se utilizou da autoridade que lhe conferia sua profissão para coagir o dono do bar a lhe servir, gratuitamente, a bebida que desejasse. É igualmente interessante destacar que o jornal alerta para a ficha criminal do policial, qualificando-a de “pouco recomendável”, sugerindo que a postura do agente de polícia não condizia com uma conduta a ser adotada por um representante da lei.

Mais um caso que traz o policial como protagonista do crime é dado a ver pela imprensa mossoroense. Desta vez, como divulgou o próprio jornal um “MILITAR ABATEU UM POPULAR, ONTEM, COM QUATRO FACADAS: Desconhecidos os motivos do crime na Rua Nilo Peçanha.”<sup>263</sup> O crime foi cometido no *baixo* meretrício,

[...] de que foi autor o militar Luiz Queiroz da Silva, soldado da Força Pública do Estado, servindo na Cia. de Fuzileiros, sediada nesta cidade. Referido militar abateu um popular, conhecido por Júlio de tal, com quatro profundas punhaladas, que resultaram morte imediata, sendo preso em flagrante.<sup>264</sup>

A reportagem apresenta duas versões para o crime, quais sejam,

Assim é que enquanto uma aludia ao fato de se encontrando o criminoso em estado de embriaguez, o proprietário de um pequeno café existente naquela artéria, onde teria se iniciado a ocorrência, instigara o popular a desafiar a polícia na pessoa daquele militar! Outra faz referência ao fato de estar o soldado Luiz de Queiroz da Silva discutindo com José Fogo, proprietário do café, e como Júlio saísse a fim de denunciar a ocorrência à polícia, aquele o seguiu apressadamente, alcançando-o em uma das ruas transversais à Nilo

---

<sup>261</sup> **O Mossoroense**, 27 de julho de 1956, Ano X, nº 552, p.5

<sup>262</sup> *Idem, Ibidem*

<sup>263</sup> **O Mossoroense**, 20 de março de 1960, Ano XIII, nº 1.509, s/p.

<sup>264</sup> *Idem, Ibidem*

Peçanha e, sem nenhuma discussão, tendo desfechado contra o mesmo as punhaladas mortais.<sup>265</sup>

Os fatos são apresentados a partir de depoimentos que sugerem dois motivos para o conflito. O primeiro apresenta a conduta de embriaguez do policial que fora instigado por outrem e, por isso reagiu violentamente desferindo as facadas. A outra versão aponta uma discussão como pivô para o crime. Nesta última, o policial desferiu as facadas para impedir que o caso chegasse ao conhecimento das autoridades. O irônico é perceber que o próprio autor do crime era uma autoridade e, portanto, acabava de atentar contra a vida de quem deveria proteger, além de estar causando alterações na zona do meretrício. Contudo, a imprensa afirma que “o morto, Julio de tal, de idade aproximada a 25 anos era afeito a vida do *baixo* meretrício, onde tinha amásia.”<sup>266</sup> Essa informação qualifica negativamente a pessoa da vítima, pois sua conduta e os seus hábitos não eram bem vistos socialmente; além de freqüentar a zona, este preferiu ter amásia em detrimento de esposa.

Pedradas, facadas, lutas corporais e tiros a revolver eram apresentados pelos jornais como sendo a rotina da zona. As investidas na boemia e as noites de farra quase sempre tinham como desfecho um “*sangrento fim de festa*” como foi noticiado pela imprensa para divulgar o conflito ocorrido na boate Copacabana, de propriedade da senhora Neusa Barreto, de que resultou 1 morte e 3 pessoas feridas na noite do dia 13 de dezembro de 1956. Segundo a reportagem todo o período de festas em homenagem a padroeira da cidade (Santa Luzia) havia decorrido num ambiente de muita ordem. Durante os nove dias de festas religiosas nenhuma ocorrência policial havia sido digna de nota, rareando até mesmo as que, correccionalmente poderiam surgir, como indício de perturbação ambiental.

Surpreendente, no entanto, para a cidade, surgiu a noite do dia 13, quando ocorrências de certo modo, graves algumas e lamentáveis outras, por provocação ou acidentais, vieram enfundar o aspecto ordeiro de nossa gente e da urbe, trazendo a intranqüilidade a um ambiente de paz e concórdia que desfrutávamos. O dia 13 de dezembro transformou-se neste ano de 1956 em uma data aziaga, pela seqüência de acontecimentos registrados em sua decorrência.<sup>267</sup>

---

<sup>265</sup> Idem, *Ibidem*

<sup>266</sup> Idem, *Ibidem*

<sup>267</sup> **O Mossoroense**, 15 de dezembro de 1956, Ano XI, nº 662

O conflito verificado na boate Copacabana situada na zona do meretrício, portanto, sem o acompanhamento do adjetivo *baixo* para informar o espaço, resultou na morte do Sr. Manoel Delfino, casado, negociante de gado, conhecido por Mulico, atingido mortalmente por certo tiro detonado pelo agente de polícia João Batista, momento em que este, visivelmente embriagado, procurava revidar uma agressão de que teria sido vítima, por pessoa em companhia de quem se encontrava um seu desafeto. A ocorrência teria se dado da seguinte forma:

Horas antes, na Pensão Ideal, que é outra boite situada na Zona do meretrício, entre o policial João Batista e José Martins Gondim, conhecido por José Tonho, houve uma alteração conseqüente de animosidade antiga que ambos mantinham, não chegando os mesmos às vias de fato aí, por interferência de pessoa presentes *sic*. Deslocando-se, porém, José Tonho para a boite Copacabane *sic*, situada a poucos metros daquela, já ao seu encontro, seus filhos José Maria e Edilson Martins, juntamente com Mulico, avisados da ocorrência, na cidade, foram socorrê-lo ou mesmo fazer com que esse se retirasse dali. Foi quando no referido local apareceu João Batista agora acompanhado do escrivão de polícia, Aderaldo de Souza, este armado de revólver e aquele de faca. Instantes seguidos, travou-se palavrório entre Batista e José Tonho e os filhos, também armados de revólver. Nessa oportunidade, Batista procurava meios para defesa e, arrebatando o revólver de Aderaldo, detonou-o em direção de seus agressores, enquanto outros tiros eram desfechados pelo revólver de José Maria por seu irmão Edilson. Desse tiroteio Mulico caiu mortalmente ferido, possivelmente por um projétil detonado pelo policial Batista que, alcançado por José Tonho com certa paulada, caiu desacordado.<sup>268</sup>

Restabelecida a confusão, constataram-se ferimentos de arma de fogo em Mulico que faleceu ao chegar ao Hospital de Mossoró; de faca em José Tonho sobre uma das mãos e no seu filho Edilson, numa das pernas, além de forte contusão sobre a cabeça que atingiu Batista, de cacete, mais tarde medicado no Hospital, onde foi detido pelo plantão policial ali estacionado. Nesse caso, constatou-se a presença de dois agentes da lei, um escrivão e um agente de polícia que estando ambos, farreando armados em bordéis da Rua Nilo Peçanha se envolveram em contendas de que resultou um assassinato.

Portanto, é interessante destacar que não eram apenas as prostitutas e a existência dos bordéis que concorriam para a existência de desordens na Rua Nilo Peçanha. Essa ordem era rompida também – mesmo que contraditoriamente – pela própria ordem, por policiais que, assim como os clientes, farreavam embriagados e possuíam amásias na zona; que se envolviam em brigas e praticavam crimes.

---

<sup>268</sup> **O Mossoroense**, 15 de dezembro de 1956, Ano XI, nº 662

Contudo, é válido salientar que as matérias jornalísticas que tratam do jogo e do álcool trazem, além da informação sobre os fatos, mensagens de cunho moralista. Os redatores, na escolha do que priorizar como notícia, bem como na forma de apresentá-la ao público, geralmente assumem a postura de defensores dos “bons costumes” da sociedade mossoroense, de modo a ressaltar em seus discursos os valores familiares, a honra e a defesa da propriedade, que poderia ser deteriorada com apostas nas casas de jogos. Dessa forma, se faz mister indagar “por que não pensar casas de jogos como espaços de lazer, sociabilidade e até de sobrevivência, haja vista a possibilidade de jogadores, seduzidos pelas vantagens e facilidades de lucro sem esforço, dependerem única e exclusivamente do fator ‘sorte’?”<sup>269</sup>.

O mesmo se pergunta acerca dos bordéis; porque não percebê-los como o lugar da festa em detrimento do crime e da contravenção? Mesmo que os conflitos existissem – não podemos, nem queremos negá-los – estes aconteciam mediados pela festa, pelas conversas, pelo contato entre homens e mulheres que se divertiam nos cabarés. O que a imprensa não apresenta, mas deixa escapar como reflexo que fala do *outro* é que os crimes ocorriam nas festas. É esse outro universo que precisa ser explorado para enxergarmos as funções de sociabilidade exercidas pelos cabarés em Mossoró. De todo modo, resta-nos alertar aos leitores para o fato de que as palavras não são colocadas à toa nos textos, inclusive neste, elas carregam carga semântica capaz de criar representações negativas de práticas, espaços e sujeitos. Em Mossoró a Rua Nilo Peçanha e o *Alto do Louvor* carregam até o presente as marcas de uma espacialidade condenada e, portanto, *maldita*.

---

<sup>269</sup> FONTELES NETO, Francisco Linhares. Crime, violência e sociabilidades: Mossoró nas últimas décadas do Império. In: MENDES, Francisco Fabiano de Freitas; FONTELES NETO, Francisco Linhares *et al.* **História Social e história Cultural de Mossoró: métodos e possibilidades**. Mossoró: Vingt Rosado, 2009. p. 118 (Coleção Mossoroense, Série c, v. 1556).

### CAPÍTULO 3

#### ***Cidades narradas: desvelando espacialidades boêmias nas décadas de 1950 e 1960.***

*(...) as cidades escritas e as cidades faladas são, todas elas, cidades imaginárias, que um historiador da cultura busca recuperar.*<sup>270</sup>

Narrar. Eis um verbo mais que presente na profissão de historiador que com sua operação se ocupa em tecer um passado e, com isso produzir historiografia. Essa tessitura, assim como a colcha bordada por Penélope à espera de seu Ulisses, é feita e refeita, composta e recomposta numa dinâmica quase infinita para dar a ver um tempo, um espaço, um momento que ao ser capturado pela escritura do historiador se transforma em passado.

Não obstante, não é somente o historiador que opera com o passado, este também se apresenta para os sujeitos através da memória e, é por meio dela, também, que passados são recompostos representativamente. Contudo, essa tessitura se materializa graças à existência de fontes, que felizmente hoje, são de várias naturezas. Sem elas o trabalho do historiador enveredaria pela construção literária, que também pode nos informar sobre dada temporalidade, mas não se obriga, necessariamente a representar o passado. Neste trabalho nos ocupamos de fontes impressas e orais, ambas igualmente importantes para a compreensão das representações sobre o passado.

A emergência das fontes orais como documento que informa e representa um passado é relativamente recente e a compreensão sobre sua natureza ou *status* tem variado bastante. As definições mais correntes apontam-na ora como metodologia, ora como disciplina e há, também, aqueles que a resumem a uma técnica.

O surgimento da História Oral ocorreu a partir dos anos sessenta associado aos movimentos contestatórios que teriam continuidade na década seguinte. As primeiras experiências são provenientes dos Estados Unidos, em 1948, através de entrevistas realizadas, de início, com lideranças políticas e, depois com empresários e representantes dos meios de comunicação, onde se destacaram as emissoras de rádio. Em 1973, a American History Association passou a publicar uma revista que se ocupava em procurar informes para complementar as fontes escritas no afã de ampliar o

---

<sup>270</sup> PESAVENTO, Sandra Jatahy. **Cidades visíveis, cidades sensíveis, cidades imaginadas.** In: Revista Brasileira de História. São Paulo; ANPUH, vol. 27, n. 53, jan-jun, 2007, p. 20.

acervo de documentos existente.<sup>271</sup> A proposta da revista, nesse momento, apresenta a tomada da história oral como fonte secundária, como apêndice da fonte escrita, que terá a função de complementar e preencher as lacunas deixadas pela documentação. É também nos EUA, na Escola de Chicago, que a História Oral ganha uma nova função, a saber: a de dar voz aos excluídos da história. Nessa perspectiva, a função da História Oral seria democratizar a história, dando voz a sujeitos que, pelas relações de poder, dificilmente imprimiriam suas marcas no passado oficial.

Contudo, diante das duas interpretações de validade da História Oral devemos atentar para os avanços que elas acenam e os perigos que as mesmas evocam. A idéia de complementaridade existe e, a nosso ver, não é problemática se o historiador considerar que a narrativa oral é, antes de tudo, uma produção de um tempo que, assim como a fonte escrita, foi produzida com intencionalidade e, portanto, precisa ser investigada com o mesmo rigor metodológico. A fonte oral é um documento monumento na perspectiva apresentada pelo historiador francês Jacques Le Goff, uma vez que se encontra repleta de intenções, que se relaciona com o tempo presente. O documento, diz Le Goff,

(...) é uma coisa que fica, que dura, e o ensinamento que ele traz deve ser em primeiro lugar analisado desmistificando-lhe o seu significado aparente. O documento é monumento. Resulta do esforço das sociedades históricas para impor ao futuro – voluntária ou involuntariamente – determinada imagem de si próprias. No limite, não existe um documento verdade. Todo documento é mentira. Cabe ao historiador não fazer papel de ingênuo. [...] O documento é em primeiro lugar uma roupagem, uma aparência enganadora, uma montagem. É preciso começar por desmontar, demolir esta montagem, desestruturar essa construção e analisar as condições de produção dos documentos-monumentos.<sup>272</sup>

Nas narrativas orais o passado é lembrado e organizado à luz do presente, isto é, a fonte se nutre de fatos passados, mas está sendo gestada e produzida em outro tempo, numa espécie de temporalidade deslocada, que não é mais a do tempo do acontecido como também não carrega apenas as experiências do presente. As temporalidades, ou a perspectiva que temos delas, se fundem numa interseção brilhante e confusa para o historiador. Nas entrevistas não coletamos apenas as representações de um passado, mas principalmente as representações de futuro, além de uma análise do

---

<sup>271</sup> JUCÁ, Gisafran Nazareno Mota. **A oralidade dos velhos na polifonia urbana**. Fortaleza: Imprensa Universitária, 2003, p. 42

<sup>272</sup> LE GOFF, Jacques. Documento/monumento. Enciclopédia Einaudê, v. 1: **Memória – História**. (Portugal). Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1984, p. 102

tempo vivido no presente. Desse modo, as fontes orais diferem dos documentos escritos na medida em que nos fornece a percepção das sensibilidades históricas. As narrativas não podem ser subsumidas à complementar a fonte escrita, pois ela nos fornece outra perspectiva de representação do passado, uma vez que dá a ver sonhos, desejos, medos, mágoas, traumas e aspectos da vida cotidiana que geralmente escapam ao crivo da fonte escrita.

Portanto, tanto as entrevistas podem trazer informações que não se apresentavam nas fontes impressas, como estas podem ajudar a esclarecer as narrativas orais. Desse modo, ambas acabam se tornando fontes impressas, uma vez que é na História Oral que o pesquisador cria as condições técnicas de produzir sua própria fonte. Ao capturar o depoimento e transcrevê-lo, a memória dar lugar a escrita. Assim, partimos do pressuposto de que as fontes, quaisquer que sejam, possuem a sua especificidade e, cada uma, a sua maneira, pode nos fornecer elementos de compreensão do passado.

A idéia de dar visibilidade a sujeitos marginalizados foi muito acolhida por uma História vista de baixo, também conhecida como história dos excluídos. Acreditamos que a emergência de novas abordagens que visam superar uma tradição positivista é muito válida, uma vez que a história que estamos tecendo tem procurado dar a ver sujeitos que, em uma história dita tradicional, não apareceriam. Dar visibilidade a outros agentes, a outros espaços é bastante relevante, mas não podemos nos iludir com a idéia de ser essa história mais verdadeira ou menos carregada de intencionalidade do que as demais. Devemos ficar atentos para não cometermos o erro do que Sharpe<sup>273</sup> denominou de fazer uma história do *alto* do *baixo*, acreditando que as vozes de alguns sujeitos, escolhidos pelos próprios historiadores como porta-voz de um passado coletivo representariam a voz de todos. Essas generalizações nem sempre são explicativas na história, cuja singularidade dar mais evidência a historicidade de um tempo e de um espaço.

A tentativa de dar voz ao povo através da História Oral estendeu-se também para a Europa nos anos de 1970, levando historiadores, antropólogos e sociólogos a se dedicarem a essa nova História Social, que na Inglaterra teve E. P. Thompson como um de seus grandes expoentes. Já na Itália a prática das entrevistas era comum desde os anos de 1950, tendo seu amadurecimento apenas nos anos de 1970 quando Alessandro Portelli se preocupou em estudar a memória operária. Essa influência se expande para a

---

<sup>273</sup> SHARPE, Jim. A história vista de baixo. In: BURKE, Peter (org.). **A Escrita da história: novas perspectivas**. São Paulo: Editora UNESP, 1992.

França e Alemanha. Contudo, somente em 1980 a História Oral teve seu reconhecimento acadêmico no Congresso Internacional das Ciências Históricas, realizado em Budapeste.<sup>274</sup>

A trajetória da História Oral no Brasil data dos anos de 1970 quando alguns institutos, como o CPDOC<sup>275</sup>, resolveram ampliar os estudos a partir da era Vargas. Somente em 1990 essa nova concepção de história, condicionada as narrativas orais, passou a ser incorporada ao meio universitário. Esse espaço foi conquistado devido à difusão do paradigma da Nova História que disseminou o uso de novas fontes e objetos. Nesse contexto, a obra da professora Ecléia Bosi, intitulada “Memória e Sociedade: lembrança de velhos”, publicada em 1973, com outras reedições em 1987 e 1994, se tornou referência para os simpatizantes da relação entre memória e história oral.<sup>276</sup>

As perspectivas mais contemporâneas de trabalhos com História Oral elencam a ética como norteadora da relação entrevistado/entrevistador, cuja narrativa passa a ser analisada a partir dos significados que ela conjuga. Nesse sentido, Portelli ressalta que quando se trabalha com as ucronias, o testemunho oral não é visto apenas como fonte de informação sobre os eventos históricos, mas passa a ser compreendido

(...) como um evento em si mesmo e, como tal, submetido a uma análise independente que permita recuperar não apenas os aspectos materiais do sucedido, como também a atitude do narrador em relação a eventos, à subjetividade, à imaginação e ao desejo que cada indivíduo investe em sua relação com a história.<sup>277</sup>

As narrativas dependem de fatores sociais e coletivos, cujo testemunho não se compromete, necessariamente em apresentar um relato fidedigno do acontecimento. As ucronias não se referem à forma pela qual a história se desenrolou, mas como ela poderia ter sido. Seu campo incide sobre a possibilidade. Essa perspectiva da História Oral, muito utilizada por Portelli considera a qualidade dos narradores, sua história de vida e o passado que estes queriam inscrever.

Outro ponto escorregadio quando se trabalha com fontes orais diz respeito à veracidade ou falsidade dos depoimentos. Muitos acreditam que esse debate já se encontra resolvido na academia, porém, é nesse ambiente de consagração do saber que alguns preconceitos afloram. Talvez essa desconfiança das narrativas orais se justifique

---

<sup>274</sup> JUCÁ, Gisafra Nazareno Mota. *Op. Cit.*, p.43

<sup>275</sup> Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil.

<sup>276</sup> Idem. *Ibidem*, p. 47

<sup>277</sup> PORTELLI, Alessandro. **Sonhos ucrônicos: memórias e possíveis mundos dos trabalhadores** In: Projeto História, v. 10, São Paulo: Dez. 1993, p. 41.

na tentativa ilusória, por parte de alguns, de dar as fontes um teor de prova do passado que o historiador que dar a ver em sua escritura. É como se pensássemos que o documento, por já está escrito e apresentar uma versão fixa, se tornasse imutável e inquestionável e, com isso, conseguisse capturar um pedaço do passado. Já as narrativas orais são construídas hoje, no calor do *agora*. Esse imediatismo poderia conduzir o depoente ou entrevistado a enveredar pelo devaneio e pela invenção da história. Então, nos questionamos: ora, mas a história, como assevera Certeau, não é mesmo uma invenção? As fontes escritas e orais são produtos de um tempo e são ambas, construções que carecem da análise do historiador.

Nesse sentido, acreditamos que a postura do historiador que trabalha com narrativas orais não seja a de inquisidor, a de farejador de mentiras, pois conforme assevera Alberti<sup>278</sup> “uma das principais riquezas da História Oral está em permitir o estudo das formas como as pessoas ou grupos efetuaram e elaboram suas experiências, incluindo situações de aprendizagem e decisões estratégicas.” Assim, quando o historiador se perde nessa infinita luta em busca da verdade, pode deixar de perceber aspectos simbólicos que elucidam a história das sociedades.

A historiadora Janaína Amado, em um texto intitulado “*O grande mentiroso*”, nos relata sua experiência em busca da verdade nas narrativas orais. Ela chegou a conclusão de que a mentira, em alguns casos, pode ser mais reveladora das estruturas simbólicas de uma sociedade do que costumamos crer. A mentira na História Oral pode ser definida como aquele relato que não promove a reconstituição histórica fidedigna do fato pesquisado pelo historiador. No entanto, esse relato, que muitas vezes não apresenta correspondências com outras fontes impressas pode revelar o que os documentos oficiais não esclarecem, a saber: como as sociedades significam os acontecimentos, como atribuem sentido as coisas, as palavras e aos eventos. Esses significados são desvendados através da elaboração da memória que

(...) torna as experiências inteligíveis, conferindo-lhes significados. Ao trazer o passado até o presente, recria o passado, ao mesmo tempo em que o projeta no futuro; graças a essa capacidade da memória de transitar livremente entre os diversos tempos, é que o passado se torna verdadeiramente passado, e o futuro, futuro, isto é: dessa capacidade da memória brota a consciência que nós, humanos, temos do tempo.<sup>279</sup>

---

<sup>278</sup> ALBERTI, Verena. Fontes Oraís: Histórias dentro da História. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). **Fontes Históricas**. 2 ed, São Paulo: Contexto, 2006, p. 165.

<sup>279</sup> AMADO, Janaína. O grande mentiroso: tradição, veracidade e imaginação em história oral. In: **História**, São Paulo, v.14, p. 125-136, 1995

A compreensão da História Oral sob uma perspectiva que permite ao historiador verificar como a memória sobre um passado é construída é bastante valorizada pelo italiano Alessandro Portelli em sua análise da história do massacre de Civitella Val di Chiana. Ele demonstra como esse massacre foi interpretado de diferentes maneiras, conforme a situação política vivenciada na Itália e na região da Toscana, onde o fato ocorreu. Aqui, verifica-se um deslocamento de análise por parte do pesquisador para quem o massacre deixa de ter tanta importância, tomando mais relevo as representações que os sujeitos constroem sobre o episódio. Portelli nos alerta para a necessidade de tomarmos os fatos (o que realmente aconteceu) e suas representações, simultaneamente, uma vez que segundo ele

Representações e fatos não existem em esferas isoladas. As representações se utilizam dos fatos e alegam que são fatos; os fatos são reconhecidos e organizados de acordo com as representações; tanto fatos quanto representações convergem na subjetividade dos seres humanos e são envoltos em sua linguagem. Talvez essa interação seja o campo mais específico da história oral, que é contabilizada como *história* com fatos reconstruídos, mas também aprende, em sua prática de trabalho de campo dialógico e na confrontação crítica com a alteridade dos narradores, a entender representações.<sup>280</sup>

Dessa forma, são as representações sobre os fatos, ou seja, sobre os espaços boêmios da Mossoró dos anos de 1950 e 1960 que nos suscita interesse. Nesse capítulo nos empenharemos menos em investigar a veracidade das narrativas sobre os bordéis do que em investigar o significado dessa construção no campo da memória. Para tanto, tentaremos identificar como os moradores de Mossoró reconstróem, no tempo contemporâneo, as suas memórias sobre o passado áureo dos bordéis na cidade. Como as memórias criam espacialidades boêmias, dão materialidade a um passado que não mais existe em sua empiria, mas se mantêm vivo, vibrante e aceso na memória dos sujeitos que reivindicam – por meio do discurso que nos concede – a legitimação de seu passado.

Nesse momento do texto os depoentes revisitam, por meio da construção da memória, a infância na zona; relembram as estratégias de burla que comumente traçavam para praticar os lugares da festa. É por meio das lembranças que se descortinam os lugares de fronteira e de construção da identidade dos sujeitos na urbe.

---

<sup>280</sup> PORTELLI, Alessandro. O massacre de Civitella Val Chiana (Toscana, 29 de junho de 1994): mito, política, luto e senso comum. In: AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes. (Orgs.). **Usos & abusos da história oral**. 8 ed. Rio de Janeiro, Editora FGV, 2006, p. 111.

Portanto, é por meio da memória que buscaremos capturar os pontos de fuga, as zonas cegas, em que as estratégias de burla dão a ver as práticas inventivas dos sujeitos.

### 3.1 Recordando infâncias, revisitando zonas

E para além da palavra escrita, há aquela da oralidade, que implica outra forma de dizer a cidade, através do som e das palavras ditas. Entram em cena, assim, os recursos de uma história oral recuperando depoimentos e relatos de memória, que retraçam uma experiência do vivido e do possível de ser superado pela reminiscência, transmitido no presente para aqueles que não estiveram na cidade do passado. Essa é, sem dúvida alguma, uma história de fragmentos, de composição em mosaico. Pouco fiável, dirão alguns, pois aquele que rememora não apenas reconta o que viveu a cada momento evocativo, como lida com o gap inegável existente entre o tempo vivido e o tempo da narrativa. A história oral de uma cidade é tecida e retecida continuamente. O depoente, no caso, é o senhor do tempo, refazendo o que diz sobre o passado da cidade em cada vez que discorre sobre ele.<sup>281</sup>

A historiadora Sandra Pesavento nos apresenta a importância e a validade da História Oral como fonte que permite ao historiador tecer um mosaico do passado. Essa oralidade que dar a ver uma cidade que já não existe mais em sua materialidade física cria e recria a cidade imaginária, tão real como a física, embora não empiricamente observável. A autora elenca o narrador ou depoente como o condutor do tempo, pois é ele que rememora; que significa e ordena o passado que nos é apresentado em forma de narrativa. Assim, é entre esse passado vivido e o tempo da narrativa que procuraremos encontrar o significado que os bordéis admitiam na cidade de Mossoró da metade do século XX; como esses espaços são lembrados, como são praticados por meio das lembranças.

Os nossos depoentes, que já tiveram algumas de suas impressões apresentadas no primeiro capítulo, são homens e mulheres que vivenciaram o período áureo dos bordéis em Mossoró e, ainda hoje, residem na cidade. São pessoas com faixa etária entre 50 e 83 anos de idade que exercem ou exerciam profissões como a de costureira, sanfoneiro, dona de restaurante; e aqueles mais jovens, que desfrutavam dos impulsos adolescentes ganhando alguns trocados como meninos de recado, carregadores de compras do mercado e de malas dos passageiros que chegavam à Mossoró pela estação ferroviária.

---

<sup>281</sup> PESAVENTO, Sandra Jatahy. *Op. Cit.* p.20

Seu Edilson Galdino da Costa teve sua infância marcada pela convivência na zona do meretrício em Mossoró. De família humilde e filho de mãe solteira, ele teve que ajudá-la desde muito cedo e, para isso, vendia artigos como picolé, tapioca, doces e balas na Rua Nilo Peçanha. Também fazia favores para as cafetinas como, por exemplo: dar recados e levar suas compras do mercado até o bordel em troca de algumas gorjetas que lhe permitia ajudar a mãe nas despesas domésticas, assim como adquirir sexo barato nos *chatôs* do *Rasga*, tendo sua vida sexual iniciada por mulheres experientes na arte de amar. Ele nos relata um pouco de sua infância

Eu nasci e me criei ali, minha adolescência e minha infância foi toda lá no Alto do Louvor; a parte da adolescência também. Lá eu conheci muitas coisas. Como aqueles cabarés do auge. Na época de Luzia Queiroz, tinha o Arpege, tinha o Cassino, tinha o Estrela de Zé de Ticó. E ali era uma seqüência, as pessoas quando chegavam, as mulheres bonitas da época quando vinham freqüentavam o Coimbra de Luzia Queiroz. Ai tinha também Tia Ciça. Mamãe trabalhou muito tempo de garçonne lá. E tinha também a Copacabana que era de Neusa Barreto.<sup>282</sup>

O relato acima nos informa sobre algumas das boates que operavam no ramo das diversões públicas em Mossoró. No espaço da zona o senhor Edilson nos aponta o que marcou sua vida, e o interessante é perceber que a violência e as confusões tão recorrentes nas crônicas policiais não servem de ponto catalisador para caracterizar os espaços da boemia em Mossoró desse período.

Obviamente as narrativas não negam, tampouco pretende esconder os conflitos noticiados no jornal *O Mossoroense*, mas os depoentes e, em particular o senhor Edilson, rememora o bordel sob outra perspectiva, lançando sobre esse espaço – ora maldito pela imprensa – um olhar menos inquisitivo, mais sensível para captar as festas, a liberdade de amar, as amizades tecidas nas mesas dos grandes bordéis e nos botecos mais simples. Esse olhar é mais arguto e sensível, uma vez que consegue se deslumbrar com a beleza das mulheres da vida, ao invés de apontar suas falhas de moral, ou classificar a atividade prostituinte como nociva à família e a manutenção dos bons costumes.

Contudo, não queremos dizer, com isso, que as narrativas são isentas de preconceitos, longe disso, eles existem e estão alojados no discurso, mesmo que de forma sub-reptícia. Todavia, a narrativa de seu Edilson, assim como as demais

---

<sup>282</sup> Entrevista realizada com o senhor Edilson Galdino da Costa no dia 7 de fevereiro de 2010.

entrevistas, não parte da negação do *Alto do Louvor*, nem produz uma apologia a esses espaços, mas se empenha em perceber a zona como espaço de sociabilidade em que as pessoas podem ou não se utilizar da atividade de contravenção. Seu discurso não é de julgamento, mas de recordação.

Essa recordação apresenta o bordel como paisagem, como espaço evocativo que é relacional, identitário e histórico, pois conjuga marcas e reminiscências de um passado que embora tenha sido reconstituído fisicamente por outras construções urbanas, se matem vivo e vibrante na memória dos sujeitos. Basta lembrarmos que o bairro Bom Jardim é, ainda hoje, identificado como *Alto do Louvor*. Apesar das antigas boates não estarem mais erigidas fisicamente, cujo espaço deu lugar a condomínios residenciais e a prédios comerciais, elas são reconhecidas e localizadas a cada olhar, elas se encontram presentes como fantasmas de um passado que rondam o tempo presente.

Embora não estejamos tratando das mesmas categorias de análise elencadas por Simon Schama em sua obra intitulada *Paisagem e Memória*<sup>283</sup>, tais como a mata, a água e a rocha, partimos do entendimento da cidade como sendo uma paisagem criada pela sedimentação de memórias que são condicionadas pela cultura e significadas de forma particular pelos sujeitos que a praticam. Assim, a paisagem é definida por Schama como obra da percepção humana; a mesma só passa a existir a partir do momento que ganha significação. Para significar essa natureza e transformá-la em paisagem, o homem se utiliza da memória, pois é ela que fornece os mitos que instrumentalizam o nosso olhar.

Simon Schama faz uma análise detalhada e profunda das significações atribuídas à paisagem. Ele nos mostra que em cada árvore, cada rio, cada pedra estão depositados séculos de memória. Identificando exemplos na história, o autor opera com a arqueologia<sup>284</sup> da memória, partindo de indícios do presente para identificar mitos primordiais que permitiram a cada cultura elaborar os arranjos de compreensão e leitura da paisagem. Ele a compreende como o resultado das práticas culturais e como algo que é sempre, representada pelos seres humanos a partir de vivências sociais específicas. Dessa forma, se faz mister compreender que a paisagem é, antes de tudo, produto de um lugar.

Portanto, ver a paisagem não é apenas enxergar reflexos e luminosidades, imagens que focamos e que se constroem por meio dos sentidos. Ver é atribuir

---

<sup>283</sup> SCHAMA, Simon. **Paisagem e Memória**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

<sup>284</sup> É válido ressaltar que o termo *arqueologia* não está empregado para significar as origens de um passado linear e factual, mas faz referência ao processo de sedimentação da memória, de resgatar o que existe de forma incandescente.

significado, é nominar, classificar, referenciar e acima de tudo sentir que uma paisagem existe em sua materialidade porque, antes, a criamos como representação. São essas representações, que nominam e identificam os lugares e as práticas de espaços e temporalidades pretéritas que procuramos capturar na narrativa do senhor Edilson.

Dentre os fatos que destacou em sua narrativa, o senhor Edilson demonstrou a admiração que nutria pelos tocadores de viola que freqüentavam a zona do meretrício e a praça da cidade. Ele costumava observá-los com verdadeiro deslumbramento, cujo repente era recitado de “cabeça” e sem outro acompanhamento musical que não a própria viola.

O que eu achava muito bonito ali naquele “Rasga” era quando tinha os tocadores de violão. Tinha tocador de violão ali que eu não cheguei a gravar o nome não, mas tinha pessoas ali que tocava violão que você ficava deslumbrado. Eram artistas. Agora eu acho que, devido à cachaça não devem ter encontrado sucesso na vida e que terminaram ali. Miolo era um desses que o que ele cantava não precisava de acompanhamento musical, instrumental; ele só na voz ali, ele cantava. Ele tava ali e, depois ia lá para o centro, chegava lá no centro, tomava uma de cachaça e começava a cantar e o pessoal parava para ouvir ele cantar. Aquilo ali me marcou, eu achava muito bonito essa parte dele.<sup>285</sup>

O senhor Edilson passou a freqüentar a zona do meretrício muito cedo, uma vez que sua mãe trabalhava na boate de tia Ciça à noite como *mulher da vida*<sup>286</sup> e depois, passou a exercer a atividade de garçone

Porque assim, mamãe era mulher solteira, então mamãe trabalhava lá à noite. No caso, assim, mamãe começou como mulher da vida. Mas no decorrer da vida, o tempo, a idade ela continuou lá, mas trabalhando de garçone, aí criava agente em casa. Morávamos aqui na Alberto Maranhão certo? Agente morava aqui, eu e meus irmãos e ela à noite ia trabalhar, tá entendendo?<sup>287</sup>

Uma prática comum em Mossoró nesse período era o fato de algumas mulheres trabalharem à noite nos bordéis e nos *chatôs* e durante o dia estarem integradas à sociedade, mantendo residência em rua diferente da Nilo Peçanha. Isso não implica dizer que estas mulheres escapavam ao estigma que lhes era imputado pela atividade que exerciam, porém, acreditava-se que com isso poderiam preservar os filhos

---

<sup>285</sup> Entrevista realizada com o senhor Edilson Galdino da Costa no dia 7 de fevereiro de 2010.

<sup>286</sup> Preferimos conservar a denominação utilizada pelo próprio depoente para se referir à atividade exercida por sua mãe.

<sup>287</sup> Idem, *Ibidem*

mantendo-os afastados da zona de meretrício, o que como vimos não se concretizava de fato.

Outra prática comum na zona, repleta de simulacro e representação diz respeito ao consumo de bebidas. Estas eram representadas, muitas vezes por chás e sucos, ou até mesmo por água, em substituição ao uísque, ao vinho e a vodka respectivamente. Essa estratégia visava ludibriar os clientes e receber o dinheiro pago pelo *drink* falso. Tal acordo era selado entre a prostituta e o dono do estabelecimento, cujo lucro era recíproco. A mulher se mantinha lúcida e disposta a consumir cada vez mais, ou fingir que estava consumindo, o que gerava lucro para o proprietário que faturava com o aumento da venda de bebidas. Contudo, nem sempre as coisas saíam como previstas, pois

Uma vez chegou um senhor lá em Tia Ciça e pediu uma dose de uísque. Eu não me lembro qual foi o uísque, já faz muitos anos, e eu dei essa dose de uísque, só que Maria Laura tava lá e disse: “Edilson bota ali”, ai eu fui e botei a dose de uísque, não... Ela botou a dose de uísque para ele, depois ela pediu para eu botar... ai ela ofereceu a mamãe: “sente Elvira, tome uma”, ai mamãe disse: “não, quero não”. Ai pegou e foi dar uma dose a mamãe, mandou eu botar uma dose para mamãe, só que Maria Laura me disse: “Bote água”; ai mamãe reforçou: “bote água”. Porque a água... ai ela ficava com o dinheiro para depois servir de alimento para gente. E eu pensando: bote água, e eu nem pensei qual seria a água tá entendendo? Não peguei na torneira, ai do jeito que tava a água de sabão da bacia de lavar a louça, tá entendendo? De lavar os copos, eu peguei e botei para mamãe como se fosse uma dose e nem me toquei. (...) quando mamãe tomou, fez careta e se repunou todinha. Rapaz aquilo ali. Depois ela me disse: “Meu filho porque você fez isso”? Eu respondi: Mamãe num...num (risadas) não me lembrei de jeito nenhum que aquela dose era de sabão.<sup>288</sup>

As mulheres da vida conjugavam em suas práticas várias estratégias de burla exercidas tanto na espacialidade da zona como em suas adjacências. A encenação do consumo de bebidas se configurava apenas como uma delas, estando outras também em evidência, a saber: a manutenção de residência fora da zona, a maternidade aliada à prostituição, a encenação de vários papéis sexuais para atender os diversos tipos de clientes e suas fantasias.

Nas lembranças sexuais da infância de seu Edilson, algumas personagens da zona do meretrício de Mossoró aparecem como protagonistas desses enredos. É o caso de Chica Preta<sup>289</sup>, uma senhora já idosa, cega e de baixa estatura que alugava quartos

---

<sup>288</sup> Idem, *Ibidem*

<sup>289</sup> Não encontramos nenhuma outra referência nas fontes escritas que nos fornecesse mais informações sobre a vida de Chica Preta. Possivelmente ela não tenha se envolvido, no período pesquisado, em

para os casais realizarem o programa. A esperteza de dona Chica Preta, assim como as condições do ambiente comercializado por ela chama a atenção do depoente

Tinha uma tal de Chica Preta que eu não me esqueço nunca. Chica Preta, você quando chegava lá... Ela era tão baixinha. A mulher, ela era uma cega, agora lá não tinha energia. As camas lá eram assim: os lençóis eram feitos só dos retalhos, tá entendendo? Aqueles pedaços de tecido. Era você no quarto com uma mulher transando e as baratas passando; e quando você vinha para entrar, ela lhe dava a chave e uma lamparina e dava a caixa de fósforo, entendeu? E quando você ia sair, você podia pagar a ela, porque a nota que você desse ela conhecia, tá entendendo? Ai, eu não esqueço nunca... Eu era freqüentador dela (risos), na época eu era de lá. Ali era bom demais, uma infância boa.<sup>290</sup>

O depoimento acima nos permite perceber como eram as condições físicas de alguns *chatôs*. Os alugados por Chica Preta, por exemplo, eram pequenos, mobiliados por uma cama e sem iluminação elétrica. Além disso, era visitado também por baratas que apareciam para espionar as práticas que ali se davam. A iluminação que permitia os clientes perceberem a presença das baratas intrusas advinha da lamparina que era entregue pela proprietária do estabelecimento antes da entrada no quarto. Chica Preta não se deixava ludibriar por amantes desonestos e ficava aguardando a saída do cliente para o recebimento do pagamento referente ao aluguel do quarto. Este deveria ser pago corretamente, sob pena de não poder mais utilizar o espaço. Mesmo entre baratas, e apoiados sob colchas de retalhos remendados as práticas amorosas eram satisfatórias e a infância é recordada positivamente.

Além das peripécias do senhor Edilson nos *chatôs* de Chica Preta, havia outras mulheres que iniciavam os rapazes mais jovens e menos desprovidos de posses para freqüentar os bordéis de luxo do *Alto do Louvor*. Eram elas, Luzia Loura e Celsa, a primeira se destacava pelo baixo preço do programa, o que permitia aos jovens freqüentar sua casa mais de uma vez por dia e, a segunda pelo serviço completo que costumava oferecer aos seus clientes.

Ali tinha uma mulher muito popular que na época que a gente era boizinho saía para transar com ela. Era Luzia Loura. Digamos assim: se uma mulher valesse dez reais para você transar, a ela você dava cinquenta centavos, um real. O que era de menino, esses jovens da época, tudo fazia fila para transar com ela. Agora vou fazer como o outro: era a protetora das crianças. Os jovens só viviam se masturbando, ai corria para lá. Pegava um balde,

---

conflitos com a polícia, haja vista não manter bordéis, mas apenas quartos ou *chatôs* para a prática sexual entre casais.

<sup>290</sup> Entrevista realizada com o senhor Edilson Galdino da Costa no dia 7 de fevereiro de 2010.

pastorava uma bicicleta, aí fazia carreira para lá. Jovem, você sabe que quando é jovem tem tesão até pelos pés, pelas unhas; qualquer coisinha tava lá, as vezes agente ia lá duas ou três vezes no dia (risos).<sup>291</sup>

Celsa era uma mulher forte, assim bem quartuda sabe? Mas, pense, foi bom, foi muito proveitoso também. O que eu achava mais interessante em Celsa, por ela ser uma mulher assim de cabaré, era a maneira de como ela tratava a gente. Você transava com ela, você quando saía, ela lhe limpava, ela dava aquele... Você pronto. No caso, o homem hoje, ele transa com uma mulher, mesmo pagando, ele chega lá, ele toma o banho dele, ele se limpa; com ela não, ela vinha, ela dava o banho em você, ela pegava seus órgãos genitais, ela mesma lavava, enxugava com uma toalha. Era aquele agrado para você voltar de novo.<sup>292</sup>

A prostituta Luzia Loura, freqüentadora do *Rasga* e do *Cai Pedaco*, costumava oferecer os serviços com certo desconto para os rapazes que estavam descobrindo a sexualidade. Estes, ouriçados, investiam parte do dinheiro que ganhavam em programas com a mesma, inclusive o senhor Edilson. Ele salienta as práticas oferecidas por Celsa e as classifica como “completas”, uma vez que a prostituta além de satisfazê-lo sexualmente também o higienizava após o ato amoroso. No entanto, embora ressalte tal cuidado como sendo uma qualidade de Celsa que a distinguia das outras prostitutas o discurso do depoente deixa transparecer a percepção que o mesmo nutre acerca do papel da mulher em relação aos homens. Ele considera que a mulher deve servi-lo na cama e fora dela também; tais impressões se apresentam de forma velada quando o banho após o sexo é dado pela mulher quase numa espécie de ritual maternal, quase como um retorno a infância.

Numa perspectiva um pouco diferente da esboçada pelo senhor Edilson, o senhor Francisco Canindé também nos apresenta sua infância na zona. Hoje aposentado e contando com 65 anos, ele nos conta que chegou à Mossoró no dia 28 de janeiro de 1960 para morar na Rua Mário Cavalcanti, nº 15. Seu Canindé nos apresenta o tempo áureo dos bordéis como uma época difícil, em que as pessoas passavam por muita dificuldade e os jovens não dispunham de tantas opções de lazer. Entretanto, mesmo ressaltando as dificuldades da infância, a zona não é identificada a partir do crime e da desordem. Para ele,

Ha! Naquele tempo as coisas eram muito difíceis, tudo era muito difícil. Para você acreditar eu trabalhava com meu irmão, já falecido, a gente trocava móveis, na movelaria, (...) a gente trabalhava a semana todinha e as vezes

---

<sup>291</sup> Entrevista realizada com o senhor Edilson Galdino da Costa no dia 7 de fevereiro de 2010.

<sup>292</sup> Idem. *Ibidem*.

quando chegava o fim de semana, aí tinha aquelas obrigações com a casa e tudo, e muitas vezes eu não ia sair de noite porque não tinha um par de sapato; e trabalhando! Hoje você bota 50,00 reais no bolso, 100,00 reais, vai ao mercado e vem vestido com calçado, de sapato e tudo. Naquele tempo era diferente. Eu não conhecia um rapaz daquele meu tempo que tivesse mais de quatro camisas para sair. Tinha uma no dia-a-dia e outra guardadinha, aí pronto, as coisas eram assim. (...) Naquele tempo as coisas eram muito diferente de hoje, a gente não tinha muita opção. Os rapazes daquela época ou ia para a casa de Gigolete quando pegava 5 mil réis e entrava ali para aquele escuro, as vezes ninguém via nem a cara da mulher que a gente tava fazendo sexo; ou então caia pra dentro do horto, ali perto do rio atrás de uma jumenta. A verdade é essa.<sup>293</sup>

Os rapazes menores de 18 anos de idade não poderiam freqüentar os bordéis e as casas de jogo, cujos ambientes eram considerados nocivos a moral de um jovem em formação. Entretanto, estes também não deveriam ter acesso sexual às moças de família antes do casamento. Assim, para aliviar a libido, os jovens burlavam as determinações legais e mantinham relações com as prostitutas. Além disso, freqüentavam, à revelia da polícia, os ambientes onde imperava a jogatina e a venda de sexo e bebidas alcoólicas.

Os rapazes na flor da idade procuravam os bordéis, porque se bulisse com uma piniqueira tinha que casar, porque a lei era dura. A gente era de menor, a rapazeada sofria. Ali a gente descolava, quando era 11 horas, 11 e pouco a gente descolava. Era assim, a vida era assim. Era muito difícil, muito difícil. E o cabaré era isso. Era como se fosse uma noite de festa, muito animado, muita gente. O pessoal bebia e a gente disfarçava por ali, no meio das pessoas adultas. Eu estou falando aqui dos jovens, da minha época 1962, 1963, Mossoró era assim.<sup>294</sup>

Apesar de não dispor da idade e das posses necessárias para freqüentar os bordéis de luxo em Mossoró, alguns rapazes, como o senhor Canindé criavam estratégias de burla e re-significação dos espaços. Embora não fosse cliente do bordel Coimbra, seu Canindé tinha acesso a esse espaço quando pegava

(...) balde na feira de Luzia Queiroz, porque lá tinha um mercado e essas madames iam fazer feira. Todo mundo, esse pessoal de modo geral. Tinha aqueles baldes de alumínio, balde de zinco, a gente carregava aquele balde nas costas para ganhar o dinheiro do vespéral no parque. E eu fazia questão porque Luzia Queiroz pagava bem, era 5 mil réis. Porque era o dinheiro do vespéral. Pagava bem, sem falar nas mulheres deitadas quando a gente entrava nos bordéis. Que as mulheres tudo deitada e a porta semi-aberta. Ela nos deixava ver aquelas mulheres, ali já dava para se masturbar.<sup>295</sup>

---

<sup>293</sup> Entrevista realizada com o senhor Francisco Canindé Costa no dia 07 de fevereiro de 2010

<sup>294</sup> Idem. *Ibidem*

<sup>295</sup> Idem. *Ibidem*

O depoente praticava os bordéis de forma bem particular. A finalidade de sua visita aquele espaço era meramente de prestação de serviço à madame, porém, as olhadas que escapavam pelas portas entreabertas era o suficiente para que ele se imaginasse enquanto cliente e possuidor das prostitutas. É interessante ressaltar que prestar favores as madames poderia ser considerado uma prática comum na cidade de Mossoró. Os garotos não eram rechaçados pela sociedade ou pela família caso tivessem acesso aos bordéis sob a prerrogativa da prestação de serviço no afã de auferir alguns trocados. Como nos afirma o senhor Canindé: “Isso era uma prática comum dos meninos da época. Os meninos, naquela época existia, todo mundo era de recado, rapazinho de recado. Eu fui menino até 17, 18 anos, jogava bola ali.”<sup>296</sup>

Quando perguntado sobre as brigas que aconteciam na zona, o senhor Canindé nos informa que apesar de existirem conflitos nos bordéis, as pessoas não tinham receio de frequentar tais espaços

Ninguém tinha medo não. Naquela época todo mundo andava armado, era revolver, peixeira, punhal naqueles forrós. Você passava ali, eu ficava do lado de fora olhando porque não podia chegar perto. O forrozão comendo lá. Ainda me lembro das músicas que saía. Tinha uma música muito ilustrada que dizia assim: “boneca de pano sambando no cabaré, poderia ser bonequinha de louça, tão moça, mas não é”, aí o pandeiro velho: “tique tum, tique tum, tique tum.... eu doído para cair lá dentro e não podia.”<sup>297</sup>

No depoimento acima mais uma burla se torna perceptível ao nosso olhar, visto que as pessoas costumavam portar armas, mesmo se tratando de uma prática ilegal. Assim, quando os ânimos se exaltavam, elas eram convocadas ao uso, provocando muita confusão na zona do meretrício. Os conflitos quase sempre se resolviam com a presença da polícia que mantinha seu distrito, não por acaso, naquela mesma localidade. Outro aspecto importante na narrativa do depoente faz referência à música que ele elegeu para caracterizar a prostituta. A canção expressa dois estereótipos lançados à mulher, a saber: bonequinha de louça e, portanto frágil, o que justificaria muito cuidado e zelo; ou boneca de pano, igualmente bonita, porém, menos delicada e protegida.

As narrativas do senhor Edilson e do senhor Canindé são ilustrativas para percebermos quão tênues e singulares são as representações que os sujeitos elaboram acerca dos espaços que praticavam. Ambos evocam lembranças de um passado que

---

<sup>296</sup> Idem. *Ibidem*

<sup>297</sup> Idem. *Ibidem*

guarda uma infância repleta de imaginário, que conjugava práticas infames e deliciosas. Esse sabor pode ser sentido nas narrativas de Edilson e na descrição que faz da sua trajetória sexual pelos espaços acunhados de *baixo* meretrício pela imprensa local. O som do pandeiro ainda marca o ritmo na memória de Canindé e compõe a paisagem da zona mossoroense.

### 3.2 Os lugares da festa na Rua Nilo Peçanha

A zona do meretrício costuma ser caracterizada como um lugar de desvio, de desregramento, de desorganização e ausência de moralidade. São muitas as percepções que se têm desse espaço como sendo aquele que abriga o crime e a violência, bem como se constitui também como foco de doenças venéreas. São exíguas, portanto, as concepções que percebem a zona de prostituição como um lugar festivo, como ambiente que promove a sociabilidade entre as pessoas que o freqüentam. Geralmente tal concepção é compartilhada entre os clientes que praticam aquele espaço, ficando a sociedade com a representação veiculada pelos meios de comunicação que, comumente apresentam a zona nas páginas policiais como lugar maldito e perigoso.

As narrativas orais, elaboradas por meio da memória nos permitiram perceber a zona do meretrício em Mossoró sob outro viés que não aquele já esboçado pela crônica policial que costumava conferir àquela uma espacialidade já marcada pelo pecado e condenada socialmente; pois a memória “(...) como propriedade de conservar certas informações remete-nos, em primeiro lugar a um conjunto de funções psíquicas, graças às quais o homem pode atualizar impressões ou informações passadas, ou que ele representa como passadas.”<sup>298</sup>

Essas representações são evocativas de um tempo que não mais existe e, por isso mesmo, apresentam-se passíveis a imprecisões no que concerne a datas e eventos, cujo significado é, antes de tudo, uma valoração imanente ao sujeito narrador. Assim, partilhamos da concepção elaborada por Le Goff, segundo a qual “a memória é um elemento essencial do que se costuma chamar *identidade*, individual ou coletiva, cuja

---

<sup>298</sup> LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. Campinas: Editora da Unicamp, 2003, p. 419

busca é uma das atividades fundamentais dos indivíduos e das sociedades de hoje, na febre e na angústia.”<sup>299</sup>

A identidade ou as identidades de forma plural são tecidas e/ou apresentadas nas narrativas que mostram um pouco da história de vida dos sujeitos que vivenciaram o tempo áureo dos bordéis em Mossoró. É por meio desses depoimentos que conseguiremos perceber outra espacialidade, agora mais festiva e menos ameaçadora da moral e dos bons costumes, como nos sugere dona Francisca da Silva Bicoura, mais conhecida como Chiquinha

Ele tocava lá. Meu esposo tocava naquelas festas, naquelas boates até de manhã. Quando era tal hora vinha para casa e, continuava aquelas festas. Até as animações, aquelas amigas boas, aquele povo bom, isso não existe mais. Todo mundo desapareceu. Não é essas que tem hoje no meio da rua não, que ninguém dá valor a elas. (...) Eu trabalhava como costureira com uma amiga aqui, quando chegava à época do carnaval, nós fazíamos as roupas dessas mulheres. Nós passávamos a noite inteira costurando para de manhã entregar aquelas fantasias para as mulheres saírem.<sup>300</sup>

O depoimento de dona Francisca Bicoura, uma senhora já aposentada e casada com seu Antônio Bicoura nos apresenta os espaços dos bordéis como o endereço da festa em Mossoró. As representações que elabora acerca de uma espacialidade condenada pela imprensa e, de forma mais elástica pela sociedade, não é de condenação da zona, tampouco das mulheres que a praticavam. Essa conduta se justificava, talvez pelo fato de dona Francisca Bicoura assegurar naqueles espaços uma clientela cativa para a sua profissão de costureira, o que lhe possibilitava a convivência com os agentes da zona, mesmo sem freqüentá-la à noite, como o fazia seu esposo. Não obstante, este não freqüentava os bordéis na condição de cliente, mas de sanfoneiro profissional, sendo um dos responsáveis pela animação das noites mossoroenses.

É importante observarmos como a narrativa de dona Francisca Bicoura é construída. Ela parte da realidade vivenciada no bairro – que hoje é foco de prostituição e tráfico de drogas – para elucidar uma época que considerava festiva e animada. Ela nos sugere que as mulheres da vida, pelo menos as que freqüentavam os bordéis de luxo, desfrutavam de certo respeito e representação se comparadas àquelas que atuam nos dias de hoje na mesma rua. Conforme lamenta a depoente “A boate não existe mais,

---

<sup>299</sup> Idem, p. 469

<sup>300</sup> Entrevista realizada com a senhora Francisca da Silva Bicoura no dia 03 de fevereiro de 2010.

não tem mais isso, quase não tem mais, a boate quem faz é elas, onde elas chegam elas se deitam.”<sup>301</sup>

Acreditamos que essa suposta valorização imputada às prostitutas lembradas pela depoente seja reflexo da discrição das atividades sexuais que, no tempo evocado por ela, se davam em lugares fechados, fossem nos *chatôs* ou em bordéis de luxo da cidade. Essa discrição das práticas sexuais deixou de existir juntamente com os bordéis, uma vez que nos dias atuais as prostitutas costumam realizar o programa até mesmo nos espaços públicos aos olhos das famílias e da sociedade.

Nessa perspectiva, as fronteiras entre o público e o privado se apresentam no discurso para definir o lugar das práticas, para redirecionar a espacialidade do sexo na cidade. Este poderia existir, mas de forma secreta, escondida dos olhos da moral, o que permitia a sociedade fingir que a prostituição não existia; que os espaços do prazer não decoravam a cidade, não arregimentava os mesmos homens de família que gastavam o dinheiro e as energias nos bordéis para, depois, se recomparam no aconchego do lar.

O esposo de dona Francisca Bicoura, seu Antônio Bicoura era sanfoneiro nas horas vagas e, durante o dia trabalhava nas salinas em cidades vizinhas à Mossoró. Quando estava na cidade era requisitado pelos donos dos estabelecimentos de diversões para animar as noites com a música que fazia com os amigos.

Eu tinha uma sanfoninha ruim, ai eu fui para salinas, chegando lá eu comprei outra melhor e fiquei tocando por aqui no Alto do Louvor. Fiquei tocando umas coisinhas pouca, mas dava pra ir. Trabalhava, tinha meus trabalhos também. Na segunda-feira eu ia para as salinas, sexta-feira eu vinha e ficava pegando forró no sábado e domingo. Toquei muito, toquei muito graças à Deus. Achei muita gente boa naquela época.<sup>302</sup>

O senhor Antônio não se assume como cliente, até porque a entrevista que nos concedeu foi em parceria com sua esposa, dona Francisca Bicoura que nos confessou que seu Antônio admitia características de boêmio. Ele bebia bastante e ficou claro que essa prática não a agradava muito. Segundo ela,

Ele não bebe mais nada, ele pode chegar e quererem botar, mas ele não toma cerveja porque faz mal, toma refrigerante e também faz mal. Ele vai na onda também, porque ele gostou muito de beber. Bebeu muito, bastante. Ai, hoje nós não deixa mais não. Não tem mais essa licença não.<sup>303</sup>

---

<sup>301</sup> Idem. *Ibidem*

<sup>302</sup> Entrevista realizada com o senhor Antônio Francisco Bicoura no dia 03 de fevereiro de 2010.

<sup>303</sup> Idem. *Ibidem*

Beber, jogar e freqüentar a zona do meretrício fazia parte da rotina de muitos homens em Mossoró na metade do século XX. E quando tais transgressões eram realizadas em um bordel, o estereótipo do boêmio era ratificado ainda mais, assim como sua masculinidade. No entanto, essa mistura nem sempre produzia bons resultados sendo freqüentes os desentendimentos nos bares e bordéis, tanto aqueles que se situavam no *Alto do Louvor* quanto os localizados no *Rasga* e no *Cai pedaço*. Dona Francisca Bicoura endossa o discurso jornalístico afirmando que na zona geralmente “dava briga e dava morte”<sup>304</sup>. No entanto, mesmo reconhecendo os conflitos existentes nos bordéis, a depoente nomina essa espacialidade como festiva. De forma símile o senhor Canindé ressalta que

Todo cantor quando saía do show como Nelson Gonçalves e outros como Lino Silva, Ari Lobos, vinha fazer show – porque os shows aqui ou era no Cine Pax ou era no Cine Caiçara – quando saía daquele show ia lá para o cabaré. Não era só Waldick Soriano que fazia não, eles todos faziam isso. E os políticos também, deputados da época e doutores andavam muito pelo cabaré.<sup>305</sup>

Torna-se perceptível que as festas oficiais tinham seu desdobramento na zona do meretrício com a presença dos cantores que não desperdiçavam uma boa noite no cabaré. Os bailes se davam nos *bons* espaços, como no Cine Pax ou Cine Caiçara, ambientes aos quais as prostitutas não tinham acesso, pois a sociedade as rechaçava e uma moral instituída tacitamente erguia fronteiras simbólicas para a utilização de certos ambientes. No entanto, as festas se estendiam aos bordéis arregimentando pessoas da *alta* sociedade mossoroense que, mesmo freqüentando espaços considerados de luxo não estavam, necessariamente, isentas das brigas e confusões que ocorriam naqueles espaços.

Sim! Me lembro de uma coisa que eu nunca esqueci. Um ditado do finado padre Umberto da paróquia aqui de Mossoró na catedral. Então o padre Umberto no sermão disse: “Olhe, ontem lá no meretrício assassinaram mais um”. Naquele período toda semana ali matava gente, toda semana, não passava em branco. “... mais um foi morto lá na zona de meretrício, no cabaré, numa boate chamada Cassino Las Vegas”, e as famílias por sem-vergonhice – porque padre Umberto não tinha papa na língua não – e as famílias por sem sem-vergonhice diz que é coisa do destino e ninguém pode com o destino. “... e eu pergunto: eu sou Vigário aqui há 25 anos e ninguém

---

<sup>304</sup> Idem. *Ibidem*

<sup>305</sup> Entrevista realizada com o senhor Francisco Canindé Costa no dia 07 de fevereiro de 2010

trouxe o destino para morrer aqui na catedral”. Ninguém tinha seu destino para morrer em cabaré. Isso eu nunca esqueci e mais dito pelo padre!<sup>306</sup>

A boate *Las Vegas*, citada acima no depoimento do senhor Canindé era classificada como sendo de *alto* meretrício e, segundo o sermão do padre Umberto havia sido palco de homicídios. Fica evidente nesse sermão evocado pelo depoente que não era apenas a imprensa mossoroense que se utilizava do discurso jornalístico para deter a prostituição na cidade, associando à zona ao espaço do crime e da contravenção. A igreja também se utilizava do discurso como arma efetiva contra a atividade prostituinte. Segundo o depoente, o vigário atualizava a população dos fatos criminosos ocorridos no meretrício, cujo sermão alertava a população que naquele espaço o encontro com a morte era quase inevitável, ao mesmo passo que incitava as pessoas a escolherem a Igreja em detrimento dos bordéis. Dessa forma, mesmo considerando os conselhos do vigário, seu Canindé, assim como grande parcela da população masculina da cidade de Mossoró, se dividia entre os espaços sagrados e profanos, entre o permitido e o proibido, entre o lícito e o ilícito.

Outra personagem importante da época de ascensão dos bordéis em Mossoró é a senhora Maria Silva de Oliveira, cearense, de 78 anos, popularmente conhecida como Mariola. Ela veio para Mossoró no final da década de 1940 e começou a trabalhar no Grande Hotel<sup>307</sup>, nesse período, o único da cidade. Conforme ela nos relata,

Eu fui empregada no Grande Hotel. No tempo do Grande Hotel, não foi do seu tempo. Eu cheguei aqui nova, eu não me lembro muito bem, eu não me lembro não, eu sei que eu cheguei para trabalhar no Grande Hotel. Trabalhei no Grande Hotel por muitos anos. Do Grande Hotel eu tive uma menina. Ai em 1960, em 1955 eu vim para essa rua, para essa casa. Nessa casa aqui eu botei um restaurante; eu não sabia cozinhar... Eu nunca tinha feito um arroz, mas botei esse restaurante aqui de cabeça, me levantei aqui. Aqui eu... Os maiores homens de Mossoró na nossa época era tudo aqui em casa, era Raimundo Soares, era Dix-Huit, Van Rosado, era muita gente. A alta sociedade era aqui nesse meu restaurante. Quem chegasse em Mossoró que não conhecesse o restaurante de Mariola não conhecia Mossoró.<sup>308</sup>

A depoente reivindica um tempo para si, uma temporalidade que não é a do presente vivido e, tampouco a do entrevistador. Essa postura pode ser interpretada como uma maneira da depoente legitimar sua narrativa, dando uma áurea de veracidade ao

---

<sup>306</sup> Idem. *Ibidem*

<sup>307</sup> Ver anexo 8

<sup>308</sup> Entrevista realizada com a senhora Maria Silva de Oliveira no dia 17 de janeiro de 2011.

enredo que julga exclusivo, haja vista os seus contemporâneos não estarem mais vivos para contar a história desse espaço. Dona Mariola se identifica como a guardiã de um passado que não foi escrito e que utiliza para conferir identidade à cidade e a si mesma. Ela nos informa que a zona era um ambiente muito movimentado e, por conseguinte, seu restaurante também.

Isso aqui em cima era um dismantelo de gente e de carro. Todo mundo podia brincar, todo mundo podia dormir no meio da rua porque ninguém bulia com ninguém. Houve muitas coisas boas; aqui em Mossoró agente só lutava com gente boa. Não se via a violência de hoje, a metade de um quarto da violência que tem hoje, nesse tempo não existia. Era muito bom mulher isso aqui. Hoje não. Hoje só se fala em droga, você não fala em outra coisa a não ser droga. A boca da noite chegava o povo, aí já começava a vir a comida. Era cada mulherona. Só com esse povo rico, era... Com Van Rosado, é porque o povo já morreu tudo mulher, para poder contar melhor. Esse povo já morreu tudo, eu não estou dizendo a você que desse povarado que eu estou lhe contando só tem eu.<sup>309</sup>

A depoente ressalta a riqueza que movimentava a zona e nos é perceptível que o seu restaurante funcionava como ponto de encontro para os casais – vindos dos bordéis ou a caminho deles – fazerem suas refeições. Fica evidente também que boa parte da clientela de dona Mariola era constituída de pessoas que freqüentavam a zona devido à proximidade de seu estabelecimento com os bordéis. O restaurante se localizava em uma esquina da Rua Nilo Peçanha. Entretanto, ela reforça a idéia de que aquela espacialidade era freqüentada pela *alta* sociedade mossoroense e por pessoas importantes de outras localidades que estavam de passagem pela cidade. O movimento iniciava ao cair da noite e o cardápio oferecido pela casa era bastante diversificado,

Aqui era o frango assado na manteiga da terra. Era um fogozão que eu tinha à lenha, aí eu assava tudo no forno. Era nambu, era tatu, era camarão, peixe assado, desse tipo era tudo... Eu só lutava com galinha caipira, não era esses frangos velhos de hoje não, que você come tudo envenenado. Eu comprava de, de muito. O pai delas debulhava feijão aqui fora, era um saco de feijão verde, aí quando eu botava no fogo, aí começava a chegar gente e nós virávamos a noite e fechava no outro dia.<sup>310</sup>

A relação que dona Mariola estabelece com o passado é de nostalgia e valorização de uma época que, segundo ela, não mais existe. Ela se utiliza de uma temporalidade pretérita para apontar os problemas que, comumente, precisa enfrentar

---

<sup>309</sup> Idem. *Ibidem*

<sup>310</sup> Idem. *Ibidem*

diariamente, como por exemplo, a falta de segurança no bairro; realidade essa provocada pelo tráfico de drogas que se estabeleceu no local. Dona Mariola nos apresenta uma época em que as pessoas tinham a liberdade de fruir os espaços com segurança, muito embora a zona do meretrício nem sempre se apresentasse como um lugar tranqüilo e isento de conflitos.

Acreditamos que as pessoas que conviviam naquele espaço se adaptavam as normas de conveniência<sup>311</sup> estabelecidas tacitamente na dinâmica do cotidiano e percebiam que eventos como brigas, arruaças, homicídios, assaltos, engalfinhamentos e facadas se davam, também, em outras artérias da urbe. Certamente as pessoas que conviviam na zona conseguiam perceber, para além das representações elaboradas pelo discurso jornalístico, a beleza, a festa, as trocas promovidas pela sociabilidade criada na zona do meretrício em Mossoró.

Era muita riqueza aqui em cima minha filha. Até eu ganhei muito dinheiro, pois terminei de construir casa, aforremos muito terreno, porque eu vivia com um homem, que é o pai dessa minha menina, mas Jesus já levou. Pois até eu ganhava muito dinheiro aqui; ganhava dinheiro assim de vender comida, aqui era só um restaurante. Era da *alta*, da *alta* meu restaurante. Nós éramos pobres, mas só freqüentava gente boa. Jesus me deu um dom para eu aprender a fazer comer que, eu não estou dizendo a você que quem chegasse em Mossoró e não conhecesse meu restaurante... Uma comparação: quem saísse de Mossoró e chegasse em Natal e no Rio “Vocês conheceram o restaurante lá de Mariola?” se dissessem que não, ai diziam: “então vocês não conheceram Mossoró”.<sup>312</sup>

Essa vida dinâmica e movimentada apresentada pela narrativa de dona Mariola lhe confere um lugar de destaque nesse passado. Mesmo não participando da atividade prostituinte como faziam as meretrizes, clientes e cafetões, ela consegue dar visibilidade a sua trajetória em um espaço condenado moralmente pela sociedade. Sua narrativa é construída no sentido de associar o seu restaurante a pessoas importantes e, mesmo as prostitutas dos bordéis mais elegantes. Não encontramos em sua narrativa, tampouco em uma mesa de seu restaurante os clientes e as mulheres que exerciam suas atividades no *Rasga* ou no *Cai Pedação*, nos passando a impressão de ser o seu ambiente uma casa bem freqüentada.

Nesse sentido, com uma narrativa bem articulada, dona Mariola consegue se colocar como portadora de um discurso que fala de um passado, encontrando nele um

---

<sup>311</sup> MAYOL, Pierre. “A conveniência”. In: **A invenção do cotidiano**. Vol. 2. Petrópolis: Vozes, 1996, p. 46-70.

<sup>312</sup> Idem. *Ibidem*

espaço para si, para a sua memória individual que se mescla com a memória coletiva e se mistura à história da própria cidade. Como ela mesma afirma, conhecer seu restaurante e, por conseguinte, conhecê-la era condição *sine qua non* para conhecer a cidade de Mossoró. Portanto, o seu restaurante, mesmo inscrito em uma espacialidade considerada maldita, adquiria – pelo menos em seu discurso – legitimidade e visibilidade perante os outros espaços da urbe.

### 3.3. “Filho de rapariga”: os lugares de fronteira

Minha mãe era mulher solteira. Se eu começasse a andar com o filho de fulano de tal, aí tinha aquela discriminação: ‘Há! É filho de rapariga’, tá entendendo? As pessoas rejeitavam, não queria que você andasse com os filhos delas. Para ganhar confiança da pessoa, para andar com o filho de uma mulher casada... Eu ouvi muito: “há, você vai andar com isso? Isso é filho de mulher solteira, isso é filho de rapariga”<sup>313</sup>

O fato da mãe do senhor Edilson ter sido *mulher da vida* por um determinado período, fez com que ele recebesse, por herança, parte do preconceito que as pessoas depositavam em sua mãe. O estereótipo que lhe imputavam, a saber, o de filho de rapariga, funcionava como uma fronteira moral que restringia suas amizades e o identificava nos espaços que costumava freqüentar na cidade. Nessa perspectiva, embora Edilson, quando rapaz, não residisse na zona – pois sua mãe e os seus irmãos tinham residência na Av. Alberto Maranhão – a atividade exercida por sua mãe, bem como os movimentos pendulares que a mesma fazia rumo à zona era suficiente para marcar moralmente a pessoa de seu Edilson. Essa marca que identifica o outro, que o nomina e o classifica se apresenta como estigma. De acordo com Goffman, ocorre aos indivíduos estigmatizados que

(...) os padrões que ele incorporou da sociedade maior tornam-no intimamente suscetível ao que os outros vêem como seu defeito, levando-o, inevitavelmente, mesmo que alguns poucos momentos, a concordar que, na verdade, ele ficou abaixo do que realmente deveria ser. A vergonha se torna uma possibilidade central que surge quando o indivíduo percebe que um de

---

<sup>313</sup> Entrevista realizada com o senhor Edilson Galdino da Costa no dia 7 de fevereiro de 2010.

seus próprios atributos é impuro e pode imaginar como um não-portador dele.<sup>314</sup>

A identidade social dos desviantes acaba sendo constituída não apenas pela identificação que os membros da sociedade elaboram e dão a ver acerca dos estigmatizados, mas, sobretudo por eles próprios, ao incorporarem a forma como são identificados, ou seja, a auto-identificação e reconhecimento das divergências. Nesse sentido, o sujeito depoente assumia uma identidade que lhe era imposta pela sociedade, qual seja: a de filho de rapariga, sendo o seu estigma construído a partir da ausência do matrimônio que legitimaria a instituição familiar. Por isso, não suscitava espanto que no contexto da cidade de Mossoró a identificação de *filho de rapariga* estivesse diretamente relacionada ao estigma de *mãe solteira*, e que este quase sempre funcionasse como sinônimo de prostituta.

Nesse sentido, a formulação estigmatizadora em torno da prostituição é uma construção ideológica para explicar a sua inferioridade e mostrar o perigo que ela representa. Significa a racionalização das animosidades baseadas em outras diferenças, tais como o sexo e as desigualdades entre os grupos sociais.<sup>315</sup>

A representação do *filho de mãe solteira* como sendo *filho de rapariga* apresenta-se como uma extensão do preconceito imputado às prostitutas. É uma forma de punir a mulher que se arriscava a enveredar pelos caminhos destinados exclusivamente às mulheres casadas. A maternidade era concebida como uma atividade incompatível à figura da prostituta, cuja atividade está vinculada ao pecado. Assim, os filhos das prostitutas são, antes de tudo, percebidos como frutos do pecado, cuja concepção havia se dado fora do matrimônio.

A condição de mãe-prostituta era percebida como uma anomalia social; era como se a prostituta estivesse usurpando uma prerrogativa imanente apenas as mulheres casadas que praticavam uma sexualidade sadia. É sabido que havia em Mossoró muitas prostitutas que tinham filhos, porém, estes eram criados por outras mulheres e, na maioria das vezes em outras artérias da urbe afastadas da zona. Assim, quando algumas mulheres solteiras se tornavam mães e conciliavam essa função com a atividade prostituinte, acabavam por sujeitar seus filhos ao preconceito sofrido por elas. Esse estigma atingia as crianças por extensão e produzia apartações sociais visíveis no

---

<sup>314</sup> GOFFMAN, Erving. **Estigma**: Notas sobre a Manipulação da Identidade Deteriorada. 4 ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1988, p. 17.

<sup>315</sup> Idem. *Ibidem*, p. 15

cotidiano da cidade. Seu Edilson costumava ser rechaçado e impedido de estabelecer relações de amizade com filhos de mulheres casadas e estava, na maioria das vezes, vulnerável ao julgamento de suas ações pela sociedade,

Qualquer coisinha que agente fizesse, que despertasse a atenção de alguém, vinha logo com esse lado: é filho de rapariga, porque filho de rapariga não tinha pai, e se não tinha pai, num vale nada. Então eu conquistei muitas amizades com o decorrer do tempo com minha personalidade, mas, se dissesse assim: você vai sair com fulano hoje, porque você é filho de mulher solteira era rejeitado pela mãe dele, pelos pais. A gente era discriminado. Quando chegou a televisão aqui em Mossoró... Eu cansei de assistir televisão ali na casa das pessoas pela janela. A gente assistindo pela janela ou pelas rótulas. Às vezes, quando a pessoa convidava para entrar e a gente aceitava, ia sentar num cantinho assim para assistir; se alguém soltasse um pum, ninguém tinha... só quem tinha cú era, no caso, era a gente que era filho de rapariga, tá entendendo? Essa coisa.<sup>316</sup>

Assim como a mãe do depoente havia várias mulheres, mães solteiras ou não, que moravam com a família e trabalhavam à noite nos bordéis. Elas driblavam algumas fronteiras, mas não havia como burlar a maior de todas, a saber, a do preconceito imputado pela sociedade à prostituição. Entretanto, atualmente esse preconceito é minorado em alguns depoimentos quando se compara o passado com o presente. Talvez essa relativização da prostituição que se dava no passado, ou mesmo uma defesa das atividades dos bordéis em Mossoró da metade do século XX se deva a uma negação, por parte dos depoentes, da realidade que presenciam hodiernamente.

O uso exacerbado de drogas, o tráfico que impera a luz do dia no bairro e a prostituição de meninas jovens às vistas das famílias se apresenta como uma realidade caótica e diferente daquela lembrada pelos depoentes, pois a prostituição tinha endereço para acontecer. As prostitutas do passado costumavam respeitar os códigos de conveniência que são desconhecidos nos dias de hoje pelos agentes que atuam no bairro. As fronteiras estão se tornando cada vez mais fluídas ou mesmo inexistentes na Rua Nilo Peçanha, realidade que difere da apresentada por dona Raimunda, uma costureira que conta hoje com 83 anos de idade e que expressa saudade e, ao mesmo tempo indignação ao lembrar que

Naquele tempo tinha um pessoal muito bom, tudo ótimo. Não é como hoje, essa bandidagem não. Antigamente existia gente no mundo. Eram tudo minhas freguesas, a casa vivia cheia. Mas graças a Deus, nesse tempo tinha gente que prestasse, hoje em dia não tem mais mulher, hoje só tem

---

<sup>316</sup> Entrevista realizada com o senhor Edilson Galdino da Costa no dia 7 de fevereiro de 2010.

vagabundagem. Porque a marginalidade tá horrível em Mossoró. No meu tempo era muito diferente de hoje. Hoje ninguém encontra as pessoas daquela época não; mas não encontra mesmo! Nem de luz acesa você não acha. Naquele tempo rapariga morava em meio de família e tudo. Hoje, quem já viu uma rapariga morar no meio de família? Porque não pode. Se botar a polícia vem logo botar para fora, porque não tem condições de morar no meio de família. E naquela época morava. Elas moravam no meio de família e freqüentava à noite freqüentava lá, não sabe? Tinham casa particular, entende como é? Tinha casa particular e a noite freqüentava no cabaré. Hoje em dia, por causa das drogas, só tem *noiada* no meio da rua, não tem mais uma mulher que preste por aqui. É a noite todinha. Aí nessa casa vizinha é uma boca de fumo, mas é a noite todinha o povo comprando droga. Não sei como é que vive! E eu com 82 anos, eu chega me revoltou, uma mulher tão nova, tão boa de trabalhar e eu com 82 anos não paro um minuto.<sup>317</sup>

A rememoração do passado a partir de uma análise do presente também é elaborada por seu Francisco Canindé quando nos apresenta a falsa moralidade que imperava em Mossoró em contraponto com a aceitação de certas condutas morais nos dias de hoje. Ele nos lembra que

Aquelas mulheres daqueles tempos, como se fosse hoje... ai eu ficava assim, matutando, analisando a diferença. As mulheres daquele tempo, se elas chegassem numa casa com sede e pedisse água, ela não recebia essa água. Porque era mulher de cabaré, era isolada. Aquele pessoal que não dava água a uma mulher daquela, hoje bota dentro da sua casa através do vídeo da televisão uma ruma de sapatão e baitola, de mulher sem compostura, sem nada, mulher safada. Mulher que casa 14 vezes não pode ser uma mulher. É pior do que aquelas prostitutas no tempo ali, do meu tempo ali do cabaré. Ficam tudo dentro de casa assistindo, quer dizer, sempre foi, a vida de um modo geral, uma mentira e continua sendo uma mentira, hoje com mais hipocrisia ainda do que naquela época. A pessoa quando não gostava, não gostava e pronto. Hoje não, não gosta mais alisa. Passa a mão por certas conveniências. É assim.<sup>318</sup>

O depoimento do senhor Canindé é elucidativo para demonstrar o preconceito que as prostitutas de Mossoró sofriam da sociedade. Torna-se visível a existência de espacialidades morais bem definidas na urbe: uma para a família e outra para as mulheres de cabaré. Estas não deveriam ousar praticar os espaços destinados àquelas e, de forma análoga, era vetado às mulheres casadas e moças de família freqüentar ou mesmo se aproximar da zona de meretrício da cidade. Entretanto, é válido ressaltar que as regras nem sempre eram cumpridas, longe disso, as burlas e estratégias elaboradas pelos usuários da cidade agiam mais no sentido de romper as fronteiras do que se preocupava em consolidá-las.

---

<sup>317</sup> Entrevista realizada com a senhora Raimunda de Oliveira no dia 03 de fevereiro de 2010.

<sup>318</sup> Entrevista realizada com o senhor Francisco Canindé Costa no dia 07 de fevereiro de 2010

O senhor Canindé lança críticas à forma como a sociedade mossoroense tratava as mulheres de cabaré, apontando a hipocrisia que, segundo ele, vigorava nas famílias de tempos remotos e se arrasta até o presente. Esta hipocrisia se apresenta quando as mesmas famílias que recriminavam a prostituição na década de 1950 e 1960 em Mossoró passam a aceitar com certa naturalidade a presença, mesmo virtual, de cenas que demonstram a união de pessoas do mesmo sexo e a postura de mulheres que colecionam casamentos.

No entanto, devemos observar que o depoente incorre no mesmo preconceito que outrora critica quando deixa transparecer que não aceita que uma mulher seja casada várias vezes. Na verdade, embora a mulher estivesse amparada pelo casamento – uma instituição aceita socialmente e, portanto, legitimadora do sexo – o que se torna inaceitável para o depoente é o fato de a mulher dispor de vários parceiros, de consumir o ato sexual com vários homens, uma situação parcialmente semelhante à vivenciada pelas mulheres de cabaré. O depoente compara a postura das prostitutas do *alto e baixo meretrício* em Mossoró com as mulheres de hoje, mas se esquece de considerar que a mulher, assim como a prostituição, possui historicidade.

Contudo, podemos afirmar que a zona do meretrício se apresentava como lugar heterotópico na medida em que essa espacialidade se configurava como maldita e, ao mesmo passo, era aceita e institucionalizada pela ordem municipal. Os bordéis que se localizavam tanto no *Alto do Louvor* como no *Rasga* ou *Cai Pedaco* abrigavam, todos eles, regras e condutas desviantes, condenadas por uma sociedade que não aceitava a existência da prostituição, mas que se obrigava a conviver, mesmo que do outro lado da fronteira, com a existência da zona, cuja espacialidade se mantinha, principalmente, devido à grande demanda masculina proveniente da boa sociedade mossoroense. Eram eles que driblavam com mais contumácia as fronteiras da moral, pois desfrutavam das espacialidades consideradas “*sadias*”, ao mesmo tempo em que praticavam os espaços profanos. Esse movimento pendular também era praticado pelas mães-prostitutas e pelos adolescentes que, mesmo à revelia da polícia, praticavam a zona e desfrutavam dos prazeres da noite.

Portanto, era justamente esse jogo antagônico e, diríamos até dialético de negação e aceitação da prostituição que a mesma se sustentava, pois era exatamente a noção do proibido e do pecado que induzia os indivíduos à transgressão. Os bordéis mossoroenses poderiam oferecer a fruição de uma espacialidade deslocada de uma moral que condenava o sexo e o restringia à procriação. Naqueles espaços o homem era

livre e, por conseguinte, a mulher também, embora nem sempre essa liberdade feminina fosse colocada em evidência.

### 3.4 “*Lá vem a polícia*”: os menores e suas estratégias de burla

A presença de autoridades policiais nos bordéis, bares e artérias da cidade de Mossoró pode ser considerada como rotineira nas décadas de 1950 e 1960. O próprio distrito policial se localizava na zona do meretrício, certamente por se considerar aquela espacialidade mais propensa a existência de conflitos e, portanto, mais carente da presença dos agentes da ordem que, naquele período, precisavam cumprir as diligências a pé ou de bicicleta escoltados por um pequeno contingente policial.

A delegacia de polícia era constituída de um quarto que se avizinhava aos *chatôs* do *Rasga* e tinha como autoridade máxima o tenente Clodoaldo que depois de algum tempo transferiu o cargo para o sargento Ladislau. Conforme nos afirma dona Francisca Bicoura, em Mossoró desse período “tinha aquelas polícias antigas. Clodoaldo era o chefe e depois ficou Ladislau. No tempo da gente a polícia era essa”<sup>319</sup>

Nesse contexto, os menores eram proibidos de freqüentar as casas de jogos e os bordéis, assim como de consumir bebida alcoólica. Entretanto, mesmo com a presença efetiva da polícia nas zonas, essas determinações nem sempre se faziam cumprir, graças às burlas operadas pelos sujeitos na cidade ao inventar o seu cotidiano. Contudo, mesmo diante das práticas inventivas dos sujeitos na urbe, os rapazes costumavam respeitar a autoridade policial, não desafiando sua presença, tampouco ignorando a autoridade que exerciam. O descumprindo das normas no que se refere à proibição dos menores em ter acesso aos lugares *malditos* se dava de forma sub-reptícia, isto é, apenas à surdina, com o devido cuidado para não ser apanhado em flagrante. Para isso, os rapazes contavam com a ajuda e a cumplicidade de muitos amigos que tratavam de avisar

“Lá vem a polícia”, aí a polícia vinha de bicicleta, aí pegava o cara, quando eram aqueles mais vagabundos, prendia lá. Aí o cara passava um dia, dois, preso. Era a polícia que determinava quando ele saía. Aí depois, quando tinha algum cara preso, ele ficava limpando mato, carregando alguma coisa, não ficava sem fazer nada não. Passava tantos dias e depois soltava, entendeu? Cansei de ver aquilo ali. Não é como hoje que o cara vai preso, dependendo

---

<sup>319</sup> Entrevista realizada com a senhora Francisca da Silva Bicoura no dia 03 de fevereiro de 2010.

do ato, o cara chega ali e solta na mesma hora. Não tinha esse negócio de soltar na hora não. Vi também algumas brigas bestas. Essas coisas quando eu via, eu saía de perto, eu já não gostava de violência, mas vi muitas brigas bestas. Agora era briga assim, de fulano brigando de bufete; quando muito acontecia era o cara pegar uma garrafa e quebrar para fazer arruaça, mas ali já vinha a polícia e prendia, porque lá no Rasga era o seguinte: era uma vila de quarto, o último quarto era a Delegacia.<sup>320</sup>

As representações elaboradas pelo depoente acerca da zona do meretrício em Mossoró apresentam-na sob uma perspectiva diferente daquela construída pelo discurso jornalístico. Embora não tenha o objetivo de esconder os conflitos, as narrativas apresentam aquela espacialidade não como um lugar perigoso em que a morte poderia estar à espreita, mas como lugar festivo em que se poderia desfrutar de uma boa companhia, tomar uma bebida e jogar conversa fora até o apito do cabo Ladislau intimar os amantes da noite a voltar para a casa.

Quando recolhidos à delegacia, os infratores eram colocados a trabalhar e liberados depois de alguns dias quando o delito não requeresse a instauração de inquérito policial. Ao relembrar esse cotidiano, o depoente deixa implícito que naquele período a força policial era mais eficaz e respeitada, assim como garantia de forma mais enérgica a tranqüilidade dos moradores da cidade. Ele expressa certa estranheza com o fato de muitos sujeitos, nos dias de hoje, serem liberados após prestar depoimento nas delegacias por algum delito e, mesmo com a presunção de culpa, poder desfrutar da prerrogativa de responder o processo em liberdade.

Os conflitos e as brigas que ocorriam na zona do meretrício quase sempre solicitavam a presença das autoridades policiais que atuavam no sentido de prender os causadores do litígio e restaurar a ordem. O interessante é percebermos a atuação dos agentes da ordem em uma espacialidade que, por sua natureza, se apresentava contrária a ela. A atividade sexual comercializada nos bordéis através do agenciamento de mulheres já se caracterizava para o Código Penal como contravenção e, mesmo assim, a ordem atuava naqueles espaços. Essa atuação da polícia em um espaço fora de lugar, ou seja, fora da ordem o caracterizava enquanto espaço heterotópico.

As interdições e as burlas se apresentavam na espacialidade da zona da seguinte forma

Então, o cabaré daquela época era assim: a gente de menor andava escondido por ali, porque o de menor... A gente só tirava documento naquela época depois do serviço militar, antes você não tinha documento nenhum. Depois

---

<sup>320</sup> Entrevista realizada com o senhor Edilson Galdino da Costa no dia 7 de fevereiro de 2010.

que prestava o serviço militar é que tirava esses documentos. Eu andava por ali escondido. Tinha uma patrulha que se chamava o “cordão de Lasdilau”, tinha o sargento Ladislau, que por sinal morreu, era um barbudo; morreu louco de tanta ruindade que fez.<sup>321</sup>

Como bem salientou o depoente os menores andavam na zona às escondidas e sempre alerta as investidas da polícia que realizava a ronda e determinava a hora que as casas de diversões deveriam encerrar suas atividades. Assim, os proprietários obedeciam ao sinal de apito do sargento Ladislau no sentido de fechar as portas dos bordéis, o que não implicava, necessariamente, no encerramento das atividades noturnas. Estas, geralmente continuavam acontecendo à surdina nos bordéis, que embora não recebessem mais clientes depois do fechamento das portas, faziam a festa com aqueles que estavam dispostos a pernoitar.

A polícia era o finado Ladislau, andava com seis, oito praças. Todos iam buscar o cabaré acima, cabaré abaixo a noite todinha. Não tinha esse negócio não. Tinha a hora de abrir que, uma comparação, que era de manhazinha. Abria para fazer a limpeza e depois vinham e arrumavam as mesas. Era o dia todinho, eu não estou dizendo a você que isso aqui era o dia todinho, não tinha sábado, nem domingo, nem nada. Havia gente de fora, de tudo quanto era jeito, muita mulher famosa. Aqui em casa não era direto não, porque eu não tinha condições de passar a noite vendendo comida e não ter o descanso mais tarde. Mas os cabarés eram tudo cheio, era aquele de manhã à noite.<sup>322</sup>

Conforme nos apresenta a narrativa acima, a dinâmica da zona era intensa, recebendo clientes todos os dias; agitação essa que movimentava o comércio de dona Mariola. De fato, o horário de abertura dos cabarés e dancings era estipulado pelo Código de Postura de Mossoró de 1966, Capítulo II, Art. 177, inciso XIV, em que os bordéis e outros estabelecimentos do mesmo ramo deveriam funcionar das 20 às 2 horas da manhã seguinte”.<sup>323</sup>

A depoente nos afirma que a polícia atuava de forma intensa, não apenas quando era solicitada, mas estabelecia uma ronda noturna constante para manter a ordem. Quando, nessas investidas nos bordéis, os policiais encontravam algum menor em flagrante, a situação deveria se complicar para o dono do estabelecimento que, em tese, seria o responsabilizado pela infração notificada. Além disso, o menor era encaminhado à família que deveria se comprometer a fazer com o mesmo não reincidisse na infração.

<sup>321</sup> Entrevista realizada com o senhor Francisco Canindé Costa no dia 07 de fevereiro de 2010

<sup>322</sup> Entrevista realizada com a senhora Maria Silva de Oliveira no dia 17 de janeiro de 2011.

<sup>323</sup> Código de Postura de 1964. *Op. Cit.*

Temos registro de que em 1957 a 2ª Vara da Comarca de Mossoró estabeleceu portaria <sup>324</sup> regulamentando a presença de menores nos divertimentos públicos. Nesse documento o juiz competente recomendava, dentre outras coisas que

“I – não permitam a entrada de menores que aparentem menos de 18 anos, estejam ou não acompanhados de adultos, em espetáculos e exposições consideradas IMPRÓPRIAS OU PROIBIDAS PARA MENORES (...) PROIBAM A PERMANÊNCIA DE MENORES DE 14 ANOS EM ESPETÁCULOS APÓS AS 20 HORAS; (...)V – Não permitam o ingresso de menores de 18 anos em casas de bilhares e Snookers ou bailes públicos, qualquer que seja o título ou denominação que adotem, bem como o acesso aos menores de 21 anos aos cabarés, bares noturnos e congêneres E CASAS DE JOGO.

É interessante perceber que as determinações acima atuam no sentido de vetar aos menores o acesso a certos estabelecimentos após as 20 horas, mesmo horário estabelecido para o início do funcionamento dos bordéis. Assim, quando os bordéis abrissem suas portas, os menores já deveriam, em tese, estarem todos se encaminhando para casa, sob pena de serem apanhados pela polícia. Não obstante, se verificamos a presença desse dispositivo legal para regulamentar a hora em que os menores deveriam se recolher, podemos igualmente inferir que estes costumavam freqüentar as artérias da urbe além desse horário, cujo destino também era aquele que precisou ser proibido pela lei.

Nesse sentido, não precisamos de muito esforço para inferir que nem sempre a lei era cumprida à risca, pois conforme nos relata o senhor Francisco Canindé

Normalmente o dono do estabelecimento em coloio com Ladislau, ele passava a mão por cima. Agora só que não ficava bom para o menor. É tanto que o menor não se atrevia a entrar, porque tinha medo diretamente da polícia. Naquele tempo se tinha medo de polícia, todo o jovem, menino, tudo tinha medo de polícia. Agente tinha respeito pela polícia, pelo soldado. Hoje em dia ninguém respeita mais o policial, não respeita mais ninguém. Mas naquela época o menino, tanto tinha respeito ao policial como tomava a benção ao padre; menino assim de 16 anos, 17 anos que era menino. Ali onde é o ginásio ali, tinha o Braz Oiticica, a gente ficava brechando de longe. <sup>325</sup>

Assim como o senhor Canindé, o senhor Francisco Cosme Filho, mais conhecido como Burica, aposentado de 56 anos, também relembra as investidas do sargento

---

<sup>324</sup> Portaria de nº 1/1957

<sup>325</sup> Entrevista realizada com o senhor Francisco Canindé Costa no dia 07 de fevereiro de 2010

Ladislau quando rememora o tempo em que teve acesso a zona do meretrício em Mossoró.

E tinha um grande personagem do cabaré que era o sargento Lardilau. Se chegasse a hora do apito, tinha bom não, quem tivesse na farra tinha que acabar. Eu tive acesso a esse contexto com 17 anos, porque de primeiro menino, juvenzinho de 10, de 15 anos era proibido andar por lá, que a polícia não aceitava. Não é como hoje em dia que você anda em todo canto. Aí eu comecei a andar por lá, ia para uma festa e antes da festa eu passava por lá, quando vinha, aí eu ia olhar, olhar os movimentos. E aí fiquei, depois começou... O cabaré era um meio de festa, a maior festa que tinha dentro de Mossoró era lá, porque andava todo tipo de gente. Andava todo tipo da sociedade. O rico quando era a boate mais chique andava os mais chiques. Como se diz, e o mais pobre era no Rasga como eles falavam. No cabaré tinha aquelas horas de fechar. Tinha a hora certa de fechar. Hoje é direto; hoje nem cabaré tem mais. Num sei mais, não me lembro mais do resto não.<sup>326</sup>

Entre espiadas turvas e escorregadias, entre apitadas e carreiras da polícia os depoentes relembram a infância na zona e nos dar a ver, através das representações que elaboram, um pouco da dinâmica dos espaços considerados profanos em Mossoró. Essa memória relembra uma cidade que não figurou como protagonista nas tramas da historiografia local. Esta, até então, não havia se preocupado em investigar o passado da zona, do *Alto do Louvor* e dos bordéis de *baixo* meretrício em Mossoró, todos tão atuantes e freqüentados na cidade nesse período.

Foi a partir das representações da imprensa e dos sujeitos que rememoram, no presente, esse tempo áureo dos bordéis, que tentamos dar visibilidade a um cotidiano marcado pela festa, pela prostituição e pela boemia de muitos homens que são lembrados pela historiografia local apenas por seus feitos políticos e pela posição que conseguiram galgar na sociedade mossoroense. Estes homens, juntamente com os sujeitos anônimos fizeram história em outros espaços, se constituíram em atores em outros palcos, compuseram outras tramas em uma espacialidade que nos foi apresentada em forma de fragmentos, de lacunas que, temos a convicção que carece ser preenchidas por novas pesquisas.

Contudo, foi a partir da memória de sujeitos que, corajosamente, representaram a zona do meretrício num exercício de retorno ao passado, que conseguimos montar nosso mosaico. Assim, se os depoentes lastimam o desaparecimento dos cabarés como redutos de sociabilidade, nós lamentamos a reticência de algumas falas, a interrupção de

---

<sup>326</sup> Entrevista realizada com o senhor Francisco Cosme Filho no dia 31 de janeiro de 2010

algumas memórias que nos obrigam a encerrar, mesmo que temporariamente, nossa jornada em busca do cotidiano de prostitutas, clientes, moças e rapazes que praticavam os bordéis do *Alto do Louvor*, alugavam os quartos de Gigolete e Chica Preta no *Rasga* e no *Cai Pedaco*.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS: Arrematando os fios do bordado

É chegada a hora de arrematar os fios, de olhar o conjunto de pontos que se entrecruzaram para dar sentido e forma ao bordado. Os arremates são provisórios, pois o desenho pode ser alterado, acrescido com novas formas, novas cores, novas perspectivas. Assim como a bordadeira que com seus fios coloridos imprime arte no vazio dos tecidos, buscamos tecer uma história das práticas condenadas para a cidade de Mossoró. Para essa tessitura recorreremos aos discursos impressos e as narrativas orais, que se constituem, ambas, em representações de um passado. Tais representações se ocuparam em dar a ver as burlas, as táticas inventivas dos sujeitos que praticavam os espaços boêmios da Mossoró da metade do século XX.

No escopo de esboçar uma história dos códigos e das práticas cotidianas outras cidades foram dadas a ver, outras espacialidades foram construídas em Mossoró a partir dos discursos e das práticas dos sujeitos que imprimiu à Rua Nilo Peçanha uma marca moral, um estigma que transformou a rua em zona do meretrício. Essa espacialidade, quase sempre compreendida como homogênea e desregrada, também se estruturava a partir de regras de conveniência instituídas pela ordem, pelos sujeitos que a freqüentavam e por aqueles que a condenavam. A zona da boêmia em Mossoró possuía fronteiras que definiam os espaços do *alto* e do *baixo* meretrício, cuja clientela poderia ser encontrada no *Alto do Louvor*, ou mesmo nos *chatôs* do *Rasga* e do *Cai Pedaco*.

Para além de uma divisão tácita entre a zona do meretrício e as outras artérias da urbe, percebemos apartações simbólicas dentro da própria zona que não carregava sozinha as marcas da violência e as estatísticas de homicídios ocorridos na cidade. Estes se davam também em outras ruas, em outros bairros que não apenas na zona da boêmia. Assim, nas moradas de Liliths, Evas e Madalenas da Rua Nilo Peçanha não encontramos apenas brigas, engalfinhamentos e conflitos como nos sugere as fontes impressas. Para além dessa espacialidade forjada como maldita e perigosa, encontramos um ambiente festivo onde homens e mulheres, envoltos a música, bebida, dinheiro e prazer desfrutavam de uma liberdade provisória e até heterotópica para a vivência da sexualidade, bem como costumavam aproveitar a sociabilidade oferecida pelos bordéis.

A cidade pensada pela razão técnica dada a ver através dos códigos de posturas de Mossoró não se apresentava como uma realidade empírica, as cidades ideais e reais que se refletiam nas colunas do jornal *O Mossoroense* se constituíam como uma utopia

urbana que, não raro, negava a zona do meretrício e, ao mesmo passo, a instituía como uma espacialidade maldita.

As representações esboçadas pela imprensa mossoroense apresentava a zona de *alto e baixo* meretrício de forma negativa, criando para ela uma espacialidade maldita. Ao tornar inteligível os espaços dos bordéis e suas práticas por meio do discurso, a imprensa se apresentava como instituidora de um real, pois era também por meio dos relatos nas páginas policiais que os bordéis ganhavam visibilidade na cidade. Esse discurso informava a zona do meretrício como um “*mal lugar*”, como espaço que conjugava o caos e o crime.

No entanto, na tentativa de instituir, mesmo que tacitamente, códigos morais para cidade, o periódico *O Mossoroense* divulgava diariamente muitos conselhos destinados ao público feminino na explícita tarefa de educar ou circunscrever para a mulher uma espacialidade segura e distante da Rua Nilo Peçanha. Mesmo não elencando a prostituta como arquétipo a ser rejeitado, as lições e advertências sempre ocupavam um lugar de destaque no jornal e na vida das famílias. Ao se prescrever condutas a serem seguidas, outras estariam sendo negadas, certamente aquelas adotadas pelas prostitutas na zona do meretrício.

O discurso jornalístico cumpria a tarefa moral de segregar à prostituição, de criar fronteiras simbólicas para separar as mulheres de *casa*, das mulheres da *vida*. Para isso investiu em circunscrever para as prostitutas a espacialidade da zona do meretrício, enquanto para as mulheres *direitas* estavam destinados os demais espaços da urbe, as demais ruas da cidade que poderiam ser fruídas com moderação e parcimônia.

À medida que a zona do meretrício era instituída como o endereço das prostitutas, estas passavam a ganhar um espaço específico, ao mesmo tempo em que perdiam outros espaços da cidade. A partir da construção de uma dada espacialidade, criava-se também uma identidade para a mulher que freqüentava a zona. O reconhecimento dessa identidade, tanto por parte da sociedade como pela própria prostituta imputava sobre a mesma um estigma, uma marca moral que a identificava dentro e fora da zona. Este estigma, na maioria das vezes a impedia de casar, de ter filhos e de freqüentar determinados ambientes na cidade, como os clubes, os cinemas e as igrejas, mesmo que essa proibição estivesse ancorada apenas no campo da moral.

No entanto, nos foi perceptível que as interdições contidas na lei e nos códigos de posturas nem sempre se faziam cumprir, nem sempre ditavam a dinâmica do social. Para além das determinações legais e morais existiam as burlas, as transgressões, as

táticas esboçadas diariamente, muitas vezes à surdina, que passavam a criar outro cotidiano, mais livre, multifacetado e dinâmico. Em Mossoró, os agentes da ordem além de trabalhar para mantê-la, costumavam usufruir dos espaços da boemia, figurando em alguns casos como protagonistas dos conflitos aos quais deveriam evitar ou conter. Algumas prostitutas se tornavam mães e mantinham seus filhos com os proventos de sua atividade. Estavam inseridas nas famílias e, uma pequena minoria – geralmente as cafetinas mais influentes – conseguia auferir respeito dos homens e de algumas mulheres que tinham acesso aos bordéis e seus integrantes.

As burlas e as táticas inventivas dos sujeitos nem sempre estiveram impressas nas fontes de forma que pudéssemos enxergá-las logo na primeira espiada. As transgressões geralmente são apresentadas como práticas ilícitas e condenáveis. Em Mossoró na metade do século XX, não se costumava enaltecer publicamente condutas que escorriam para as margens da moral, ao contrário, buscava-se negá-las e reprimi-las numa clara tarefa pedagógica de moralizar as práticas na urbe. A prostituição apresentava-se como atividade de contravenção e, portanto, não era bem vista socialmente numa cidade que estava nos encalços do progresso.

As fontes impressas apenas nos insinuaram as burlas, pois admiti-las seria o mesmo que publicizar a ineficiência das leis e da ordem. Entretanto, foram nas narrativas que os desvios apareceram mais à vontade. Na oralidade e na trama discursiva o bordel passou a ser apresentado sob outra perspectiva, que não aquela esboçada pela imprensa que dava a ver a Rua Nilo Peçanha como o lugar do crime e da contravenção. As narrativas orais, embora não negassem a existência de conflitos na zona, apresentaram os bordéis também como espaço de sociabilidade, como ponto de encontro, como lugar de festa em Mossoró. O *Alto do Louvor* bem como o *Rasga* e o *Cai Pedação* não foram estigmatizados com as espacializações do *Alto* e do *Baixo* meretrício como fica evidente na análise das fontes impressas; antes disso, foram hierarquizados a partir de outros elementos como a clientela, a estrutura física dos estabelecimentos e a beleza das prostitutas que ofereciam seus serviços nos vários bordéis da cidade.

Portanto, pudemos perceber através das narrativas orais que a presença dos bordéis na cidade não se apresentava como uma afronta a moral e aos bons costumes; as negociações dessa ordem moral eram possíveis, mesmo que as fronteiras simbólicas para o uso dos espaços fossem erigidas em alguns momentos e derrubadas em outros. Exemplo disso, é a existência de mulheres que moravam na zona e aquelas que, por

estarem integradas a família e a sociedade, freqüentavam o *Alto do Louvor* apenas a noite para trabalhar. As relações de maternidade das prostitutas também se apresentaram como um dado interessante na análise das fontes, pois muitas donas de pensão, bem como prostitutas davam seus filhos para que outras mulheres, ditas *direitas*, pudessem criá-los. Essas relações nos mostram quão tênues eram as fronteiras da moral mossoroense na época em análise.

Ao revisitarem, por meio da memória, a infância nas zonas e os lugares da festa, os sujeitos entrevistados acabaram por descortinar os lugares de fronteira entre o lícito e o ilícito, bem como expressaram os pontos de fuga, as frestas, as zonas cegas que escapavam à ordem. Ao reconstruírem, no tempo contemporâneo, as suas memórias sobre o tempo áureo dos bordéis na cidade, as narrativas recriaram, por meio da lembrança, as espacialidades boêmias, dando materialidade a um passado que não mais existe, mas insiste em se mantêm vivo na memória dos sujeitos que reivindicam, por meio do discurso, a legitimação de seu passado.

Nesse sentido, é interessante percebermos como os cabarés ainda possuem uma espacialidade própria, como esses lugares são re-significados e sentidos nas narrativas. Os sujeitos recriam paisagens, trazem à tona cartografias que desapareceram empiricamente para dar lugar a outros espaços. Há, portanto, uma sedimentação da memória à medida que os sujeitos criam as paisagens dos cabarés a partir das lembranças que se constroem no presente. Essa memória é repleta de idiosincrasias, de singularidades. Entretanto, ela também compõe um passado coletivo por trazer à luz fatos e espacialidades comuns aos sujeitos de um tempo histórico, de uma dada temporalidade.

## FONTES E BIBLIOGRAFIA

### Fontes

#### 1. Fontes Impressas

##### 1.1 Jornais

- O MOSSOROENSE**, 15 de janeiro de 1950, Ano IV, nº 176, s/p
- O MOSSOROENSE**, 21 de janeiro de 1951, Ano V, nº 228, p.5
- O MOSSOROENSE**, 12 de junho de 1952, Ano VI, nº 300, s/p
- O MOSSOROENSE**, 24 de agosto de 1952, Ano VI, nº 310, s/p
- O MOSSOROENSE**, 19 de abril de 1953, Ano VII, nº 344, s/p
- O MOSSOROENSE**, 16 de agosto de 1953, Ano VII, nº 361, p.6
- O MOSSOROENSE**, 31 de janeiro de 1954, Ano VIII, nº 388, s/p
- O MOSSOROENSE**, 07 de fevereiro de 1954, Ano VIII, nº 390, s/p
- O MOSSOROENSE**, 04 de abril de 1954, Ano VIII, nº 404, s/p.
- O MOSSOROENSE**, 29 de abril de 1954, Ano VIII, nº 411, s/p
- O MOSSOROENSE**, 04 de fevereiro de 1954, Ano VIII, nº 389, s/p
- O MOSSOROENSE**, 11 de fevereiro de 1954, Ano VIII, nº 391, s/p
- O MOSSOROENSE**, 08 de maio de 1954, Ano VIII, nº 411, s/p
- O MOSSOROENSE**, 06 de fevereiro de 1955, Ano IX, nº 444,
- O MOSSOROENSE**, 27 de julho de 1956, Ano X, nº 552, p.5
- O MOSSOROENSE**, 24 de julho de 1956, Ano X, nº 549
- O MOSSOROENSE**, 18 de agosto de 1956, Ano X, nº 560, s/p
- O MOSSOROENSE**, 21 de agosto de 1956, Ano X, nº 572
- O MOSSOROENSE**, 28 de agosto de 1956, Ano X, nº 578, s/p.
- O MOSSOROENSE**, 15 de dezembro de 1956, Ano XI, nº 662, s/p.
- O MOSSOROENSE**, 01 de fevereiro de 1957, Ano XI, nº 697, s/p.
- O MOSSOROENSE**, 12 de fevereiro de 1957, Ano XI, nº 706, s/p.
- O MOSSOROENSE**, 26 de março de 1957, Ano XI, nº 739, s/p.
- O MOSSOROENSE**, 29 de agosto de 1957, Ano XI, nº 861, s/p
- O MOSSOROENSE**, 01 de novembro de 1957, Ano XII, nº 911, s/p.
- O MOSSOROENSE**, 05 de novembro de 1957, Ano XII, nº 914, p. 6
- O MOSSOROENSE**, 19 de janeiro de 1959, Ano XIII, nº 1.226, s/p.

**O MOSSOROENSE**, 11 de maio de 1959, Ano XIII, nº 1.300, p.6  
**O MOSSOROENSE**, 20 de março de 1960, Ano XIII, nº 1.509, s/p.  
**O MOSSOROENSE**, 31 de julho de 1960, Ano XIII, nº 1.595, s/p.  
**O MOSSOROENSE**, 10 de fevereiro de 1961, Ano LXXXIX, nº 3.003, p. 6  
**O MOSSOROENSE**, 14 de março de 1961, Ano LXXXIX, nº 3.021, p. 6  
**O MOSSOROENSE**, terça-feira, 11 de abril de 1961, Ano LXXXIX, nº 3.037, p. 6  
**O MOSSOROENSE**, terça-feira, 23 de janeiro de 1962, Ano XC, nº 3.210. p. 6  
**O MOSSOROENSE**, domingo, 11 de fevereiro de 1962, Ano XC, nº 3.224. p. 6  
**O MOSSOROENSE**, sábado, 19 de maio de 1962, Ano XC, nº 3.268. p. 6  
**O MOSSOROENSE**, domingo, 20 de maio de 1962, Ano XC, nº 3.269. p. 8  
**O MOSSOROENSE**, 22 de maio de 1962, Ano XC, nº 3.270, p 6.  
**O MOSSOROENSE**, quarta-feira, 23 de maio de 1962, Ano XC, nº 3.271. p. 6  
**O MOSSOROENSE**, 19 de junho de 1962, Ano XC, nº 3.286. p. 6.  
**O MOSSOROENSE**, domingo, 20 de junho de 1963, Ano XCI, nº 3.390. p. 6.

## 1.2. Artigos

RODRIGUES, Filemon. **Alto do Louvor**. O Mossoroense, 28 de junho de 1996.

THALITA, Izária. **Lauro da Escóssia**. Jornal de Fato, nº 146, Mossoró-RN, domingo, 13 de março de 2005, p.6-8.

CÓDIGO PENAL. DECRETO-LEI 2.848, DE 07 DE DEZEMBRO DE 1940.

CÓDIGO DE POSTURAS DE MOSSORÓ DE 1966.

## 2. Fontes Orais

Entrevista realizada com o senhor **Edilson Galdino da Costa**, no dia 7 de fevereiro de 2010

Entrevista realizada com a senhora **Francisca da Silva Bicoura** no dia 3 de fevereiro de 2010

Entrevista realizada com o senhor **Francisco Canindé Costa** no dia 07 de fevereiro de 2010

Entrevista realizada com o senhor **Francisco Cosme Filho** no dia 31 de janeiro de 2010

Entrevista realizada com a senhora **Maria Silva de Oliveira** no dia 17 de janeiro de 2011

Entrevista realizada com a senhora **Raimunda de Oliveira** no dia 03 de fevereiro de 2010.

## 2. Sites

<http://www.colecaomossoroense.org.br>

<http://www.desaboya.com.br>

<http://www.telescope.zip.net>

<http://www.ibvivavida.org.br>/Fonte: Diário de Natal 17/10/2005

## Bibliografia

ALBERTI, Verena. *Fontes orais: histórias dentro da história*. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). **Fontes históricas**. 2 ed. São Paulo: Contexto, 2006

ADLER, Laure. **A vida nos bordéis de França (1830-1930)**. Trad. Maria da Assunção Santos. Lisboa – Portugal: Terramar, 1990.

AGRA DO Ó, Alarcon. Michel de Certeau e a “**Operação Historiográfica**”. In: Veredas Fafip, Caruarú, Vol. 1, n. 02, p. 48-56, jul./dez. 2004.

ALBULQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz. **Nos destinos de fronteira: história, espaços e identidade regional**. Recife: Bagaço: 2008

\_\_\_\_\_. **O Tecelão dos Tempos: o historiador como artesão das temporalidades**. Revista Eletrônica Boletim do TEMPO, Ano 4, Nº19, Rio, 2009 [ISSN 1981-3384]

AMADO, Janaína. **O grande mentiroso: tradição, veracidade e imaginação em história oral**. In: História. São Paulo, v.14, p. 125-136, 1995

AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes. (Orgs.). **Usos & abusos da história oral**. 8 ed. Rio de Janeiro, Editora FGV, 2006.

AUGÉ, Marc. **Não-Lugares: introdução a uma antropologia da supermodernidade**. Campinas: Papirus, 1994

BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade: lembranças de velhos**. 14 ed. São Paulo: Companhias das Letras, 2007.

BRITO, Raimundo Soares de. **Páginas Arrancadas (Memórias)**, Fundação Vingt-un Rosado. Coleção Mossoroense, Série C, Vol. 1588, abril de 2010

BURKE, Peter. **O que é História Cultural?** 2 ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008

CALVINO, Ítalo. **As cidades invisíveis**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990

CASCUDO, Luís da Câmara. **Notas e documentos para a História de Mossoró** (Disponível em: [www.colecaomossoroense.org.br](http://www.colecaomossoroense.org.br))

CERTEAU, Michel. **A escrita da História**. 2º ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007

\_\_\_\_\_. **A Invenção do Cotidiano: 1. Artes de Fazer**. Petrópolis: Vozes, 2008

CHALHOUB, Sidney. **Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da *belle époque***. 2 ed. Campinas, SP: editora da UNICAMP, 2001

CHARTIER, Roger. **A história cultural entre práticas e representações**. Col. Memória e Sociedade. Trad. Maria Manuela Galhardo. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990)

\_\_\_\_\_. **A beira da falésia: a história entre certezas e inquietude**. Trad. Patrícia Chittoni Ramos. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2002

DELEUZE, Gilles e GUATTARI, Félix. **Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia**. Vol. 5. São Paulo: Editora 34, 1997

ENGEL, Magali. **Meretrizes e doutores: saber médico e prostituição no Rio de Janeiro (1840-1890)**. São Paulo: Brasiliense, 1989

ESCÓSSIA, Lauro da. **Cronologias Mossoroenses**. Quando, como e onde aconteceram os fatos. 2 ed. Coleção Mossoroense. Vol. 1579. Fundação Vingt-un Rosado, abril de 2010

FOUCAULT, Michel. **A Ordem do Discurso**. São Paulo: Edições Loyola, 1996

\_\_\_\_\_. Outros Espaços. In: **Ditos e Escritos**. Vol. III. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2001

\_\_\_\_\_. **Vigiar e Punir: história da violência nas prisões**. 33 ed. Petrópolis, Vozes, 2007

FREIRE, Rasland. **Prostituta e prostituição**: as representações do cliente. João Pessoa, 1997. 148p. Dissertação (Em Ciências Sociais) – Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes – Universidade Federal da Paraíba.

FREITAS, Renan S. de. **Bordel, bordéis**: negociando identidades. Petrópolis: Vozes, 1985

FONTELES NETO, Francisco Linhares. Crime, violência e sociabilidades: Mossoró nas últimas décadas do Império. In: MENDES, Francisco Fabiano de Freitas; FONTELES NETO, Francisco Linhares *et all.* **História Social e História Cultural de Mossoró**: métodos e possibilidades. Mossoró: Vingt Rosado, 2009. P. 107-108 (Coleção Mossoroense, Série c, v. 1556).

GOFFMAN, Erving. **Estigma**: Notas sobre a Manipulação da Identidade Deteriorada. 4 ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1988

HALBWACHS, Maurice. **A Memória Coletiva**. São Paulo: Centauro, 2006.

HARTOG, François. **O espelho de Heródoto**: ensaio sobre a representação do outro. Trad. Jacyntho Lins Brandão. Belo Horizonte. Editora: UFMG, 1999

HOMERO. **A Odisséia em forma de narrativa**. Traduzido e Adaptado por Fernando C. de Araújo Gomes. São Paulo: Ediouro, 2004. (Clássicos de bolso)

JUCÁ, Gisafran Nazareno Mota. **A oralidade dos velhos na polifonia urbana**. Fortaleza: Imprensa Universitária, 2003

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. Campinas: Editora da Unicamp, 2003

\_\_\_\_\_. Documento/monumento. Enciclopédia Einaudê, v. 1: **Memória – História**. (Portugal). Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1984, p. 102

LEITE, Gabriela Silva. **Eu, mulher da vida**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1992

LUCA, Tania Regina. Fontes impressas: História dos, nos e por meio de periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). **Fontes Históricas**. 2 ed. São Paulo: Contexto, 2006

MAYOL, Pierre. “A conveniência”. In: **A invenção do cotidiano**. Vol. 2. Petrópolis: Vozes, 1996, p. 46-70.

MENDES, Francisco Fabiano de Freitas; FONTELES NETO, Francisco Linhares *et all.* **História Social e história Cultural de Mossoró**: métodos e possibilidades. Mossoró: Vingt Rosado, 2009. (Coleção Mossoroense, Série c, v. 1556)

MOURA, Wilson Bezerra de. **Mossoró: Fatos e Gente que fizeram sua história.** 1995, p. 94. Fundação Vingt-un Rosado; Coleção Mossoroense: Série “C” / N° 736 / Volume: 858.

MURPHY, Emmett. **História dos grandes bordéis do mundo.** Trad. Heloísa Jahn. 2 ed. Porto Alegre: Artes e Ofícios, 1994

NASCIMENTO, Uelba Alexandre do. **O Doce Veneno da Noite: prostituição e cotidiano em Campina Grande (1930-1950).** Campina Grande – PB: EDUFPG, 2008

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **Uma outra cidade: o mundo dos excluídos no final do século XIX.** São Paulo: Companhia Editorial Nacional, 2001

\_\_\_\_\_. Com os olhos no passado: a cidade como palimpsesto. In: **Revista Esboços.** Gráfica Universitária: Florianópolis, RS. n. 11, volume 11. 2004

\_\_\_\_\_. **Crime, violência e sociabilidades urbanas.** In: Nuevo Mundo Mundos Nuevos, N. 4. 2005

\_\_\_\_\_. Cidades visíveis, cidades sensíveis e cidades imaginadas. In: **Revista Brasileira de História.** São Paulo: ANPUH. Vol. 27, nº 53, jan-jun, 2007

PIRIS, Valéria Fabrizi. **Lilith e Eva: imagens arquetípicas da mulher na atualidade.** São Paulo: Summu, 2008

POLLAK, Michael. **Memória, Esquecimento, Silêncio.** Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol.2, nº 3, 1989

\_\_\_\_\_. **Memória e identidade social.** Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, 1992, p. 4-5 (p. 200-212.5)

PORTELLI, Alessandro. **Sonhos Ucrônicos: Memórias e Possíveis Mundos dos Trabalhadores.** In: Projeto História – São Paulo (10) dez 1993; p. 41-58

PROST, Antoine. Fronteiras e espaços do privado. In: PROST, Antoine; VINCENT, Gérard (org). **História da vida privada vol. 5: Da Primeira Guerra a nossos dias.** São Paulo: Companhia das Letras, 1999

RAGO, Margareth. **Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar: Brasil 1890-1930.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985

\_\_\_\_\_. **Os prazeres da noite: prostituição e códigos da sexualidade feminina em São Paulo (1890-1930).** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991

ROBERTS, Nickie. **As prostitutas na história**. Trad. Magda Lopes. 2 ed. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1998

RODRIGUES, João Carlos (Org.). João do Rio, **História da gente alegre**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1981

ROCHA, Aristotelina Pereira Barreto. **Expansão urbana de Mossoró** (Período de 1980 a 2004), 2009, p. 72-73. João Pessoa – PB, Coleção Mossoroense. Fundação Vingt-um Rosado; Série “C” / N° 1469

RUSSO, Gláucia Helena Araújo. **Rodando a bolsinha: dinheiro e relações de prostituição**. Natal, 2006. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais. Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

SCHAMA, Simon. **Paisagem e Memória**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996

SENNETT, Richard. **Carne e Pedra: o corpo e a cidade na civilização ocidental**. Rio de Janeiro: BestBolso, 2008

SHARPE, Jim. A história vista de baixo. In: BURKE, Peter (Org.). **A escrita da história: novas perspectivas**. São Paulo: Editora UNESP, 1992

SHILS, Edward. **Centro e Periferia**. Lisboa: Difel, 1992

SILVA, Raimundo Nonato da. **Evolução urbanística de Mossoró**. Coleção Mossoroense, n° 248, p. 54

SOUZA, Francisca Inar de. **O cliente: o outro lado da prostituição**. Fz. Sec. Cult. Desporto, São Paulo: Annablume, 1998

TUAN, Yu-Fu. **Espaço e Lugar: a perspectiva da experiência**. São Paulo: Difel, 1983

# ANEXOS



**Anexo 1:** Estação das Artes – Mossoró RN



**Anexo 2:** A estação ferroviária em 1950.  
Acervo George Macena.



**Anexo 3:** Igreja de São Vicente, Mossoró RN



**Anexo 4:** Jerônimo Dix-Sept Rosado Maia.



**Anexo 5:** Mercado público em 1961  
Fotografia: Manuelito Pereira (1910-1980);



**Anexo 7:** O Pax em 1950, localizado na Praça Rodolfo Fernandes.  
À frete temos o pavilhão da vitória  
Fotografia: Manuelito Pereira.  
Site: <http://www.desaboya.com.br> acessado em 30/06/2011.



**Anexo 8:** Fotografia: Manuelito Pereira (1910-1980),  
Site: <http://www.desaboya.com.br> acessado em 30/06/2011